



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 38

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 17 de outubro de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.

No Período de Tratamento de Assuntos Políticos foram apresentados diversos votos. A saber:

- **Voto de Congratulação pelo 25º Aniversário da Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital do Santo Espírito da ilha Terceira**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Domingos Cunha, usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelo 25º Aniversário do Núcleo do Pico da Liga dos Combatentes**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Cláudio Lopes, para fazer a apresentação do voto, e Lizuarte Machado (*PS*).

- **Voto de Congratulação pela 3ª Edição do Festival Jovens Músicos**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho, usou da palavra o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 25 Anos do Centro Amigos da Terceira de Pawtucket**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Judite Parreira, usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Paulo Borges (*PS*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação referente à medalha de ouro da atleta Carolina Chaves Bento**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto em apreço mereceu a aprovação por unanimidade por parte da câmara, não sem antes ter feito a sua apresentação o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

- **Voto de Congratulação à atleta Carolina Bento, campeã do mundo de Karaté vertente KATA**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação referente aos 50 anos do Colégio de Santa Clara**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro, usou da palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação referente ao 25º Aniversário da Filarmónica Rainha Santa Isabel das Doze Ribeiras**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado António Ventura, usando posteriormente da palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Saudação referente à Casa dos Açores da Baía**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado José Andrade, e de uma breve intervenção por parte do Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*), o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Protesto referente ao encerramento de Serviços de Finanças nos Açores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Costa Pereira, a quem coube a apresentação do voto, Rogério Veiros (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Proferiram protestos os Srs. Deputados Rogério Veiros (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e um contraprotesto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

Ainda no âmbito de interpelação à Mesa, usaram da palavra os Srs. Deputados Rogério Veiros (*PS*), Berto Messias (*PS*) e Costa Pereira (*PSD*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Protesto pelo “não reforço de verbas por parte do Governo Regional, destinadas ao combate das listas de espera cirúrgicas nos Hospitais da Região”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Luís Maurício, usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*),

Novamente para interpelar a Mesa usaram da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), o Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*) e a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*).

O voto em apreço foi rejeitado por maioria.

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Cláudio Pires Coelho**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sobre o mesmo usaram da palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira, para fazer a respetiva apresentação, e o Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Eduardo Silva Melo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Marta Couto, passou-se imediatamente à votação, tendo registado novamente a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Eduardo Silva Melo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, o qual também foi aprovado por unanimidade, após ter usado da palavra o Sr. Deputado José Andrade para fazer a respetiva apresentação.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Miguel Matos Fonseca**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sobre o mesmo, usaram da palavra os Srs. Deputados Berto Messias, António Ventura (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Ao abrigo do artigo 74º do Regimento proferiu uma declaração política o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

Posteriormente usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Berto Messias (*PS*) e Artur Lima (*PS*), para interpelar a Mesa.

Na **Agenda da Reunião**, foram apresentadas, debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Projeto de Resolução n.º 40/X - "Manutenção da maioria do Capital Social da Empresa de Eletricidade dos Açores - EDA na Esfera Pública"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Participaram no debate os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), Pedro Moura (*PS*), Francisco César (*PS*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

O projeto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Projeto de DLR n.º 7/X – “Altera o Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Após a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Zuraída Soares, usaram da palavra as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*), Catarina Moniz Furtado

(PS), os Srs. Deputados Aníbal Pires (PCP), Joaquim Machado (PSD), Paulo Estêvão (PPM) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte).

Para um protesto usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (PPM) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Aníbal Pires (PCP).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário para proceder à chamada.

Eram 10 horas e 15 minutos

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Carlos Martins **Maciel**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Paulo Alexandre Vieira **Borges**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Joaquim Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A manhã de hoje está reservada ao PTAP e vamos começar pela apresentação dos votos.

Começamos por um **Voto de Congratulação pelo 25º Aniversário da Unidade de Cuidados Intensivos do Polivalente do Hospital do Santo Espírito da ilha Terceira**, apresentado pelo PS.

Para apresentação do voto tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25º ANIVERSÁRIO DA UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS DO HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA

O Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo viu criado o Recobro Cirúrgico nos anos de 1973/1974 sob a coordenação do Dr. Ramiro Gaspar de Lima, médico anestesista, e de um grupo de enfermeiros.

Iniciaram-se, assim, os primeiros passos na área da Medicina Intensiva.

O primeiro ventilador foi adquirido em 1976/1977, e nos anos 80 o segundo ventilador, que permitiu prestar e assegurar cuidados intensivos a doentes politraumatizados e a algumas situações de insuficiência respiratória.

O então Recobro Cirúrgico passou a designar-se Reanimação.

A vontade e a determinação do Dr. Ramiro Gaspar de Lima e, mais tarde, aliada à do Dr. João Leal, apoiadas pelo Conselho de Administração e pelo Governo Regional, permitiram a abertura da Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente (UCIP), no antigo Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, no dia 9 de Setembro de 1988.

No dia 9 de Setembro de 2013, a UCIP do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira fez 25 Anos de atividade, em prol dos doentes em estado crítico, provenientes dos vários serviços do hospital e dos que vêm diretamente das Unidades de Saúde de Ilha dos grupos central e ocidental do arquipélago, transportados pela Unidade de Evacuações Aéreas sob a responsabilidade técnica de uma equipa de saúde que, na sua maioria, foi formada na referida Unidade.

A ilha Terceira e o seu Hospital concretizam o desejo de muitos dos seus profissionais de saúde, no que se refere ao suporte de doentes em estado crítico.

A liderança e o profissionalismo do Dr. Ramiro Gaspar de Lima, médico anestesista, a que se juntaram as do Dr. João Leal, também médico anestesista,

desde muito cedo ligado aos cuidados intensivos no Hospital de Santo António do Porto e com uma Pós-Graduação no âmbito da Medicina Intensiva, realizada no Hospital Henri Mondor de Créteil, em Paris, foi determinante e fundamental para projectar o Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo na modernidade dos últimos 20 anos do século XX, permitindo que este atingisse o nível que o *estado da arte* no final do século passado exigia para o tratamento do doente crítico.

Um dos exemplos dessa modernidade foi o reconhecimento da sua idoneidade humana, técnica e profissional aquando da preparação da visita do Papa João Paulo II, à ilha Terceira, no dia 11 de Maio de 1991.

Se os dois médicos referidos foram importantes, não menos o foram um grupo de enfermeiros recém-formados, à época, que se empenharam na organização e logística dos cuidados próprios e adequados na Medicina Intensiva, liderado pela Enfermeira Bernardete Sousa, enfermeira-chefe da UCIP desde há 25 anos, e que teve como colaborador na fase inicial o Enfermeiro Luís Picanço.

A UCIP acompanhou progressiva e estruturalmente os aspetos técnicos e os recursos humanos.

Com a mudança, em março de 2012, para o novo Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, a UCIP ganhou uma nova dimensão, aumentou o seu número de camas – passando de 5 para 10, passou a ter médico em presença física nas 24 horas, e passou a integrar a Unidade de Cuidados Intensivos Coronários (UCIC).

Atualmente, o corpo clínico é constituído por 3 médicos, sendo Diretor o Dr. João Leal, e conta com a colaboração de vários outros médicos e serviços, nomeadamente, Cardiologia, Pneumologia e Anestesiologia.

Na celebração dos 25 Anos da UCIP do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, e pelos relevantes serviços prestados na área da Medicina Intensiva, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, propõe que seja aprovado um Voto de Congratulação pela efeméride, e que dele seja dado conhecimento ao Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, ao Diretor Clínico, Enfermeira-Chefe e demais

profissionais do serviço, e ao Dr. Ramiro Gaspar de Lima, médico já aposentado.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 17 de outubro de 2013

Os Deputados Regionais, *Domingos Cunha, Berto Messias, António Toste, Cláudia Cardoso, Francisco César e Francisco Coelho*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Salvar vidas!

Há 25 anos que a Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira salva vidas.

É uma Unidade que tem uma história, tem uma história de que o Hospital e a população podem orgulhar-se. Tem trabalho feito, tem competência, tem profissionais dedicados e tem profissionais que se sacrificam, que se dedicam e esse sacrifício e dedicação muitas vezes não é valorizado no tempo certo, nem tão pouco por aquela mesma população à qual esta Unidade de Cuidados Intensivos se dedica e serve.

Esta Unidade é um orgulho. É um orgulho para a Terceira e para o seu Hospital, é um orgulho para os Açores e para os açorianos que lá tiveram que ser atendidos.

Este voto, muito naturalmente, merece o apoio e o entusiasmo do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os 25 anos da Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital de Angra, são de facto uma efeméride digna de comemoração.

Começou, como aqui é bem dito pelo Dr. Ramiro Lima, mas teve como principal dinamizador e impulsionador na modernidade o Dr. João Leal.

Foi um homem com uma visão extraordinária que sozinho, durante anos, manteve este serviço.

Foi um homem que manteve um serviço que prestou grandes e extraordinários serviços ao Grupo Central e a todos os Açores e sobretudo a muitas evacuações que eram feitas (evacuações sanitárias) ao largo dos Açores.

O Dr. João Leal era aquilo a que se pode chamar um H24, estava sempre disponível.

Da sua atuação não se conhece uma única queixa. Era estimado, e é, pelos seus doentes.

Agora, não posso deixar de referir e aproveitando este voto, que aqui é feito, que segundo a conceção atual do PS, e particularmente do Secretário da Saúde, este serviço nunca devia ter existido porque colocaria em perigo a vida dos doentes. Um serviço que salvou vidas durante dezenas de anos, hoje em dia não existiria porque o Secretário da Saúde não deixaria porque só tinha um profissional e colocava em risco a vida dos doentes, punha em causa a segurança dos doentes.

Isto, mais uma vez tem que ser aqui denunciado, a política centralista deste Governo do PS e particularmente do Secretário da Saúde.

Além do mais, Sr. Deputado Domingos Cunha, o voto tem imprecisões factuais e aproveitar este voto para vir aqui com imprecisão factual, é grave.

A imprecisão factual que vem aqui (ganhou nova dimensão, ganhou um aumento de instalação física mas não na qualidade do serviço, passou a ter três médicos, manifestamente insuficientes para ter um serviço aberto 24 horas, na conceção do seu Grupo Parlamentar e do Governo) é que integra a Unidade de Cuidados Intensivos Coronários. Isto é falso!

A Unidade de Cuidados Intensivos Coronários do Hospital de Angra foi extinta!

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é verdade!

O Orador: É verdade, Sr. Deputado Domingos Cunha!

A Unidade de Cuidados Intensivos Coronários, enquanto tal, no Hospital de Angra, foi extinta e os senhores tentam disfarçar, integrando alguns cardiologistas, nem todos, na Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente.

O Sr. Deputado Berto Messias sabe tão bem quanto eu que a Unidade foi extinta.

Há um retrocesso na prestação de cuidados de saúde aos terceirenses, na prestação dos cuidados de saúde aos habitantes do Grupo Central, ao qual este Hospital de referência pertence, ao ser extinta a Unidade de Cuidados. É uma imprecisão factual, para não lhe chamar outra coisa neste voto.

Termino, efetivamente, dizendo que este é um serviço extraordinário. Prestou um extraordinário serviço à Ilha Terceira, continuará a prestar com certeza mas na conceção atual do Secretário e na nova carta para saúde, no novo documento para a saúde, arrisca-se a ser extinto, dentro de pouco tempo na conceção do Secretário da Saúde, do Governo Regional dos Açores e do PS.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um **Voto de Congratulação pelo 25º Aniversário do Núcleo do Pico da Liga dos Combatentes**, apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pelo 25º Aniversário do Núcleo do Pico da Liga dos Combatentes

O Núcleo do Pico da Liga dos Combatentes celebrou, no passado dia 5 do corrente mês de Outubro, o seu vigésimo quinto aniversário.

A efeméride aconteceu no convívio anual deste Núcleo, na freguesia de Santo Amaro do Pico, reunindo cerca de 400 participantes, entre ex-combatentes, familiares e convidados, contando ainda com a presença do presidente da Liga dos Combatentes, tenente-general Joaquim Chito Rodrigues.

Entre 1961 e 1974, milhares de cidadãos portugueses, na sua esmagadora maioria jovens, entre os quais algumas centenas saídos da ilha do Pico, escreveram uma importante página da História de Portugal, lutando no Ultramar Português pela defesa da nação, arriscando a sua própria vida em missões importantes nos “palcos” da guerra em África.

Enquanto cumpriram o serviço militar obrigatório em África, estes cidadãos estiveram expostos a inúmeros riscos, deixando em muitos “mazelas” físicas e psicológicas que marcaram definitivamente as suas vidas.

Alguns, infelizmente, não regressaram às suas Terras de origem com vida, enquanto outros deixaram junto dos seus familiares um sentimento de dúvida de que tal pudesse ou não igualmente acontecer.

O encontro anual dos ex-combatentes que há 25 anos se realiza na ilha do Pico, além de promover o reencontro e convívio dos ex-militares e respetivas famílias, constitui também um momento de profundo sentimento e emoção, ao evocar a memória daqueles que tombaram perante a vida na defesa da Pátria.

Nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o grupo parlamentar do PSD apresenta o presente voto de congratulação ao Núcleo do Pico da Liga dos Combatentes, pela celebração das suas bodas de prata, manifestando o maior apreço por todos o que combateram em nome de Portugal, resistindo, por vezes até à exaustão, e que ocupam um lugar indelével na história militar portuguesa.

Mais propõe que, uma vez aprovado, do mesmo seja dado conhecimento ao seu presidente, Genuíno Madruga.

Horta, sala das sessões, 17 de outubro de 2013

O Grupo Parlamentar do PSD, *Duarte Freitas, Cláudio Lopes, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia e Bruno Belo*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, no passado dia 5 o Núcleo do Pico da Liga dos Combatentes, comemorou o 25º. Aniversário, uma data certamente importante.

Mais importante ainda do que esta data são os convívios promovidos pelo Grupo do Pico da Liga dos Combatentes, convívios que permitem troca de informações e de conhecimentos entre quem, efetivamente, esteve no Ultramar, combateu, e sobretudo os mais jovens, aqueles que como eu e muitos outros, lá não estiveram e que através desses encontros e dessas conversas ficam a conhecer um pouco do que por lá se passou. Tem ainda um outro momento importante que é o prestar homenagem aos nossos conterrâneos que, infelizmente, faleceram em combate no Ultramar.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do PS associa-se com gosto a este voto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um **Voto de Congratulação pela 3ª Edição do Festival Jovens Músicos**, apresentado pelo PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No final de setembro último, entre os dias 26 e 28, a terceira edição do Festival Jovens Músicos levou ao Centro Cultural de Belém concertos e recitais com os solistas e agrupamentos laureados na 27ª edição do Prémio Jovens Músicos, um dos maiores eventos anuais na área da música clássica, da responsabilidade – e com a chancela de indubitável qualidade – da Antena2.

Mas, à prestigiada casa de espetáculos que serviu de palco a este acontecimento cultural de enorme envergadura, chegou, este ano, para além da excelência da

música, a singular toada dos mares. André Gunko, nascido no Faial em 1997 e residente, desde 2001, na Terceira, trouxe para os Açores o 1º prémio de Violoncelo – um prémio que recebeu como “uma grande vitória”, nas palavras do próprio, dada a fama e o prestígio que lhe são inerentes, e que lhe permitiu tocar a solo com a admirável Orquestra Gulbenkian.

Nascido numa família de músicos, cedo decidiu que o violoncelo seria o seu instrumento de eleição, pelos seus “vários e belos timbres”. Foi então que, aos 6 anos, André Gunko iniciou a sua aprendizagem, sob a orientação, desde essa tenra idade até ao presente, do professor Orest Grytsyuk, no Conservatório Regional de Angra do Heroísmo (atualmente Departamento de Ensino Artístico da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba). Na preparação para este concurso, contou igualmente com a ajuda do professor Levon Mouradian.

Aos 16 anos, já detentor de um currículo musical assinalável e de vários prémios nacionais e internacionais, André Gunko passa assim a integrar o elenco, de apertado crivo, de uma indiscutivelmente talentosa geração de jovens músicos em Portugal. Levará longe, pois, no terno canto do seu violoncelo, o nome dos Açores.

E se Nietzsche afirmou – e quem poderá não concordar? – que “Sem música, a vida seria um erro”, André Gunko, ainda criança, em 2008, numa breve entrevista que deu à RTP Açores aquando da conquista do 1º lugar no Concurso de Instrumentos de Arco do Alto Minho, referia-se às estratégias para enfrentar a ansiedade de pisar os palcos dizendo, com a lisura própria da infância: “Penso em sentimentos bons”. Porque a música – e a arte em geral – não se faz de sentimentos bons. Não se faz só deles, é certo. Mas sem eles perde qualquer sentido.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação pela obtenção do prestigiado Prémio Jovens Músicos, em violoncelo, por André Gunko.

Propõe igualmente que deste voto seja dado conhecimento ao jovem músico, bem como aos seus pais, aos seus professores e ao Departamento de Ensino Artístico da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba.

Obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 17 de outubro de 2013.

Os Deputados Regionais, *Renata Correia Botelho, Berto Messias, Catarina Moniz Furtado, Ricardo Cabral e Graça Silva*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, naturalmente e convictamente, a este Voto de Congratulação proposto pelo PS.

Trata-se aqui de reconhecer e valorizar a conquista do prestigiado Prémio Jovens Músicos 2013, em Violoncelo, por André Gunko – um jovem açoriano nascido no Faial e residente na Terceira.

Trata-se aqui, igualmente, de reconhecer e valorizar a sensibilidade e a capacidade de toda uma geração de jovens músicos açorianos que tem vindo a notabilizar-se há vários anos e a vários níveis.

Trata-se aqui, finalmente, de reconhecer e valorizar o importante trabalho desde sempre desenvolvido pelos Conservatórios Regionais dos Açores – o de Ponta Delgada felizmente ainda resistente; os de Angra e Horta infelizmente já extintos para integrarem o ensino regular.

É pena que a Terceira e o Faial já não contem com os seus Conservatórios, de história tão longa e tão rica.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Oxalá que, mesmo assim, os Departamentos de Ensino Artístico das Escolas Básicas e Secundárias de Angra e Horta sejam ainda capazes de produzir jovens músicos campeões como André Gunko...

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um **Voto de Congratulação pelos 25 Anos do Centro Amigos da Terceira de Pawtucket**, apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Centro Comunitário Amigos da Terceira foi fundado a 15 de outubro de 1988 em Pawtucket no estado de Rhode Island nos Estados Unidos, por Victor Santos, emigrante terceirense natural da freguesia da Terra Chã.

Fundado com objetivos filantrópicos e culturais, este centro desenvolveu ao longo da sua existência diversas ações de apoio social, tendo apoiado financeiramente instituições de todas as ilhas dos Açores e também da Madeira, continente português, Brasil e Cabo Verde, bem como do próprio estado de Rhode Island.

Com o intuito de promover e integrar os jovens na sociedade americana, contribui, anualmente, com bolsas de estudo para jovens da comunidade que pretendam frequentar o ensino superior.

Mereceu, assim, a distinção de organização sem fins lucrativos e isenta de impostos, pelo Governo Federal Americano, distinção alargada a todos os seus beneméritos.

Em 1998 inaugurou a sua sede atual, o que representou um marco histórico para a instituição, pois veio permitir a realização de atividades de índole cultural, nomeadamente danças de carnaval, marchas populares, fado, cantigas ao desafio, cortejos etnográficos, concertos e publicação e apresentação de livros.

Hoje o Centro Comunitário Amigos da Terceira é uma organização dinâmica com várias atividades incluindo um convívio semanal para idosos e que serve como sala de visitas da comunidade.

Possui uma galeria de exposições, onde está patente uma coleção de arte e é, também, a sede do Grupo Folclórico de Santo António que conta já com 37 anos, sendo o mais antigo grupo do género na região.

Com cerca de 700 sócios, o Centro Comunitário Amigos da Terceira pretende continuar a desenvolver atividades de apoio social a instituições açorianas e a divulgar a cultura açoriana nos Estados Unidos, revivendo e transmitindo às gerações mais jovens de emigrantes açorianos costumes e tradições das suas ilhas, como forma de sublinhar a importância da língua e da cultura de um povo que deu novos mundos ao mundo, preservando a sua matriz identitária e uma herança cultural centenária.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Congratulação pelos vinte e cinco anos do “Centro Amigos da Terceira”, comemorado a 15 de outubro de 2013 em Pawtucket pela comunidade açoriana do Estado de Rhode Island, do qual deve ser dado conhecimento formal à respetiva entidade.

Horta, Sala das Sessões, 17 de outubro de 2013

Os Deputados Regionais, *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Rendeiro, Bruno Belo, Judite Parreira e Luís Garcia*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS gostaria de associar-se a este voto de congratulação e salientar as atividades dinâmicas desta Associação, em particular o apoio transgeracional que promove, incluindo o apoio a jovens com bolsas de estudo para se integrarem no meio universitário, aumentando assim a penetração dos açorianos, os níveis intelectuais superiores nos Estados Unidos e o apoio à terceira idade também da sua área de residência.

Portanto, gostaríamos de nos associar a esse voto e congratular esta Associação pelas suas atividades.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um **Voto de Congratulação referente à medalha de ouro da atleta Carolina Chaves Bento**, apresentado pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Shotokan Dojo Clube de Ponta Delgada, presidido pelo Sr. Joaquim Brandão, filiado do Karaté-Do Portugal ShotoKan desde 2009, apresenta atualmente 50 atletas inscritos e federados a praticar Karaté, estilo Shotokan.

A atleta Carolina Chaves Bento, nascida a 30 de Dezembro de 1998, com 8 anos de prática de Karaté – Shotokan no Dojo Clube de Ponta Delgada, conquistou, a 21 de Setembro de 2013, o mais alto nível do pódio, ao arrecadar a medalha de ouro na subclasse de Kata no Mundial Associativo de Karaté de FSKA, que decorreu na cidade de Zukowo, na Polónia.

Na referida competição, organizada pela Funakoshi Shotokan Karaté Association – FSKA, Carolina Bento, karateca micaelense que compete no escalão de cadete, granjeou o 1º Lugar na subclasse Kata, conquistando para Portugal e para os Açores a medalha de ouro.

Carolina Bento integrava a comitiva da Seleção Nacional da Karaté-Do Portugal Shotokan composta por 21 atletas, que competiu nas subclases de Kumite e Kata. A nossa atleta açoriana foi acompanhada pelo sensei Fernando Vicente.

Carolina Bento é já detentora de um currículo desportivo na modalidade de Karaté-Shotokan admirável, com várias participações em campeonatos

Regionais federados, tendo conseguido ficar 2 vezes em primeiro lugar na subclasse de Kumité nos Regionais, 1 vez em 2º lugar na subclasse de Kumite e 3 vezes em 2º lugar na subclasse de Kata.

A nível de competições, no âmbito de campeonatos nacionais federados, apresenta no seu currículo desportivo 2 participações mas sem pódio alcançado. No seu currículo, apresenta ainda, em diferentes torneios de Karaté, participações de enorme relevo durante estes 8 anos de participação. Nas subclasse de Kata, obteve 3 vezes um 1º lugar e 5 vezes o 1º lugar na subclasse de Kumité.

Esta vitória permite ao clube de Ponta Delgada inscrever o seu nome na história da modalidade de Karaté-Shotokan portuguesa.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este voto de congratulação pelo feito alcançado pela atleta Carolina Chaves Bento e o Shotokan Dojo Clube de Ponta Delgada, dando provas do excelente trabalho desenvolvido com os jovens atletas açorianos.

Esta vitória configura um orgulho para os Açores, que deve ser realçado de forma a servir de inspiração para todos os nossos jovens açorianos, clubes desportivos e técnicos, que dão o seu melhor todos os dias, na nossa região, provando que a dedicação e o empenho são o caminho mais correto para o sucesso.

Importa dar conhecimento à atleta Carolina Bento, ao Shotokan Dojo Clube de Ponta Delgada, aos seus dirigentes, aos atletas e técnicos do clube, reconhecendo a todos o seu papel preponderante no desenvolvimento do desporto no concelho de Ponta Delgada e respetiva Região.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Outubro de 2013

Os Deputados Regionais, *Carlos Mendonça, Berto Messias, Graça Silva e Renata Correia Botelho*

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para um **Voto de Congratulação referente também ao prémio da atleta Carolina Chaves Bento**, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Carolina Bento campeã do mundo de Karaté vertente KATA

No passado mês de setembro, decorreu na cidade de Zukowo na Polónia, o campeonato do mundo de Karaté. Nesta competição participaram cerca de 700 atletas por 50 delegações de 18 países.

A seleção portuguesa contou com a participação de uma comitiva de 21 elementos, conseguindo para Portugal vários medalhados, de entre eles, a atleta Açoriana Carolina Bento, de 14 anos, com a medalha de ouro na vertente de “Kata”.

A vertente “Kata” tem como objetivo uma sequência de movimentos coreografados em que envolve grande dedicação, esforço e empenho demonstrando assim, que os açorianos podem estar à altura de competir com os melhores do mundo.

A atleta açoriana desde muito cedo iniciou a sua preparação para o campeonato do mundo de Karaté vertente “Kata”, com treinos diários e intensivos no ginásio da escola secundária Antero de Quental.

Coube igualmente ao Shotokan Dojo clube de Ponta Delgada, clube de Carolina Bento, e aos seus treinadores e dirigentes, o mérito na preparação da atleta açoriana de 14 anos.

Mesmo estando em risco a participação da atleta no campeonato do mundo de Karaté, por falta de apoio financeiro, dado o facto que se tratar de uma prova internacional que requer um esforço financeiro grande, Carolina Bento, com mérito conseguiu reunir os apoios necessários para a participação na prova.

Assim e ao abrigo do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprova um voto de Congratulação a Carolina Bento pelo feito conseguido no último mundial de Karaté, na Polónia, conseguindo a medalha de ouro na categoria de “Kata” no escalão de cadete. O teor deste voto deve ser dado conhecimento à atleta Carolina Bento, ao Shotokan Dojo clube de Ponta Delgada e à federação portuguesa de Karaté Shotokan.

Horta, sala das sessões, 15 de outubro de 2013

Os Deputados, *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Cláudio Almeida, Luís Garcia e Bruno Belo*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deduzo que não deve haver inscrições pelo que vamos passar de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um **Voto de Congratulação referente aos 50 anos do Colégio de Santa Clara**, tem a palavra pelo PSD, o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO 50 ANOS DO COLÉGIO DE SANTA CLARA

As comemorações dos 50 anos do Colégio de Santa Clara, na ilha Terceira, começaram no dia seis de outubro e vão estender-se ao longo deste ano letivo. É já meio século dedicado por esta instituição à educação e aos valores.

Como antigo aluno do Colégio de Santa Clara para mim é um orgulho e uma honra poder ser o intérprete deste voto em nome da bancada do PSD.

A fundação do Colégio de Santa Clara deve-se à iniciativa de uma religiosa, de nome Clara Martins Coelho, dos Biscoitos, ilha Terceira, que vivia na Ordem da Visitação, em França. Esta religiosa escreveu a uma sua amiga, a Professora Clotilde Barcelos, para que esta envidasse esforços para que uma comunidade religiosa assumisse uma Casa de Formação, na Terceira, para jovens que desejassem ser religiosas.

A referida professora foi incansável e conseguiu, com muito sacrifício, comprar uma quinta e uma casa que foram entregues à Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC), que, desde logo, abriram uma escola para o Ensino Primário e Infantil, para a sua subsistência.

Uma casa antiga, com tudo muito pobre eram as características da então chamada Escola Particular de Santa Clara. Esta escola foi assim denominada em homenagem a Clara Martins Coelho, à primeira religiosa Franciscana, Santa Clara de Assis e à Fundadora da CONFHIC, Madre Maria Clara do Menino Jesus.

No dia 07 de Outubro de 1964, sete crianças passaram a constituir a escola. Este pequeno grupo foi crescendo e chegou a atingir os 425 alunos.

Ao longo da sua história, esta escola procurou impor-se pelo seu clima educativo e pelo seu sucesso no ensino. Assim esta comunidade educativa foi tomando consciência do seu papel na sociedade terceirense e na educação e ensino dos mais jovens.

Com o sismo de 1980, a Escola Particular de Santa Clara fica apenas com o Ginásio, como espaço utilizável. Esteve prestes a fechar as suas portas, não fosse o Governo Regional ter oferecido seis salas pré-fabricadas.

Em 1985 abre-se o 2º Ciclo do Ensino Básico e em 1986 constrói-se um pavilhão para este Ciclo. Depois, em 1990, iniciou-se a reconstrução da antiga casa, onde nascera a Escola.

Para além do Jardim de Infância, 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico, em Setembro de 1999, abriu uma Creche que pertence à Obra Social Madre Maria Clara - IPPS. Em Janeiro de 2000 o Jardim de Infância passou também para IPSS e a 01 de Agosto de 2005 o 1º e 2º Ciclos.

Com o passar dos anos, o Colégio desenvolveu várias atividades que marcaram a ilha Terceira e, algumas vezes, os Açores, assegurando uma proximidade com a população local.

A par com o Colégio de São Francisco Xavier (em São Miguel), obteve os melhores desempenhos nos exames nacionais do 4º ano, em língua portuguesa e matemática, muito acima das médias regionais e nacionais.

O sucesso deve-se ao esforço conjunto da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, do pessoal docente, não docente, dos Encarregados de Educação e alunos.

Com 402 alunos, o Colégio assinala o seu aniversário com um espírito renovado. O objectivo passa por ensinar aos mais novos a terem valores numa sociedade em crise e a serem felizes.

Oriundas de diferentes meios, 402 crianças frequentam o estabelecimento de ensino, distribuídas pela creche (47), jardim-de-infância (136), primeiro ciclo (170) e segundo ciclo (49). Esta escola procura ensinar conteúdos letivos, mas também princípios e valores.

Educação e ensino complementam-se. No dia-a-dia o Colégio transmite aos alunos valores humanos e religiosos "para que saibam estar em diferentes situações da vida".

O principal desafio do Colégio consiste em crescer sustentadamente, procurando ampliar valências e sobretudo, alargar a outros níveis de ensino.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação pelos 50 anos do Colégio**

de Santa Clara, do qual deve ser dado conhecimento formal à instituição aniversariante, reconhecendo a valia do trabalho desenvolvido.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Outubro de 2013

Os Deputados, *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Rendeiro, Luís Garcia e Bruno Belo*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também para associar o Grupo Parlamentar do PS, naturalmente, ao voto que foi agora mesmo apresentado.

O Colégio de Santa Clara comemora meio século de existência. Como é por todos conhecido é uma instituição significativa na Terceira, que tem exercido um papel complementar de ensino e de transmissão, como foi dito no voto, de valores, nomeadamente de valores cristãos, que são os princípios que norteiam o Colégio.

O Colégio tem desenvolvido ao longo dos anos uma intensa atividade educativa e um trabalho com os seus alunos muito meritório e tem tentado sobretudo, também, inserir-se na sociedade pela proximidade que tem com esta e pela capacidade de entrosamento com a sociedade civil, com as suas manifestações mais relevantes e participar de forma assídua naquela que é a vida ativa da sociedade terceirense, que como sabem do ponto de vista comemorativo é muito recheada.

Portanto, foi uma instituição que celebrou no passado dia 7 os seus 50 anos. Durante este ano terá inúmeras atividades no sentido desta comemoração e parece-nos que efetivamente o voto é de todo apropriado e faz sentido ser aqui registado nesta Casa.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um **Voto de congratulação pelo 25.º aniversário da Filarmónica Rainha Santa Isabel das Doze Ribeiras**, apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25º Aniversário da Filarmónica Rainha Santa Isabel das Doze Ribeiras

A Filarmónica Rainha Santa Isabel das Doze Ribeiras, mais conhecida por Filarmónica das Doze Ribeiras mantém de forma ininterrupta a sua atividade durante 25 anos. Ou seja, desde 1988 na Freguesia das Doze Ribeiras.

Vários têm sido os sócios e músicos da Sociedade Filarmónica Rainha Santa Isabel das Doze Ribeiras que tem têm prestado um valioso contributo para o engrandecimento da Filarmónica, exercendo com mérito, cargos dirigentes e de regentes ao longo destes 25 anos.

Todavia, a vontade da população em ter uma Sociedade, uma escola de música e uma Filarmónica começou em 1977, isto é, muito antes da constituição formal.

Com efeito, a Sociedade e a Filarmónica foram edificadas com muito trabalho, dedicação e doação das pessoas da Freguesia. Uns engordaram bezerros e outros deram um mês de salário.

Mas o impressionante esforço da população para a fundação desta Filarmónica, assume proporções exemplares, quando a Ilha Terceira é abalada pelo sismo de 1980, sendo esta Freguesia a mais atingida da Ilha. Apenas quatro edifícios se

mantiveram de pé, mas a determinação de fazer nascer uma Filarmónica continuou, embora as prioridades fossem outras.

Uma Filarmónica que continua a ser um motivo de grande orgulho para a Freguesia, enriquecendo a vida coletiva, cultural e social das Doze Ribeiras.

A Filarmónica tem atuado em diferentes Ilhas do Arquipélago representando com prestígio a Ilha Terceira e a freguesia das Doze Ribeiras.

Imprescindível para o seu sucesso tem sido também a formação musical que é ministrada por hábeis e dedicados formadores que possibilitam a continuidade desta Filarmónica com músicos de excelência.

Aliás, as Filarmónicas são escolas de formação musical e saudáveis espaços de convivência social, que em muito ocupam os nossos jovens, transmitindo valores de vida.

Este ano, e com a comemoração das suas bodas de prata a Filarmónica produziu um CD, perpetuando assim a sua música nas gerações vindouras.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação pelos 25 anos da constituição da Filarmónica Rainha Santa Isabel das Doze Ribeiras**, do qual deve ser dado conhecimento à instituição aniversariante.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2013

Os Deputados, *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Rendeiro, Bruno Belo, Judite Parreira e Luís Garcia*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também para uma palavra de apreço pela Comemoração dos 25 anos da Filarmónica das Doze Ribeiras (assim mais conhecida).

Efetivamente, tal como todas as filarmónicas da Terceira, tem sabido manter um nível de atividade muito significativo e manter sobretudo uma ligação

também com a sociedade civil. Repare-se que agora a propósito da comemoração do seu aniversário, e como é muito comum na Ilha Terceira também, foi feita uma série de comemorações que envolveu os seus congéneres (outras filarmónicas doutras freguesias, as próprias tunas). Soube trazer à freguesia outro tipo de comemorações entre as quais se inclui, naturalmente, as religiosas também, mas que faz de uma comemoração, uma convocação de eventos múltiplos que não singulariza, que não faz apenas a comemoração do seu aniversário, mas consegue convocar outras forças para essa comemoração. Isso é muito salutar.

Aliás, a descrição que foi feita da sobrevivência ao sismo de 80 também é uma descrição interessante.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PS, efetivamente, associa-se a esse voto, com muito gosto e dizer também que as nossas verdadeiras escolas de música, que são as filarmónicas merecem, continuam a merecer, apesar dos tempos de dificuldades que vivemos, uma atenção especial. São feitas da carolice de muita gente, de muitos regentes que prescindem do seu tempo próprio, da sua própria vida, em função da vida coletiva.

Portanto, a música continua a ser, como já foi hoje aqui bem dito da tribuna, um traço de união entre os povos e entre as pessoas e demonstram que há mais vida e que o homem não vive só de pão.

É isso que hoje se assinala também através deste voto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O PSD vai passar a trazer mais votos!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um **Voto de saudação à Casa dos Açores na Baía pela sua recente oficialização**, apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Casa dos Açores da Baía

Somos um povo com cinco séculos de História nos dois lados do Atlântico. Primeiro nestas ilhas do extremo ocidental da velha Europa, depois no novo mundo das Américas a começar pelo Brasil.

Desde logo, na Baía – o mais importante Estado do Nordeste brasileiro, cuja costa foi o ponto de chegada dos navegadores portugueses no início do século XVI.

Em face do desenvolvimento da sua capital estadual – a cidade de Salvador, D. João III recrutou nos Açores até 300 pessoas, maioritariamente oriundas da Ilha Graciosa, para povoarem a nova capitania portuguesa.

Numa região metropolitana hoje com quase quatro milhões de habitantes e numa cidade ainda bastante marcada pela influência arquitetónica portuguesa, foi fundada em 1981 uma Casa dos Açores.

Foi seu fundador e primeiro presidente o atual vice-presidente Manuel Bernardino da Silva. Partiu da Graciosa com 16 anos de idade para radicar a sua vida em Salvador da Baía no ano de 1961. Foi homenageado pelo governo português com o grau de Comendador e pelo município local com o título de Cidadão Honorário.

Desde o emblemático impulsionador Manuel Bernardino da Silva até ao atual presidente Orlando Souza da Silva, a Casa dos Açores da Baía preserva e dinamiza a identidade cultural açoriana num esforço tão persistente como meritório que, finalmente e felizmente, 32 anos após a sua fundação, acaba de ser oficialmente reconhecido e protocolarmente consolidado pelo Governo Regional.

O protocolo de cooperação celebrado a 3 de setembro em Angra do Heroísmo, entre o Governo Regional e a Casa dos Açores da Baía, faz desta a 5ª instituição do Brasil e a 14ª do Conselho Mundial.

Agora, a Baía conjuga esforços com Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para representar os açorianos do Brasil no Conselho Mundial das Casas dos Açores.

A nossa rede oficial da diáspora regista assim um ganho de representatividade que importa continuar a prosseguir, para além das atuais Casas dos Açores do Canadá (Ontário, Quebeque e Winnipeg), dos Estados Unidos da América (Nova Inglaterra e Califórnia) e do Uruguai, sem esquecer Lisboa, Norte e Algarve.

Saudar a oficialização da nova Casa dos Açores e a sua consequente integração no Conselho Mundial é saudar todos os açorianos, de naturalidade e de descendência, radicados no Estado brasileiro da Baía – uma obrigação institucional que o Parlamento dos Açores cumpre com gosto.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um **Voto de Saudação à Casa dos Açores da Baía** pela sua recente oficialização, do qual deve ser dado conhecimento formal à respetiva instituição e ao Conselho Mundial das Casas dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 17 de outubro de 2013

Os Deputados Regionais, *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, Luís Garcia e José Andrade*

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para manifestar o nosso apoio e dizer que o Grupo Parlamentar do PS associa-se a este voto.

Como muito bem referiu o Sr. Deputado José Andrade, o esforço que tem sido feito pelas Casas dos Açores, em todo o mundo, que têm sido apoiadas pelo Governo Regional fornecendo nomeadamente a possibilidade delas se congregarem numa instituição que é o Conselho Mundial que agora junta 14 Casas dos Açores espalhadas pelos vários continentes.

Todo esse esforço conjunto, dos de lá e dos de cá, tem sido essencial para projetar não só os Açores mas a sua cultura, o seu povo, enfim, as suas atividades desportivas, uma série de atividades nos Açores que sendo projetadas pelo mundo fora dignificam a nossa Região e o nosso povo e conseqüentemente dignificam os próprios açorianos que se sentem orgulhosos nas comunidades onde se inserem, nomeadamente o caso dos Estados Unidos, do Canadá, da Bermuda, entre outros.

No caso do Brasil, como todos sabemos, as nossas relações estreitaram-se primeiramente com os estado sul, com o Rio Grande do Sul e com Santa Catarina, mas também há açorianos em outros estados e a prova disso foi a oficialização desta Casa dos Açores na Baía, com a qual todos nos congratulamos e o Grupo Parlamentar do PS tem o prazer de associar-se a este voto do PSD.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Concluimos esta fase de votos de congratulação e saudação.

Vamos passar aos votos de protesto, o primeiro, apresentado pelo PSD, é referente ao **encerramento de serviços de finanças nos Açores**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): Chamado voto de muita lata!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

Voto de Protesto

ENCERRAMENTO DE SERVIÇOS DE FINANÇAS NOS AÇORES

O PREMAC – Programa de Redução e Melhoria da Administração Central – mandado realizar pelo Governo da República prevê o encerramento de 13 dos 19 serviços locais de finanças dos Açores.

A concretização de tal intenção, de acordo com este Programa, representa uma inaceitável diminuição do nível de serviços prestados pelo Estado aos Açorianos, nos concelhos e nas ilhas dos Açores.

O encerramento indiscriminado de serviços de finanças prejudica o acesso dos cidadãos aos serviços do Estado, na área da administração fiscal, na medida em que ignora as particularidades e especificidades da Região e mesmo dentro de cada uma das nossas ilhas.

A voragem de encerramento de serviços do Estado que atinge o País é uma solução que visa poupar, apenas, alguns recursos públicos que pouco contribuem para a contenção da despesa do Estado.

O encerramento indiscriminado de serviços públicos nas ilhas dos Açores, aos vários níveis da Administração Pública como forma de contenção da despesa pública, sem evidentes ganhos de eficiência, é uma opção política errada.

A melhoria dos serviços públicos, em benefício dos cidadãos que são, afinal, a sua razão de ser, é uma exigência que se impõe sempre à Administração, sem que tenha de implicar o encerramento de serviços.

A proximidade dos serviços, a pronta e eficaz resposta aos cidadãos, a segurança da relação direta com a Administração Fiscal é posta em causa com a opção que o Governo da República se prepara para tomar.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe:

1- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta e repudia a intenção do Governo da República de encerrar indiscriminadamente serviços locais de finanças na Região Autónoma dos Açores, ignorando a sua realidade geográfica.

2- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores delibera dar conhecimento do seu protesto ao Governo da República.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Outubro de 2013

Os Deputados, *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo, Cláudio Lopes, Cláudio Almeida, Aida Amaral, João Bruto da Costa, António Pedroso e Valdemiro Vasconcelos*

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamentavelmente o encerramento de Repartições de Finanças, ou Serviços de Finanças nos Açores, já faz parte do quotidiano nos últimos tempos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

O Orador: Recentemente tivemos o encerramento da Repartição de Finanças do concelho da Calheta em S. Jorge, sem qualquer sensibilidade para as questões geográficas daquela ilha.

A Repartição de Finanças do concelho da Calheta foi encerrada fazendo com que algumas pessoas, literalmente, tenham que perder um dia para tratar de um simples ato administrativo, para tratar das suas contribuições, ou seja, estão a tratar de pagar os seus impostos e de contribuir para a sustentabilidade do Estado, mas mesmo assim são penalizados nessa matéria.

O PS obviamente vota a favor deste Voto de Protesto, outra coisa não poderia deixar de ser, mas para o PS não basta a apresentação de Votos de Protesto.

Os partidos aqui presentes e que suportam a maioria devem fazer mais do que isso e devem utilizar a sua influência em Lisboa para defenderem os interesses dos açorianos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: ... porque esta matéria é demasiado gravosa para a vida e o quotidiano das nossas populações, já de si com os constrangimentos de viver em ilhas isoladas.

O PS apresenta nesta sessão legislativa um Projeto de Resolução que vai mais além do que isto, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mais logo, não?

O Orador: ... que promove outras ações para que os açorianos se sintam defendidos pelo PS.

Por isso, votamos a favor deste Voto de Protesto, mas ao PSD não deve ficar só a apresentação de um simples Voto de Protesto, deve ir mais além nas suas ações junto do Governo da República.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM teve oportunidade na anterior Legislatura de apresentar um Projeto de Resolução também a solicitar que a Assembleia Legislativa, tomasse uma posição, perante o Governo da República, no sentido de impedir o encerramento que já era efetivo na altura do Serviço de Finanças da Ilha do Corvo.

Agora a solução que foi encontrada, que são apenas alguns dias de presença do Serviço de Finanças, ou do funcionamento do serviço de Finanças na Ilha do Corvo, não resolve o nosso problema, mas posso revelar aqui aquilo que vai acontecer nas restantes ilhas dos Açores.

Apesar do funcionamento ser um funcionamento muito irregular, eu diria mesmo, residual, do Serviço de Finanças, os corvinos são permanentemente autuados, no sentido de não terem oportunidade de cumprir aquelas que são as suas obrigações fiscais, mas se se atrasam são imediatamente autuados.

Para isso o Estado já funciona, mas para dar a oportunidade das pessoas poderem cumprir as suas obrigações fiscais, aí o Estado não funciona.

Eu penso que é isto que irá acontecer no resto da Região, se estas medidas acabarem por ser implementadas.

Deixo no entanto esta referência e essa nossa posição inicial já na anterior Legislatura, em relação a este processo de desmantelamento dos Serviços de Finanças na Região Autónoma dos Açores e evidentemente acompanho este Voto de Protesto do PSD. Voto favoravelmente, claro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não era para intervir neste voto mas como o Sr. Deputado Rogério Veiros teve a simpatia de referir os partidos do Governo da República, eu com certeza que cá estou a dizer presente nessa matéria, porque nunca tivemos nenhum problema e independentemente do Governo da República ser do meu partido ou não, ao contrário de Vs. Exas. nós não temos nenhum problema em os criticar ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... como fizemos no passado e os senhores não. Nós fazemos sempre independentemente da matéria.

O que eu acho interessante é que os senhores vêm reclamar sobre fechar serviços de proximidade. Reclamam e bem como nós reclamámos também.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está a falar de impostos?

O Orador: Oh Sr. Vice-Presidente, sempre que eu falo o senhor dá-lhe um ímpeto de me interromper.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quando fala são apartes regimentais, quando eu falo...

O Orador: Não Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A diferença é essa. Quando o senhor fala são apartes regimentais, quando os outros falam não!

O Orador: Não. Eu ouço sempre com atenção os seus apartes regimentais e registo sempre a simpatia de me interromper e coincidentemente os seus apartes regimentais coincidem com as minhas intervenções. Não coincidem com mais nenhum. Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Mas, dizia eu, Sr. Vice-Presidente, se me permite, relativamente à Repartição de Finanças da Calheta, Sr. Deputado Rogério Veiros, eu humildemente, e o meu partido, fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para que ela não fechasse. Infelizmente, do vosso partido, nomeadamente do partido em S. Jorge, não tivemos nenhum apoio nessa matéria.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Tivemos crítica feroz e nunca um apoio como os senhores aqui tantas vezes pedem que deste parlamento saia uma posição unânime e de força dos Açores em relação ao Governo da República, mas os senhores só aplicam essa regra quando os senhores precisam de apoio, quando os outros precisam os senhores não dizem “presente”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Essa é que é a diferença entre nós e os senhores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem observado!

O Orador: Depois, vamos falar de serviços de proximidade. Sim senhor, é um erro estratégico fechar-se as Repartições de Finanças e sobretudo como eu já disse e defendi, cada ilha deve ter, no mínimo, uma Repartição de Finanças.

Deputado Berto Messias (PS): Vá dizer isso ao Sr. Ministro!

O Orador: Não se pode tratar os Açores - os senhores nunca se opuseram a isso e eu já denunciei várias vezes - não se pode tratar os açores como ex-distritos....

Deputado Francisco César (PS): A culpa agora é nossa! É preciso ter lata!

O Orador: ... mas os senhores continuam a aceitar essa designação de ex-districtos...

Deputado Berto Messias (PS): Já lá vamos!

O Orador: ... por culpa vossa e continuam a assinalar isso, e mais, promovendo até capitais açorianas.

Serviços de proximidade. Quem encerrou serviços de proximidade nos Açores?

Deputado Berto Messias (PS): Vai ver que foi o PS!

O Orador: Quem encerrou escolas nos Açores?

Deputado Francisco César (PS): O senhor não tem vergonha!

O Orador: Serviços de proximidade. Quem encerrou e transferiu para a RIAC serviços de proximidade da Segurança Social?

Deputado Berto Messias (PS): Seja sério!

O Orador: Portanto, serviços de proximidade têm os senhores encerrado nos Açores a torto e a direito.

Presidente: Sr. Deputado, vamos cingir-nos ao voto.

O Orador: Mas aí já não são criticados.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): As Velas vão abrir escolas em todas as freguesias!

O Orador: Os senhores acham que nos Açores não deve haver escolas em todas as freguesias; ...

Deputado Berto Messias (PS): Vamos ver escolas nas Velas a abrir!

O Orador: ... os senhores acham que nos Açores não podemos ter um centro de saúde à porta; os senhores acham que nos Açores não podemos ter um hospital à porta.

Os senhores quando é para fechar e encerrar defendem...

Deputado Francisco César (PS): É preciso ter lata!

Presidente: Sr. Deputado, vamos cingir-nos ao voto em causa.

O Orador: Estou a falar de serviços de proximidade Sra. Presidente, que foi referido aqui.

Presidente: Mas o voto é especificamente sobre os Serviços de Finanças.

O Orador: Serviços de proximidade são serviços públicos de proximidade onde se integram escolas e outros serviços da Segurança Social que os senhores encerraram nos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Vamos ver todas as escolas das Velas a reabrir!

O Orador: Eu percebo que as Velas os incomodem muito e vos esteja atravessado, ...

Deputado Francisco César (PS): Atravessado a quem?

O Orador: ... mas tenho pena Sr. Vice-Presidente que lhe tenha acontecido. Na Declaração Política do seu partido, terei naturalmente um recadinho para si. Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Recadinho de amor!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por dizer que votarei favoravelmente este voto que o PSD aqui apresenta, mas não posso deixar de dizer o seguinte.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Não é a primeira vez efetivamente que esta questão do encerramento dos serviços de proximidade é debatida aqui nesta câmara, designadamente com outras figuras regimentais. Sabemos também que voltaremos ao assunto ainda durante o Plenário e queria recordar aqui o seguinte.

No dia 8 de junho de 2012, na sequência de uma Conferência de Imprensa que promovi em Ponta Delgada, tive oportunidade de enunciar e depois distribuir à comunicação social que cobriu essa Conferência de Imprensa, uma lista de Repartições de Finanças, que iriam ser encerradas na Região. Dia 8 de junho de 2012, ainda não tinha sido encerrada na altura a Repartição de Finanças da Calheta. Isso veio a acontecer posteriormente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Mas nessa lista de 13 Repartições de Finanças que iam ser anunciadas e que eu anunciei, estava lá a do Município da Calheta.

É evidente que como é habitual a comunicação social regional, (a quem eu facultei uma lista, uma cópia de um fax com a enumeração dessas Repartições de Finanças, que estavam previstas vir a ser encerradas) obliterou (vá-se lá saber porquê) essa notícia, mas os jornalistas presentes ficaram na sua posse com a cópia de um fax que eu lhes distribuí.

Mais tarde, e em diferentes momentos aqui no Plenário, esta questão veio de novo à discussão e eu acabei por ler aqui, até por mais do que uma vez, essa lista de Repartições de Finanças que agora se prevê que venham a ser encerradas e que já na altura, em 2012, isso era previsível.

Fez-se isso nomeadamente numa Proposta de Resolução penso, salvo erro, do PSD sobre o encerramento de serviços de proximidade aqui na Região e fez-se posteriormente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade, Sr. Deputado!

O Orador: É verdade? Ainda bem Sr. Deputado que tem boa memória.

Isto é apenas para recordar o seguinte: nessa altura não se valorizou a opinião do PCP e o aviso que o PCP estava a fazer. A câmara e este Plenário não tomaram a posição que já na altura deviam ter tomado.

Eu fiz aqui uma Declaração Política sobre o encerramento de alguns serviços, designadamente das lojas da RIAC, ou melhor, das extensões do apoio social e a sua integração nas lojas RIAC, exatamente para dizer o seguinte e aí estou de acordo consigo Sr. Deputado Artur Lima: o Governo Regional na Região também tem seguido essas políticas, políticas de encerramento de serviços de proximidade e com os efeitos que isso tem produzido.

O exemplo que eu tenho dado é o exemplo paradigmático da Ilha de S. Jorge, designadamente dos Nortes com o encerramento das cooperativas, o posterior encerramento das escolas do 1º. ciclo e a situação de degradação que tem acontecido em S. Jorge.

Nós voltaremos ao assunto ainda este Plenário e eu reservo o desenvolvimento desta questão para essa posterior oportunidade.

Eu votarei favoravelmente este voto apresentado pelo PSD, mas não posso deixar de dizer o seguinte: a responsabilidade do encerramento destes serviços é do Governo do PSD e do CDS. É responsabilidade do PSD e do CDS o encerramento desses serviços e por muito esforço que façam as açorianas e os açorianos têm de perceber isso.

Quem pretende afastar esses serviços da proximidade ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o PS? E o Governo do PS?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... dos cidadãos é o Governo da República, é o Governo do CDS e do PSD.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Quero ainda, e para terminar, Sra. Presidente saudar o Deputado Artur Lima. O Deputado Artur Lima já ontem aqui deu mostras disso, e hoje também, de finalmente vir assumir ...

Deputado Berto Messias (PS): Ainda não se assumiu muito bem!

O Orador: ... que é Vice-Presidente nacional do CDS-PP e que o CDS nos Açores tem de facto essa responsabilidade ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque até agora tem andado a procurar com a sua atuação distanciar-se das responsabilidades que efetivamente V. Exa. tem nas políticas que estão a empobrecer este País e que estão a levar à ruína os portugueses.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Passa a vida a sacudir a água do capote!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é você!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rogério Veiros pede a palavra para?

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, ainda intervia o Sr. Deputado Artur Lima e eu estava com o braço no ar porque queria protestar.

Queria protestar porque o Sr. Deputado Artur Lima quando lhe tocam na ferida

...

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros já lhe dou a palavra mas ...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Sras. e Srs. Deputados eu não vi que o Sr. Deputado tinha levantado a mão e mesmo que tivesse levantado eu deduziria que seria para intervir e os grupos parlamentares não podem intervir mais do que uma vez.

Não reparei que tinha levantado a mão e por esse motivo é que não lhe dei a palavra, mas o Sr. Deputado Rogério Veiros pediu a palavra para fazer um protesto?

Deputado Rogério Veiros (PS): Sim.

Presidente: Em relação?

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Em relação às afirmações do Sr. Deputado Artur Lima que disse que o PS localmente não tinha tido uma atuação correta em relação a esta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não disse isso!

O Orador: Disse sim senhor. O senhor disse que o PS localmente ...

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados das bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, eu vou permitir que o Sr. Deputado Rogério Veiros aça o protesto e darei naturalmente a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima para um contraprotesto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual foi a ofensa?

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima, quando lhe tocam na ferida, salta logo da cadeira e a ferida dele é ser Vice-Presidente de um partido que suporta este Governo central.

O Sr. Deputado Artur Lima afirmou que o PS não tinha apoiado o CDS ou o seu partido nesta matéria em relação ao fecho da Repartição de Finanças da Calheta. Isso não é correto porque o PS, e não só o PS, os autarcas do PS e os

autarcas do PSD todos eles se manifestaram contra o encerramento da Repartição de Finanças da Calheta, na Assembleia Municipal, na Câmara e nas respetivas freguesias.

O PS atuou ao lado da população. Aquele acontecimento provocou a constituição de um movimento cívico na Calheta tal era a indignação das pessoas.

Por isso, a acusação que o Sr. Deputado Artur Lima faz de que o PS não soube estar ao lado do CDS-PP, o PS não tinha que estar ao lado do CDS-PP, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é inadmissível!

O Orador: ... o PS tinha que estar ao lado dos calhetenses porque foram encerrados serviços de proximidade e serviços importantíssimos para aquele concelho e para aquela população.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, para um contra protesto, tem dois minutos.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

V. Exa. Sra. Presidente abriu hoje um precedente grave nesta Casa e que vai ser levado em conta por mim e por esta bancada daqui para o futuro.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mais um!

O Orador: Se admitimos protestos pelo puro combate político estamos mal nesta Casa.

O combate político faz-se nesta Casa com frontalidade e com lealdade. Foi o que eu fiz.

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores não fazem outra coisa!

O Orador: Agora, o Sr. Deputado Rogério Veiros pediu a palavra e fez uma intervenção.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Foi um abuso da generosidade de V. Exa.

Por isso, devia ter sido chamado à atenção e não foi.

Portanto, ele não fez nenhum protesto, o Sr. Deputado Rogério Veiros.

Eu acho que tirando aquela bancada ali toda a gente concorda com aquilo que eu digo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado do PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Toda a gente concorda, Sra. Presidente.

O que eu disse e reafirmo ...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PSD e do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Artur Lima está no uso da palavra.

O Orador: Sr. Vice-Presidente, o senhor mais uma vez volta ao seu hábito habitual de destabilização neste Plenário.

(Risos do Deputado Berto Messias)

Segunda vez hoje e o dia ainda não acabou.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Dá-me autorização que respire!

O Orador: Quanto ao contra protesto Sra. Presidente do Sr. Deputado Rogério Veiros eu peço-lhe imensa desculpa, eu não posso fazer o contra protesto porque ele não fez nenhum protesto.

Muito obrigado.

Deputado Rogério Veiros (PS): Fiz, sim senhor!

Deputado Paulo Estêvão (PPM) e vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rogério Veiros, pela consideração que tenho por si ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Iguualmente!

O Orador: ... lamento duas coisas.

Em primeiro lugar lamento a sua falta de memória e em segundo lugar, por causa da sua falta de memória, ...

Deputado Berto Messias (PS): Isto é incrível!

O Orador: ... lamento que o senhor tenha recebido uma incumbência do seu partido ...

Deputado Francisco César (PS): Lamentável!

O Orador: ... para defender uma causa que como eu vou explicar é absolutamente indefensável.

Deputado Rogério Veiros (PS): Indefensável é o seu Governo da República!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Calma, ouça!

O Orador: O senhor acabou de anunciar que o PS ia votar favoravelmente este Voto de Protesto contra o encerramento de Finanças nos Açores que o PSD apresentou.

Deputado Rogério Veiros (PS): E já não é o primeiro. Já anunciou outros!

O Orador: O senhor anunciou o voto favorável do PS e essa posição que o senhor assumiu em nome da sua bancada é de uma incoerência suprema ...

Deputado Berto Messias (PS): Então os senhores não queriam que aprovássemos!

O Orador: ... porque este voto que os senhores hoje dizem que vão aprovar é exatamente o mesmo, é exatamente igual ao que o PSD apresentou nesta Casa ...

Deputado Berto Messias (PS): Em 2008!

O Orador: ... no dia 13 de março de 2008 e que os senhores chumbaram...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, PPM e CDS-PP)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que estava no Governo?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ouça!

O Orador: ... e entre os que contribuíram para a rejeição estava o senhor.

Deputado José Ávila (PS): E o que é que fechou em 2008?

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PSD e do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Há cinco anos este voto não merecia e não mereceu a aprovação do PS, agora os senhores aprovam este voto ...

Deputado Berto Messias (PS): Já sabíamos! O senhor é tão previsível!

O Orador: ... e a pergunta que se tem que fazer é: porque é que os senhores cinco anos depois, com a mesma realidade, aprovam este voto?

Deputado Rogério Veiros (PS): É porque há 5 anos não sabíamos que ia encerrar!

O Orador: A grande diferença Srs. Deputados é que há cinco anos estava Sócrates à frente do País, agora está Passos Coelho.

Deputado Berto Messias (PS): Porque há 5 anos não fecharam!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, PPM e CDS-PP)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vai dar mais um protesto, Sra. Presidente?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O patrão está a mandar protestar!

O Orador: Os senhores mudam a vossa posição conforme quem está na República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Essa vossa posição é absolutamente lamentável porque ela não é só reveladora de uma suprema incoerência, ela é bem reveladora de uma suprema hipocrisia política.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Nós aqui deste lado, as nossas posições, são de acordo com aquilo que nós pensamos, de acordo com o nosso pensamento, de acordo com as nossas posições, de acordo com os interesses dos Açores e dos açorianos e as nossas posições não são determinadas por quem está na República.

Essa é a grande diferença.

Deputado Berto Messias (PS): Claro!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra. Tem 3 minutos.

^(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Para solicitar a V. Exa. que possa dar indicação aos serviços para recuperarem o Diário das Sessões aquando do debate ocorrido no Voto de Protesto lembrado pelo Sr. Deputado Costa Pereira para que seja possível que ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É muito previsível! Já temos!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PSD e do PS)

Presidente: Srs. Deputados vamos deixar ouvir.

O Orador: ... todos os partidos possam ter de novo conhecimento fidedigno dos argumentos que foram referidos nesse debate, porque há uma diferença inquestionável Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isto é uma intervenção!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PSD e do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados eu gostaria que deixassem a Mesa gerir os trabalhos. Eu ainda nem tinha tido tempo de me dirigir ao Sr. Deputado Berto Messias para lhe pedir que se cingisse à interpelação e os Srs. Deputados nem me deixam falar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados têm que deixar a Mesa agir e peço-vos que confiéis, independentemente de concordarem ou não, nas decisões da Mesa porque naturalmente elas não serão agradáveis a todos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Têm é que ser justas!

Presidente: Já aqui tivemos provas que não foram para todos os partidos que têm assento nesta Assembleia.

Peço-vos que confiéis na Mesa e nas decisões da Mesa.

Sr. Deputado Berto Messias, ...

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação.

Presidente: ... foi claro na sua interpelação.

Deputado Berto Messias (PS): Mas gostaria de continuar a interpelá-la...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isto é inadmissível!

Deputado Berto Messias (PS): ... dizendo-lhe que há uma diferença atroz entre aquilo que se passou...

Presidente: Sr. Deputado, o senhor já fez a interpelação...

Deputado Berto Messias (PS): Não, não. Eu estou a interpelá-la ainda.

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, eu estou a interpelá-la fazendo este pedido porque julgo que o conhecimento desses dados a todas as bancadas vai mostrar claramente que há uma diferença enorme entre aquilo que se passou

há cinco anos e o que se passa agora. Há cinco anos não foi encerrado nenhum serviço das finanças e agora vai ser.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa registou o pedido e será feita a respetiva distribuição.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão tinha pedido a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero efetuar um protesto à Mesa ...

Deputado José Ávila (PS): Mas o que é isso de protesto à Mesa?

O Orador: ... no sentido de eu considerar que a Sra. Presidente permitiu duas intervenções (um protesto e uma interpelação à Mesa), que foram intervenções políticas, de argumentação, quando não podiam fazer do ponto de vista regimental. Sem regras não há democracia, nem parlamento que funcione e há um total desrespeito pelo PS em relação aos períodos regimentais e ao conteúdo dos períodos regimentais e das formas regimentais que são utilizadas ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso é mentira! Tenha calma!

O Orador: ... e as formas regimentais foram utilizadas pura e simplesmente para argumentar no sentido político contrário das outras representações parlamentares e Grupos que o tinham realizado.

Isto assim não é democracia, não se respeita o Regimento, não se respeita a democracia, não se respeita as formas regimentais corretas.

Assim nenhuma câmara consegue funcionar com eficácia, com democracia e com liberdade.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não apoiado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores abusam da bondade da Sra. Presidente!

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa regista o seu protesto mas naturalmente não concorda.

A Mesa tem feito sempre aquilo que acha que vai ao encontro do bom funcionamento dos trabalhos. Fica registado o seu protesto mas naturalmente não me revejo nele.

Sr. Deputado Jorge Costa Pereira pediu a palavra para?

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a calma de quem tem razão, Sra. Presidente ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... eu queria ajudar a Mesa dizendo que já tenho na minha posse o Diário das Sessões do dia 13 de março de 2008, em que está o Voto de Protesto, em que está o debate todo e posso fornecer à Mesa para ser distribuído pelas bancadas ...

Deputado Berto Messias (PS): Ótimo, mais fácil!

O Orador: ... e em que se verifica que a única diferença entre o texto deste voto e o texto de 2008 é apenas a referência ao Programa de 2008, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... que não é o mesmo de 2013.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Depois da votação!

Presidente: O Sr. Deputado quer solicitar um intervalo, é regimental, posso conceder.

Pergunto é se sempre quer pedir ou não.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Solicito que seja agora.

Presidente: Regressamos às 12 horas.

Eram 11 horas e 47 minutos.

Presidente: Peço às Sras. e Srs. Deputados que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 09 minutos.

A Mesa não tem mais inscrições pelo que vamos passar à votação.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um **Voto de Protesto pelo incumprimento das listas de espera cirúrgicas**, apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é a casa-mãe da democracia açoriana.

É aqui que se encontra expressa a vontade manifestada pelos açorianos quando chamados a escolher os seus representantes políticos.

Compete à Assembleia Legislativa aprovar o orçamento regional e, especialmente, no exercício de funções de fiscalização, “vigiar pelo cumprimento da Constituição, do Estatuto e da Leis e apreciar os atos do Governo e da administração regional autónoma”.

Na discussão do Plano e Orçamento para 2013, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma proposta de alteração ao Programa 6 do Plano - Desenvolvimento do Sistema de Saúde, Ação 6.8.1 – Redução de listas de espera cirúrgicas, no sentido de ser reforçada, em 700 mil euros, a verba do Orçamento destinada ao combate das listas de espera cirúrgicas nos Hospitais da Região.

Esta proposta, destinada a responder aos açorianos que esperam, e muitas vezes desesperam, por uma cirurgia mereceu a aprovação, por unanimidade, do Parlamento dos Açores.

Esse facto foi, aliás, salientado pelo Presidente do Governo nesse debate, como se verifica pelas suas próprias palavras: “O PS já demonstrou que está disponível para viabilizar propostas dos partidos da oposição”. “Da parte do Governo, hoje como sempre, contarão sempre com a abertura para analisar, debater e, se for mérito delas e capacidade dos nossos recursos, aceitar as vossas propostas”, assumiu o Presidente do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa! é verdade!

O Orador: É um gesto que desprestigia o governo regional e que desrespeita o Parlamento dos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Nestes termos, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis propõem o seguinte voto de protesto:

1. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu protesto pela vontade expressa pelo Governo Regional de não cumprir o que foi aprovado por este Parlamento, nomeadamente, o reforço em 700 mil euros da verba do Orçamento Regional para 2013, destinada ao combate às listas de espera cirúrgicas nos Hospitais da Região.

Vozes de alguns dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 17 de outubro de 2013

Os Deputados, *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e Luís Maurício*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração ao Programa 6 do Plano é um reforço da dotação com o objetivo de redução das listas de espera cirúrgicas.

A execução desta dotação é avaliada aquando da execução do Plano no final de Dezembro e onde discutiremos os resultados e onde será dada conta da execução e avaliação deste objetivo.

Está o Governo Regional a fazer o esforço no aumento da produtividade dos hospitais que consideramos ser a via mais justa e equilibrada para combater as listas de espera cirúrgicas.

Por estas razões, o Grupo Parlamentar do PS votará contra este Voto de Protesto.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Hoje é o dia de renegar o passado. O de há 5 anos e o de ontem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que acabámos agora de assistir na intervenção do Sr. Deputado Domingos Cunha, foi a negação absoluta daquilo que o Sr. Secretário Regional da Saúde ontem aqui disse no Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: O Sr. Deputado Domingos Cunha acabou de afirmar, e peço desculpa se não for exatamente preciso em relação à expressão que utilizou, “que a avaliação da execução do orçamento se faria em dezembro de 2013” ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): É sim!

O Orador: ... e que por conseguinte o Governo estaria a desenvolver todos os esforços para combater as listas de espera cirúrgicas.

Sr. Deputado, o membro do Governo responsável pela pasta da saúde disse ontem, aqui, rigorosamente o contrário. Entendam-se!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Eu não sei quem é que governa, se é o Grupo Parlamentar do PS, se é o Governo!

Ontem estava a governar o Sr. Secretário Regional da Saúde e disse aqui, olhos nos olhos, perante todos nós, que se apresentava na disposição de desrespeitar uma decisão deste Parlamento, invocando questões de segurança ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... invocando verbas que teriam sido desviadas para pagamento de horas extraordinárias aos médicos, como se a exemplo daquilo que ele fez, na contratação de clínicos gerais para fazer urgências nos nossos centros de saúde (que são contratados fora da Região) não o pudesse fazer da mesma forma em relação aos anestesiólogos para suportarem cirurgias ao fim de semana.

Isso representa da parte do Sr. Secretário um desrespeito total perante este Parlamento e uma indiferença total perante o sofrimento dos açorianos que estão à espera há muito das suas cirurgias, que estão a sofrer, listas de espera essas que estão num verdadeiro caos nos três hospitais da Região e o Sr. Secretário parece ignorar e aqui perante todos nós reafirmou a sua indisponibilidade para cumprir uma decisão do Parlamento.

Vem agora o Sr. Deputado Domingos Cunha dizer precisamente ao contrário: afinal isto já não é assim, em dezembro veremos se o dinheiro foi utilizado ou não. Entendam-se porque eu não sei quem é o Secretário Regional da saúde, se é o Sr. Deputado Domingos Cunha, ou se é o Sr. Dr. Luís Cabral. É preciso que se entendam em relação a essas diferenças e o que aqui ficou dito ontem, não é

passível de ser emendado hoje por quem não está daquele lado e tem a responsabilidade de governar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem assumiu o que foi ontem aqui assumido é um atentado, um desrespeito perante esta casa e perante os açorianos que sofrem. Não merece outro reparo se não este que acabei de fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Vice-Presidente pede a palavra para?

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Para fazer uma interpelação à Mesa no sentido da Sra. Presidente fazer o favor de distribuir pelas bancadas a proposta que o Sr. Deputado Luís Maurício referiu que tinha apresentado na discussão na especialidade do Orçamento.

Ao contrário do que o Sr. Deputado Luís Maurício disse, não é verdade que têm feito uma proposta de reforço de 700 000 euros.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mais uma intervenção!

Presidente: Sr. Deputado Luís Maurício para uma interpelação à Mesa, deduzo?

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente. Isto é um exercício de demagogia por parte do Sr. Vice-Presidente, que como é evidente tinha inscrito no Orçamento 189 000 euros pela recuperação de listas de espera, que escondeu. Não sei se sabe mas era para mandar uma empresa do continente limpar as listas de espera...

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: ... e nós reforçámos esse valor de modo a atingir os 700 mil euros.

É má-fé da sua parte! É má-fé da sua parte!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, antes de dar a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares, naturalmente, vamos lá ver se esclarecemos aqui uma questão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E Srs. Membros do Governo!

Presidente: E Srs. Membros do Governo, obrigada pela chamada de atenção.

(Apartes inaudíveis entre o Vice-Presidente do Governo Regional e os Deputados da bancada do PSD)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): De 711, isso não é verdade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós temos todo o tempo do mundo e não saímos daqui enquanto os senhores não quiserem.

Em sede de Conferência de Líderes ficou decidido que teríamos que ter outro cuidado com o uso das figuras regimentais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: O que o Sr. Deputado Luís Maurício fez agora, e eu percebo a dinâmica da discussão, a emoção do debate...

(Aparte inaudível do Deputado Duarte Freitas)

Sr. Deputado Duarte Freitas, quem está agora no uso da palavra sou eu.

Eu não disse ao Sr. Deputado Luís Maurício que ele não podia fazer a interpelação.

Agora, quando eu chamo a atenção a alguma Sra. ou Sr. Deputado desta Casa, o mínimo que eu posso exigir é que parem a sua intervenção e ouçam o que eu tenho para dizer e depois se verá.

Deputado Ricardo Cabral e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Não posso é estar continuamente a chamar a atenção de alguém e ninguém me ouvir.

Era só isso que eu tinha para dizer.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra para uma interpelação à Mesa.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência das palavras da Sra. Presidente eu queria apenas dizer-lhe duas coisas.

É a segunda vez esta manhã que o desrespeito pelo Regimento, portanto, por esta Casa e pela Sra. Presidente também, é feita não só pelos grupos parlamentares, mas também pelos Membros do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, deixe-me dizer-lhe uma coisa: a resposta do Sr. Deputado Luís Maurício não foi uma interpelação, mas a interpelação do Sr. Vice-Presidente também não foi uma interpelação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, aquilo que aqui acontece pela segunda vez esta manhã é que as interpelações se transformam em debates.

O Sr. Deputado Artur Lima há pouco chamou a atenção para a “caixinha de pandora”.

Eu pretendo reforçar essa imagem, porque a partir de hoje, todos nós vamos fazer interpelações e por mais que a Sra. Presidente pretenda que nós nos calemos, porque tem toda a autoridade para o fazer, nós não nos vamos calar. Esta é que é a “caixinha de pandora”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: É bom que dentro da calma, dentro da lisura, dentro do calor do debate que nós temos, compreendamos que já não é só uma questão de desrespeito pelas suas palavras e por esta Casa, é uma “caixa de pandora”, que mais tarde ou mais cedo, se virará contra todos nós, Deputados, Deputadas e Membros do Governo.

Portanto é preciso fazermos alguma coisa para nos controlarmos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Só um aditamento àquilo que acabou de dizer: ou vão continuar a não falar ou vão deixar de fazer interpelações.

Será essa a consequência naturalmente.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Faço das palavras da Sra. Deputada Zuraida as minhas.

Prescindo.

Presidente: Muito bem, não havendo mais inscrições na Mesa, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos continuar com a apresentação dos votos. Agora os votos de pesar.

Pelo PS, para a apresentação de um **Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Cláudio Pires Coelho**, tem a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento do Dr. Cláudio Pires Coelho

Faleceu no dia 7 de outubro de 2013, na sua residência em Ponta Delgada, com 98 anos de idade, o ilustre povoacense Sr. Doutor Cláudio da Ponte Pires Coelho.

Nasceu em Vila Franca do Campo a 25 de Abril de 1915.

Foi casado com D^a Urselina Pacheco Medeiros e foi pai de 6 filhos. Era o médico mais velho dos Açores, exercendo a sua profissão toda a vida no Concelho da Povoação

Por volta de 1938, o Dr. Cláudio Pires Coelho veio de Coimbra com o curso de medicina, iniciando as suas funções como médico cirurgião do Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Povoação em 31/12/1938, tendo como enfermeiros a D^a Silvana Fernandes Medeiros e o Sr. Daniel Raposo Leite, substituindo os médicos que naquela altura prestavam serviços, e que eram de outros concelhos. O Dr. Cláudio foi um médico que se dedicava intensamente aos doentes, tentava sempre resolver os problemas na área da saúde que lhe apareciam à frente. Era minucioso, estudioso e fazia tudo com empenho e sabedoria.

Para além da medicina, este ilustre Povoacense prestou outros serviços ao Concelho da Povoação nomeadamente:

De 1957 a 1960 exerceu o cargo de presidente da Câmara da Povoação.

Em 1942, foi nomeado pela Mesa Administrativa Diretor Clínico do Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Povoação, cargo que ocupou até 1982.

Em 6/8/1982, por despacho do então Secretário Regional dos Assuntos Sociais foi nomeado Diretor Clínico do Hospital Concelhio da Povoação, cargo que exerceu até 24 de Abril de 1985, data a partir da qual foi aposentado por idade.

Foi ainda Professor no Externato Maria Isabel do Carmo Medeiros nos anos letivos de 1962/1963, 1963/1964, 1964/1965, nas disciplinas de ciências Geográfico-Naturais (1^o ciclo) e Ciências Naturais (2^o ciclo).

De 1963 a 1972 foi Vogal efetivo da direção da Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros, tendo sido designado pelo presidente da função, Reverendo Padre João Maurício de Amaral Ferreira, para o cargo de tesoureiro.

Para terminar passo a citar as palavras do poeta povoacense Daniel Amaral:

“Doutor Cláudio Pires Coelho

Foi Sempre no nosso Concelho

Das figuras mais ilustradas!...

Autarca, Médico e cirurgião

Que nos arquivos da Povoação
Ficará em páginas doiradas.
Médico de virtudes nobres
Ajudou ricos e pobres,
Com saber de Medicina Geral!...
Distinguido por toda a gente.”

Assim, nos termos regimentais e estatutários, o grupo parlamentar do PS apresenta o presente voto de pesar pelo falecimento do saudoso Doutor Cláudio Pires Coelho.

Que deste Voto seja dado conhecimento à sua família.

Sala das Sessões, Horta, 17 de outubro de 2013

Os Deputados Regionais do Partido Socialista, Berto Messias, Benilde Oliveira, Renata Correia Botelho, Ricardo Cabral e Catarina Moniz Furtado

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras para em nome do PSD justificar naturalmente a apresentação desse Voto de Pesar por alguém que conheci pessoalmente e que considero ter sido um homem, ao longo do seu percurso de vida, apaziguador de conflitos, um homem de cultura, um homem que ao longo da sua vida e nas diferentes funções que desempenhou no seu concelho, e que extravasaram em muito a ação do seu próprio concelho estenderam-se à própria ilha de S. Miguel, procurou com o seu sentido humanista ajudar os outros.

O Doutor Cláudio Pires Coelho, com quem tive por razões naturalmente indesejáveis de partilhar a sua convivência e a sua presença na fase final da sua vida, foi um homem sempre lúcido, defensor absoluto das suas ideias, mas sempre disponível para mudar o seu pensamento se os outros lhe demonstrassem que tinham razão.

Quero por isso sublinhar, mais uma vez, o carácter humanista do Doutor Cláudio Pires Coelho, o seu sentido de entreatajuda, a vontade expressa de participação cívica e intensa e de ajuda ao próximo.

Perdemos nos Açores aquele que era o decano da medicina nos Açores e que deixa uma marca indelével entre os seus pares mas também entre a população do concelho da Povoação e da Ilha de S. Miguel.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a outro **voto de pesar referente ao falecimento de Eduardo Silva Melo**, apresentado pelo PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Faleceu a 4 de setembro de 2013 Eduardo Silva Melo, primeiro Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande eleito após o 25 de Abril de 1974.

Cidadão de qualidades humanas reconhecidas por todos, foi também um experiente bancário, tendo em muito contribuído para o desenvolvimento económico da então Vila da Ribeira Grande.

Os seus méritos como homem de bem e cidadão dedicado à Ribeira Grande foram reconhecidos pela autarquia ribeiragrandense em 2006, quando foi condecorado com a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro.

Participou ainda, durante os anos 70 do século passado, na co-fundação do *Círculo de Amigos da Ribeira Grande*, instituição que dinamizou na época o panorama social e cultural da Ribeira Grande.

Pelo seu incontornável e reconhecido contributo para a sociedade ribeiragrandense, nas suas múltiplas vertentes, e nos termos regimentais estatutários, o Partido Socialista apresenta o presente o voto de pesar pelo falecimento de Eduardo Silva Melo, expressando assim o seu profundo pesar pelo seu desaparecimento.

Que deste voto seja dado conhecimento à família, à Assembleia Municipal da Ribeira Grande e Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Sala das Sessões, Horta, 17 de outubro de 2013

Os Deputados Regionais do Partido Socialista, *Marta Couto, Berto Messias, Graça Silva e Catarina Moniz Furtado*

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para um **voto de pesar referente também ao falecimento de Eduardo Silva Melo**, pelo PSD tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Eduardo Silva Melo foi o primeiro presidente eleito da Câmara Municipal da Ribeira Grande – o terceiro maior Município dos Açores.

Faleceu a 4 de setembro, com 92 anos de idade, dedicando a sua vida ao seu concelho.

Nascido em 1921 na então vila da costa norte da Ilha de São Miguel, foi um ribeiragrandense notável em diferentes setores do desenvolvimento local.

No plano económico, destacou-se como responsável da antiga Caixa Económica da Ribeira Grande, depois Caixa Económica Açoriana e atual Montepio Geral.

No campo sócio-cultural, foi co-fundador do Círculo de Amigos da Ribeira Grande, de reconhecida importância nos anos 70.

No âmbito político, foi escolhido pelos seus concidadãos para presidente do Município nas primeiras eleições autárquicas realizadas depois da revolução democrática de 25 de abril de 1974.

A sua candidatura, pelo PPD/PSD em 1976, fez dele o primeiro presidente eleito da Ribeira Grande, a par de outros protagonistas pioneiros do poder local micaelense: Carlos Bettencourt em Ponta Delgada, José Guerreiro de Almeida na Lagoa, António Carvalho Melo em Vila Franca do Campo, Manuel Amaral Ferreira na Povoação e José António Melo no Nordeste. Este último, curiosamente, também falecido este ano e já oportunamente evocado pelo Parlamento dos Açores.

Eduardo Silva Melo deu um contributo tão efémero como marcante enquanto presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Na alvorada democrática do poder local, instalou a gestão camarária que abriu caminho a sucessivas gerações de autarcas ribeiragrandenses. Sucederam-lhe Artur Martins em 1977, Hermano Mota em 1985, António Pedro Costa em 1993, Ricardo Silva em 2005 e Alexandre Gaudêncio já em 2013.

Pelo seu mérito pioneiro, foi condecorado com a Medalha de Honra do Município, em 2006, comemorando os 25 anos da elevação da Ribeira Grande à categoria de cidade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar pelo falecimento de Eduardo Silva Melo**, do qual deve ser dado conhecimento formal à respetiva família e ao município da Ribeira Grande.

Horta, Sala das Sessões, 17 de outubro de 2013

Os Deputados Regionais, *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e José Andrade*

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à leitura do último voto, **Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Miguel Matos Fonseca.**

Pelo PS, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Falecimento de Miguel Matos Fonseca

Faleceu, no passado mês de Agosto, Luís Miguel Matos Fonseca, conhecido por Miguel Fonseca.

Faleceu um grande empreendedor e um grande defensor dos Açores.

Aos 27 anos comprou uma Agência de Viagens, a Turangra, empresa que transformou numa importante entidade do sector Turístico dos Açores.

Na sua área de negócio a vida de Miguel Fonseca, além da Turangra, fica marcada pela candidatura à Associação Portuguesa de Agências de Viagens, à Soltrópico e, mais recentemente, ao novo projeto Newtour Azores.

Miguel Fonseca era sinónimo de dinamismo, de empreendedorismo e de amor aos Açores.

A sua persistência e perseverança, eram por vezes confundidas com teimosia, defeito ou virtude daqueles que defendem convictamente aquilo em que acreditam.

O falecimento do Miguel Fonseca é uma grande perda para os Açores.

No passado dia 20 de Agosto, faleceu um dos melhores e mais dinâmicos açorianos da sua geração.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PS apresenta o presente voto de pesar pelo falecimento de Miguel Fonseca, enaltecendo o espírito dinâmico e empreendedor que demonstrou em prol dos Açores durante toda a vida.

Que deste Voto seja dado conhecimento à sua família.

Sala das Sessões, Horta, 17 de outubro de 2013

Os Deputados Regionais do Partido Socialista, Berto Messias, Domingos Cunha, António Toste, Cláudia Cardoso e Pedro Moura

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Miguel Fonseca merecia que o Deputado Berto Messias tivesse lido o voto mais devagar.

É obviamente um terceirense de renome. É, obviamente, um terceirense que merece ser citado porque como diz o próprio voto, e muito bem, “Miguel Fonseca era sinónimo de dinamismo, de empreendedorismo e de amor aos Açores”.

Esta é uma frase relevante do voto, porque caracteriza bem aquilo que era o Miguel Fonseca conhecido por todos nós, principalmente os terceirenses.

O seu grande dinamismo e a sua grande proatividade eram exemplos a seguir como cidadão e como jovem.

Era um jovem que procurava soluções para os problemas. Não se acomodava com as simples soluções do dia a dia, procurava sempre algo melhor, algo inovador, algo em que pudesse pôr à frente do seu negócio o nome dos Açores.

Era um jovem que procurava o diálogo como instrumento de trabalho.

Fosse de que partido fosse ele procurava os Deputados, ele procurava os vereadores, ele procurava os presidentes das câmaras municipais, ele procurava onde houvesse uma opinião a dar, onde houvesse um debate a ter, ele lá estava. Lá estava com a sua presença, lá estava para debater até à exaustão a sua ideia ao debater ideias. Isso era fundamental.

Era, portanto, um jovem que deu o exemplo de trabalho e de dedicação.

É por isso tudo que Miguel Fonseca merece ser recordado aqui nesta Assembleia Regional, como efetivamente um exemplo de um jovem angrense, de um jovem terceirense, mas acima de tudo de um jovem açoriano que levou o nome dos Açores, levou o seu empreendedorismo, levou a sua presença física, levou o seu debate, levou as ideias além fronteiras.

Era conhecido numa grande parte do mundo, principalmente no Brasil onde tinha efetivamente grandes contatos, queria que os Açores, queria que a Ilha Terceira, queria que Angra do Heroísmo tivessem turismo, que tanta falta faz.

Miguel Fonseca merece por isso tudo ser recordado com pausa, com algum silêncio e efetivamente com algum respeito desta câmara.

Por isso mesmo o PSD vai associar-se a este voto que é oportuno nesta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS, e eu próprio, registamos com muito pesar este voto pelo falecimento do Miguel Fonseca que era um exemplo de um trabalhador abnegado e de um defensor da sua terra, Angra, da sua terra, Terceira, da sua terra, Açores, da sua terra, Portugal.

Era sobretudo um inconformista. Um inconformista que não tendo encontrado resposta para os seus anseios na sua terra viu-se obrigado a passar grande tempo fora da sua terra, para desenvolver de fora para dentro a sua terra.

Por não ter tido muitas vezes os apoios que ele tanto ansiava, nomeadamente nos transportes aéreos, no turismo, onde tinha propostas muito válidas que foram feitas e que ele com a sua Agência e com a sua empresa nos Açores não conseguia, teve que, digamos, emigrar para conseguir trazer de fora para dentro toda a sua força, todo o seu empenho e todo o seu interesse em desenvolver os Açores e o turismo dos Açores, sobretudo fazendo propostas e contributos para ter passagens mais baratas, melhores acessibilidades aos Açores, quer aéreas, quer marítimas e nisso ele, infelizmente, morreu insatisfeito.

Mais uma vez à sua família endereço os meus sentimentos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Acabou este período dedicado aos votos.

Passamos às declarações políticas.

Para uma declaração política pelo PS, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista Açores teve uma vitória histórica nas últimas eleições autárquicas.

O PS Açores ganhou as eleições em treze dos dezanove Municípios açorianos. Este resultado, para além de significar que a maioria dos votantes está ao lado dos projetos autárquicos socialistas, representa ainda uma responsabilidade acrescida.

Embora os resultados das eleições não possam ser extrapolados para uma lógica regional, a verdade é que o PS reforçou a sua implementação no poder local açoriano. Ou seja, os açorianos reconhecem, cada vez mais, o Partido Socialista como o melhor intérprete da sociedade e o seu interlocutor político privilegiado, nos vários níveis de poder. Esta circunstância significa, igualmente, o reconhecimento da abertura à participação promovida e estimulada pelo PS. No conjunto dos dezanove concelhos, foram mais de 4.300 os cidadãos, na sua maioria independentes, que aceitaram dar o seu contributo ao projeto autárquico socialista.

Apesar do carácter local destas eleições, os resultados eleitorais permitem-nos referir algumas questões transversais a todo o território regional:

Em primeiro lugar, a rejeição de uma forma de estar e de ser na política assente na maledicência e na crítica destrutiva.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Uma circunstância, aliás, que já havia acontecido nas eleições regionais de há um ano. Quer isto significar que a maioria dos eleitores não alinha em projetos políticos que se limitam a tentar capitalizar descontentamentos circunstanciais nem premeia uma lógica de fazer política que parece transformar os partidos numa espécie de claques de futebol.

A política não é uma guerra. Em política não vale tudo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Em segundo lugar, o facto de alguns candidatos que nunca fizeram outra coisa senão desempenhar cargos políticos ou que têm grandes responsabilidades partidárias, ...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

Deputado António Marinho (PSD): Essa foi a melhor do dia!

O Orador: ... passarem a campanha a renegar os partidos, a renegar a política e os políticos, nalguns casos com posturas que fazem lembrar o Melhoral, que nem faz bem, nem faz mal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que descaramento!

O Orador: Consta que é uma nova forma de fazer política, aliás supostamente testada pela liderança do PSD Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não temos dúvidas que esses terão de descer à terra rapidamente. A realidade encarregar-se-á de acabar com a dissimulação;

Em terceiro lugar, a luta contra a abstenção não pode ser um ato de contrição pós-eleitoral. Os votos nulos, brancos e a taxa de abstenção exigem reflexão e respostas. Esta questão não se resolve por decreto. Exige mais de todos, sem exceção, num trabalho que deve ser desenvolvido todos os dias e que não pode estar circunscrito aos períodos pré e pós eleitorais;

Em quarto lugar, outra matéria de grande relevância. Alguns partidos à direita têm apoiado a sua forma de fazer política numa estratégia de promoção de bairrismos e no aproveitamento de descontentamentos locais, no que se pode considerar uma postura divisionista de pôr açorianos contra açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Essas teorias já tinham sido desmentidas em parte nas últimas eleições regionais e foram agora mais uma vez recusadas pelos Açorianos.

Ou seja, analisando os 12 Concelhos dos Grupos Ocidental e Central, o Partido Socialista venceu em 9 Municípios, o PSD em 1, o PP em 1 ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O CDS, Sr. Deputado!

O Orador: ... e um Grupo de Independentes em 1. Ou ainda, se quisermos analisar os 9 Concelhos do Grupo Central, o PS vence em 6, o CDS-PP em 1 e um Grupo de Independentes em 1. e o PSD fica reduzido a uma única câmara, por sinal um antigo bastião do PSD que foi ganho por míseros 70 votos.

Estes resultados são, também, o reconhecimento por parte dos eleitores de que o Partido Socialista, apesar dos constrangimentos e das contrariedades inerentes a

um arquipélago com as nossas características, tem desenvolvido um projeto de desenvolvimento equilibrado que todos os dias se esforça para levar investimento público a todas as ilhas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Chamar mísera à vontade democrática do povo é grave!

O Orador: Apesar da clara vitória do PS Açores, não há tempo para autocontemplações ou grandes regozijos.

Os desafios do futuro são enormes. O combate à crise é prioritário. A cooperação e a convergência entre os Municípios e o Governo dos Açores são fundamentais para o sucesso nesse combate.

Os resultados das últimas eleições autárquicas nos Açores são inequívocos e não permitem, por mais que alguns queiram, leituras enviesadas ou habilidades discursivas com o objetivo de disfarçar o indisfarçável.

O PS, como sempre, respeita escrupulosamente a vontade manifestada nas urnas pelos açorianos nos dezanove concelhos dos Açores.

Uma coisa não fazemos. Não fazemos exercícios de mau gosto político nem inventamos critérios de implementação territorial para justificar maus resultados.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Os critérios que definimos antes das eleições continuam válidos depois do ato eleitoral.

Não nos adaptamos aos resultados, mudando os critérios previamente definidos. Na política, a coragem, a frontalidade e o respeito pela vontade do povo devem ser princípios intocáveis.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Há quem não se iniba de recorrer a uma contabilidade criativa. Há quem não tenha problemas em moldar os critérios consoante os resultados. São, afinal, os mesmos que afirmando-se paladinos de uma nova forma de fazer

política, não resistem à tentação de recorrer a fórmulas estatísticas como se os eleitores açorianos fossem números numa qualquer equação matemática.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Que estranho conceito de democracia este em que se julga que as regras democráticas só se aplicam aos outros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Falar em eleições autárquicas, obriga-nos a referir que o poder local enfrenta hoje um poder político central que, manifestando total incapacidade para proceder à necessária Reforma do Estado, vê nas autarquias locais um problema e não um parceiro nas soluções de que o País necessita. O preconceito centralizador do Governo da República em relação a um poder local democrático forte constitui um óbice na ação dos municípios que, frequentemente, são encarados com desconfiança pelos atuais responsáveis pela governação do nosso País.

Aliás, a visão deste Governo sobre o Poder Local é coerente com as políticas de empobrecimento que este Governo da República do PSD e do CDS-PP tem desenvolvido em Portugal.

Esta semana os portugueses foram confrontados com a apresentação de um Orçamento de Estado que, na prática, corresponde a uma declaração de guerra aos cidadãos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Até enrola a língua!

O Orador: Entende o atual Governo da República que no cortar é que está o ganho. No empobrecimento generalizado é que está a cura para todos os males. Depois de uma suposta nova energia com o CDS-PP reforçado dentro da coligação e com as alegadas preocupações do crescimento e da competitividade reivindicadas pelo Ministro Pires de Lima e pelo Primeiro-Ministro sombra Paulo Portas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um protesto! Chamar um ministro sombra é para um protesto!

O Orador: ... o Orçamento de Estado para 2014 desfaz o mito do início de um novo ciclo da governação.

Afinal, os Democratas-cristãos, contestatários do “cisma grisalho” e arautos do crescimento não são mais do que simples cúmplices da agenda neoliberal do PSD.

Afinal, tudo mudou para que tudo fique na mesma.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E a postura do CDS-PP de fazer de contas que não tem responsabilidades na governação continua.

Recentemente, num lamentável exercício de ilusionismo político, o líder do CDS/PP afirmou que o Orçamento de Estado para 2014 não continha novas medidas de austeridade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nacional ou regional?

O Orador: Paulo Portas e poder-se-ia dizer Artur Lima chegaram ao cúmulo de dizer que o País estava a entrar num novo ciclo. Disse ainda que apenas estavam em causa “pequenas e médias poupanças.”

Confrontados com a realidade ficamos todos a saber que para o CDS/PP, as pequenas e médias poupanças correspondem a qualquer coisa como 3,9 mil milhões de euros de medidas de austeridade.

Ficamos a saber que, por exemplo, o Governo da República do PSD e do CDS/PP corta em 67 milhões de euros a transferência financeira para a Região Autónoma dos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: Ficamos todos a saber que o PSD e o CDS/PP querem transformar a Segurança Social de um modelo assente numa lógica contributiva para um modelo assistencialista.

Ficamos todos a saber que os municípios portugueses irão receber menos 70 milhões de euros em 2014.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Infelizmente!

O Orador: Ficamos todos a saber que o novo ciclo anunciado pelo Vice Primeiro-Ministro traz mais cortes de rendimentos aos funcionários públicos.

Ficamos todos a saber que este novo ciclo de “pequenas e médias poupanças” continua assente numa equação que soma um aumento brutal de impostos a um

colossal corte nos apoios sociais e não deixa de ser curioso que ainda ontem, nesta Casa, o Deputado Bruto, do PSD, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o que é isto?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Desde que ponha a maiúscula!

O Orador: ... tenha dito e se tenha insurgido contra os alegados cortes do Governo dos Açores nos Acordos de Cooperação com a IPSS, cortes esses que afinal não se confirmarão e não deixa de ser curioso que o Sr. Deputado Bruto da Costa não se tenha insurgido contra a brutalidade que o atual Orçamento de Estado lança sobre as famílias portuguesas e também sobre as famílias açorianas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Perante esta ofensiva que comprova, mais uma vez, que o caminho seguido traduz-se numa convergência em direção à pobreza, ganha cada vez mais força e evidência a indispensável necessidade de, na nossa Região, tudo fazermos, dentro das nossas competências, para afirmar um caminho alternativo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não me diga que se vai insurgir contra o seu governo?

O Orador: Uma via açoriana que, no limite dos nossos recursos e disponibilidades, proteja as famílias e apoie as empresas.

Temos, por isso de, nos Açores, desenvolver uma agenda compensatória que amenize o impacto desta austeridade cega do Governo do PSD e do CDS-PP nas famílias açorianas.

Aliás, a este propósito, não posso deixar de me referir às declarações recentes do líder do CDS/PP Açores sobre o alargamento da remuneração compensatória.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Essas declarações não deixam de causar enorme perplexidade...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por quê?

O Orador: ... quando reclama que o Governo dos Açores alargue a compensação remuneratória aos trabalhadores da administração pública regional com vencimentos acima dos 600 euros.

As suas declarações e a sua postura fazem lembrar aquela velha história do ladrão que depois de apanhado em flagrante a assaltar uma casa tenta responsabilizar e culpar o proprietário por este ter deixado a porta aberta.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Já estamos habituados a esta forma de fazer política do CDS/PP Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com a coerência de quem votou a favor da vossa medida!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De nada vale a defesa estafada e falaciosa que o PSD e o CDS/PP Açores fazem do Governo da República, enquanto embaixadores de Passos Coelho e de Paulo Portas na Região. A realidade e a própria ação do vosso Governo da República encarregam-se de os desmentir diariamente.

Depois desta declaração política certamente terão a análise simplista e básica de que a situação do País é culpa do PS e de José Sócrates e que são uns grandes defensores dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E é verdade!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi a única verdade que disse até agora!

O Orador: Ora, no primeiro caso, não estando o PS isento de erros, longe disso, já todos perceberam que o País está hoje muito pior do que estava há dois anos devido aos erros, à impreparação e à agenda neoliberal do atual Governo da República do PSD e do CDS-PP.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Quanto à segunda, ao facto de estarem permanentemente a dizer que são grandes defensores dos Açores, também já percebemos que a suposta determinação da defesa dos Açores, não passa de conversa de circunstância para disfarçar a incapacidade total de influenciar os partidos nacionais a favor dos Açores.

Quanto a nós continuaremos ao lado dos açorianos, e esperamos que todos se possam juntar a nós no combate contra as adversidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É que nenhum Governo ou Partido pode dizer que faz tudo bem, nenhum Governo ou Partido pode dizer que resolve todos os problemas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... mas qualquer Governo e qualquer partido tem a obrigação de fazer tudo diariamente para defender os seus concidadãos, para apoiar as famílias e para desenvolver a sua terra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a ouvir, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: É isso que o PS continuará a fazer.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

São 13 horas pelo que ...

Eu chamaria os Líderes e o Sr. Vice-Presidente à Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados eu vou permitir que se abra o período de inscrições e saber se alguém se quer inscrever para o debate sobre esta Declaração Política.

Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para fazer uma interpelação à Mesa.

Para informar esta câmara que a Representação Parlamentar do PPM, tem agendada agora uma reunião com o Sindicato e tem reunião da Comissão de Política geral às duas da tarde.

Portanto, não é possível continuar o debate, só por isso. Já temos compromissos agendados anteriormente.

Lamento não poder contra argumentar em relação ao discurso que aqui foi feito, mas tinha já agendado estas duas participações por parte da Representação Parlamentar do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, deduzo que para uma interpelação?

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Para uma interpelação Sra. Presidente, aliás no seguimento do que falámos há pouco aí na rápida Conferência de Líderes.

Tendo em conta que fiz uma Declaração Política todos, os partidos devem poder também participar e se necessário for excepcionalmente retomar este assunto às 15 horas.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu abri o período de inscrições porque naturalmente só haverá debate se houver inscrições.

Quanto a retomarmos às quinze, penso que na nossa reunião das 14 horas e quarenta e cinco minutos, essa matéria poderá ser decidida pelos Líderes, uma vez que regimentalmente só o poderemos fazer às quinze horas se houver consenso, por parte dos Líderes.

Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pergunta é retórica, mas gostaria que me desse a resposta.

A que horas acaba o PTAP?

Presidente: O PTAP tem duração máxima de duas horas, pelo que deveria ter concluído ao meio dia.

Se começar à tarde, obrigatoriamente termina às 18 horas.

Nós temos terminado sempre às 13 e já aconteceu por várias vezes, até contra alguns protestos da bancada, que a Mesa entendeu poder continuar os trabalhos para além das 13, uma vez que havia inscrições e porque se entendeu que nesses 10, 15 minutos que poderia durar para além da hora, estava em causa o cabal esclarecimento das matérias aqui em causa.

Por isso mesmo, por estarmos perto das 13, chamei os Líderes para perceber se deveríamos ou não, tendo em conta a matéria em causa, continuar a partir das 13.

Abri as inscrições, ninguém se inscreveu.

O Sr. Deputado Berto Messias fez uma proposta concreta de podermos continuar às 15, ao que eu respondi que só a Conferência de Líderes poderá decidir sobre essa matéria.

Como não há inscrições para o debate vamos encerrar para o almoço.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Tendo em conta que o PS é o declarante, esta matéria e o Período de Declarações Políticas fica encerrado por falta de inscrições. É isso que V. Exa. Disse?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu acho que isso deve ser discutido em Conferência de Líderes.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Eu acho que se deveria cumprir o Regimento!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias não há inscrições por nenhuma bancada, penso eu.

Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão é a seguinte e tem a ver com o cumprimento do Regimento. Temos que cumprir o Regimento.

Presidente: Deveríamos cumpri-lo sempre, Sr. Deputado. Tenho dito isso tantas vezes.

O Orador: Tendo em conta que nalgumas circunstâncias é possível consensualizar, eu gostaria muito de responder ao discurso que o Sr. Deputado Berto Messias fez, mas como já afirmei tenho uma reunião, em que já estou 5 minutos atrasado e a seguir tenho outra reunião.

Só não me inscrevo porque não é possível inscrever-me.

Presidente: Não há inscrições, o período de Declarações Políticas está encerrado, assim como o PTAP.

Regressamos às 15 horas.

Alerto para a reunião às 14 horas e 45 minutos.

Eram 13 horas e 07 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos com a Agenda da Reunião.

Entramos no ponto 12: [Projeto de Resolução n.º 40/X - "Manutenção da Maioria do Capital Social da Empresa de Electricidade dos Açores - EDA na Esfera Pública"](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para o debate desta iniciativa os tempos definidos pela Conferência de Líderes são os do processo legislativo comum e são os seguintes:

PSD, PS e Governo, dispõem de 25 minutos

CDS-PP - 13 minutos

BE, PCP e PPM - 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas para apresentação do diploma.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apresentando, sucintamente este Projeto de Resolução, que visa manter a maioria do capital social da EDA na esfera pública, é uma matéria que tem sido constante do debate público nos Açores nos últimos meses, é uma matéria que por muito que se queira que seja um não assunto, é um assunto.

Portanto, é aqui, na Casa mãe da autonomia que temos também que nos pronunciar sobre as traves mestras daquilo em que assenta a nossa Região social, económica e politicamente.

Neste caso, sobre uma empresa, sobre um setor que são comumente aceites em todo o mundo como estratégicos e uma empresa produtora de bens públicos. A EDA nos Açores já teve uma tentativa, por parte, na altura também de um governo socialista, de avançar com a privatização para mais de 50% do capital, felizmente, nessa altura, essa intenção foi travada e julgávamos que era um assunto morto e enterrado.

Julgávamos que havia se não uma unanimidade, um grande consenso na Região, relativamente à necessidade de manter empresas estratégicas, como é o caso da EDA, mas também da SATA, por exemplo, dentro da esfera do setor público.

Ficámos surpreendidos porque tendo todos os partidos nos seus programas eleitorais assumido a presença maioritária do setor público no capital da EDA, afirmando que não seriam alienadas empresas estratégicas, ficámos surpreendidos também porque no próprio Programa do Governo aqui discutido há cerca de um ano, isso também ficou claramente expresso, aliás na página 15 desse Programa do Governo, refere-se que “vai fazer-se a reestruturação do setor público empresarial, libertando unidades fora da esfera da produção de bens públicos”. Isto é quase enciclopédico que a energia é um bem público.

Portanto, desde logo fica claro, em relação àquilo que era a intenção do Governo e a assunção de um compromisso perante os açorianos, de que a EDA não seria privatizada além dos 50%.

Foi com surpresa que no Orçamento para 2013 analisado e aprovado nesta Casa já ao longo deste ano, no mês de março, que vimos pela primeira vez entreabrir-se a porta que poderia levar à intenção do Governo de privatizar a EDA.

De seguida tivemos afirmações, em maio, do Sr. Presidente do Governo, a dizer que estava em curso um estudo para analisar esta possibilidade.

Agora, face àquilo que tem sido o posicionamento de forças políticas e também de forças sociais, aquilo que está em cima da mesa é de uma vez por todas o PS e o Governo Regional poderem dizer se a sua intenção é ou não privatizar a maioria do capital da EDA.

Ao dizer-se que é um não assunto é empurrar com a barriga para a frente; ao dizer-se que se houver alguma alteração de circunstâncias que virão ao Parlamento, é o mesmo que dizer que pode alterar-se a circunstância, provavelmente a energia deixar de ser um bem público. Bom, aí sim senhor, estamos disponíveis, discutiremos nesta Casa se ao longo dos próximos meses ou anos, se entender, a energia deixar de ser um bem público.

Se se chegar a essa conclusão por via miraculosa ao desenvolvimento tecnológico em que a energia deixe de ser um bem público, sim senhor, Sr. Vice-Presidente, estaremos aqui para discutir circunstâncias novas que podem fazer e alterar aquilo que foi a sua assunção do Programa do Governo e também naquilo que foram os programas eleitorais.

Portanto, se houver aqui uma alteração dessa índole, aí sim. Agora gostaríamos de tentar perceber da parte do Governo, não sendo algo desta índole, o que é que poderá mudar, as circunstâncias, para que a EDA deixe de produzir um bem público e para que a EDA deixe de ser uma empresa estratégica, para que se quebre a unanimidade que havia nesta Casa, relativamente à posição maioritária da Região no capital social da EDA.

Sendo ou não um assunto é estratégico para a RAA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esse não deixa de ser assunto quando o Governo Regional não quer agora discuti-lo talvez esperando, depois, poder dar a machadada final na EDA, de repente, sem o mínimo de convulsão política e social.

Ora, nós não o permitiremos. Já o dissemos, continuamos a dizer e vamos dizê-lo.

O Governo Regional tem de assumir se cumpre ou não aquilo que está no seu Programa eleitoral e no Programa do Governo.

Para justificar uma alteração de circunstâncias muita água vai ter que correr, muita evolução vai ter que haver, desde logo, talvez, fazendo com que a produção de energia elétrica deixe de ser um bem público.

Portanto, caros amigos, minhas Sras. e Srs. Deputados, estamos aqui hoje na presença desta Proposta de Resolução, penso que muito simples e facilmente analisável e também com a fácil perceção para todas as açorianas e todos os açorianos.

Se o PS quiser confirmar os seus compromissos firmes de manter a EDA na esfera pública, pode fazê-lo já aqui hoje.

O voto contra esta Proposta de Resolução, vem demonstrar que a intenção do Governo não era aquela que estava no seu programa eleitoral e que estava no seu Programa do Governo.

Portanto, muito simplesmente o PS e o Governo podem dizer-nos hoje se tencionam ou não cumprir o seu programa eleitoral e o seu Programa do Governo e não é numa questão de somenos.

Nós compreendemos que há programas eleitorais e programas de governação que possam não ser cumpridos na sua totalidade, poderão haver circunstâncias que façam com que uma matéria, uma estrada, a evolução de uma empresa, não sofram aqueles passos que seriam espetáveis, aquilo que desejamos. Mas isto não é uma mera questão menor. Isto é uma questão essencial. É uma questão vectorial para o futuro dos Açores, que é termos a capacidade, numa Região onde não há economias de escala, com centros produtores repartidos por nove ilhaS, onde não há concorrência e onde não se prevê que venha a haver concorrência na produção deste bem público, o que é que poderá fazer o Governo Regional mudar de opinião.

Esta é a primeira e grande questão que fica ao Sr.Vice-Presidente, nomeadamente.

O que é que poderá fazer o Governo Regional mudar de opinião numa questão vectorial em relação ao futuro dos Açores e numa questão essencial em relação aos seus compromissos eleitorais?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar esta intervenção por saudar o PSD por trazer aqui esta questão à discussão e quero até saudar de forma particular o Deputado Duarte Freitas, não na qualidade de Deputado, mas de líder do PSD, porque estamos todos lembrados, aliás, nos considerandos desta iniciativa tem lá essa referência, durante o ano passado e antes do fim da legislatura, foi aqui insistentemente perguntado, no caso à Dra. Berta Cabral que estava presente e ao Dr. Vasco Cordeiro, o que é que pensavam sobre a questão da privatização da EDA, até porque na altura tínhamos estado a analisar e a discutir um relatório da Inspeção Geral de Finanças.

Quero saudar particularmente o Deputado Duarte Freitas pelo seguinte, porque a Dra. Berta Cabral não respondeu, o Dr. Vasco Cordeiro respondeu dizendo que não, que não tinha nenhuma ideia de privatizar a EDA.

Mas a verdade é que a evolução ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Então comunga da minha opinião?

O Orador: Sim, sim. Estou a saudar a sua opinião e a posição do PSD de garantir que a EDA continua na esfera pública.

Mas de facto há aqui alguma evolução no discurso e a verdade é que há alguns sinais ou rumores que já não nos deixam tanta certeza, quanto nos deixou aquela afirmação feita desta bancada, pelo Dr. Vasco Cordeiro, o atual Presidente do Governo Regional.

A oportunidade desta iniciativa do PSD tem exatamente a ver com isso.

É fundamental que hoje fique clarificado de uma vez por todas e isso só pode ficar clarificado se efetivamente o PS viabilizar a proposta do PSD, porque se não os rumores e os sinais vão continuar a estar presentes na sociedade açoriana.

A questão não é apenas uma questão que preocupe os agentes políticos. Nós sabemos que esta preocupação é uma preocupação desde logo dos trabalhadores da EDA e dos sindicatos que os representam, da comissão de trabalhadores da EDA, mas é também uma preocupação da generalidade das açorianas e açorianos porque têm perfeita consciência de que se a EDA, sendo a empresa que é em termos estratégicos, para a RAA passar para a esfera privada, isso só pode resultar em piores condições, quer em termos dos custos, quer em termos da qualidade do serviço, etc, etc.

Aliás, como se tem verificado relativamente a outras situações e eu não quero estar a alongar-me mas gostava de recordar aqui e perguntar qual é que foi o benefício para a Região da privatização do BCA. Parece-me que não foi nenhuma, parece-me que até seria muito importante que hoje a Região...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem é que privatizou?

Deputado Luís Maurício (PSD): O Dr. Eduardo Vieira! Era o vosso Presidente do Conselho Executivo!

O Orador: Quem iniciou foi o PSD, quem concretizou foi o PS, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não! Não!

O Orador: Foi sim, Sr. Vice-Presidente.

Portanto, parece-me que até o PS e o próprio Governo Regional se lhes perguntarmos, a verdade é que hoje, face à situação que se vive, se calhar era muito importante que a Região tivesse na sua posse aquele instrumento financeiro como era o antigo Banco Comercial dos Açores.

Nós açorianas e açorianos todos temos consciência de que a passagem de empresas como a EDA ou como foi o caso do BCA para a esfera do domínio privado não traz nenhuma vantagem.

Portanto, é preciso que isso hoje fique claro aqui e que se acabe, de uma vez por todas, com os rumores e ou sinais de que há na sociedade açoriana alguma intenção do Governo Regional em privatizar a EDA.

Isso só fica suficientemente claro se o Grupo Parlamentar do PS viabilizar a Proposta do PSD.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria primeiro por perguntar à Sra. Presidente da Assembleia, que confirmasse a minha dúvida.

O Sr. Deputado Duarte Freitas esteve presente neste Plenário na terça e quarta-feira?

Presidente: Esteve.

O Orador: Esteve, não foi? Bem me parecia.

É bom lembrar que na Conferência de Líderes o Sr. Deputado António Marinho, solicitou que o debate desta matéria fosse para a quinta-feira, alegando que quem ia intervir sobre esta matéria, só podia estar presente na quinta-feira.

Que fique registado em ata ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não. Fica no Diário. Não há ata!

O Orador: ... no Diário das Sessões este facto.

Indo ao cerne da questão, reafirmamos aquilo que é a posição do Governo sobre esta matéria...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Isto foi de uma profundidade política!

O Orador: Confirma que o Sr. Deputado António Marinho disse esse facto?

Deputado António Marinho (*PSD*): Sim, sim.

O Orador: Que fique registado do que estamos exatamente aqui a falar.

Deputado António Marinho (*PSD*): Já tem dois registos!

O Orador: Sobre a matéria em concreto, o Governo reafirma aquilo que sempre disse.

Nós consideramos isto um não assunto.

O Governo mantém exatamente a mesma posição que foi assumida então pelo candidato a Presidente do Governo, Vasco Cordeiro e que foi reafirmado pelo Presidente do Governo, Vasco Cordeiro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não há candidatos a Presidente do Governo! Isso é falso!

O Orador: Neste contexto a posição do Governo sobre esta matéria é que nós consideramos, com os dados que temos até à data de hoje, que a nossa intenção era, é e mantemos (e não temos absolutamente nada a alterar em relação a esta posição) que o Governo dos Açores deve manter na esfera pública os 50,1% na participação do capital social da EDA.

Os rumores de que alguns falam, têm que perguntar a quem os colocou; as dúvidas que alguns têm, têm que perguntar a quem as colocou.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Da parte do Governo, o que dissemos ontem antes das eleições é o que dissemos depois das eleições.

Aquilo que foi o nosso compromisso sobre a propriedade do capital social da EDA, mantemos exatamente os mesmos termos, hoje, aqui e agora e neste contexto quero dizer-vos que o Governo não se opõe à aprovação desta Resolução nesta Assembleia.

Por isso mesmo o que importa é sermos coerentes, coerentes com o que dissemos antes das eleições e o que dizemos depois das eleições, coerentes na abordagem que fazemos à participação pública do Estado e da Região nas empresas do sector público. É extraordinário que quem agora, não sabendo vindo de onde, fala em rumores e criou um não assunto porque o Governo nunca alterou aquilo que sempre disse, sejam os mesmos que se preparam nos Açores para privatizar os CTT, os Correios, ...

Deputado Francisco César (PS): Isso é que é uma vergonha!

O Orador: ... ou seja, são os mesmos que acham, e bem, que o Governo dos Açores deve manter a maioria do capital social na EDA, mas concordam que a mesma empresa a nível nacional seja alienada a capitais chineses e concordam que nos Açores seja privatizado os Correios porque, com certeza, devem considerar que os CTT não são um serviço público.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eduardo Catroga tem uma boa expressão para falar assim!

O Orador: O Sr. Deputado Duarte Freitas disse claramente isso nas declarações que fez, quando nesta matéria devíamos hoje estar aqui a debater, e bem, não a EDA, porque não está em questão a privatização da EDA, mas sim aquilo que será privatizado para grande prejuízo dos açorianos, e são os CTT pelas mãos do PSD e do CDS-PP.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi o senhor que disse que o Memorando era bom para os Açores?

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No futebol há quem jogue ao ataque, há quem jogue à defesa e o Sr. Vice-Presidente joga outro jogo, atira bolas ao lado da baliza.

(Risos e apartes inaudíveis das bancadas)

O Orador: Sr. Vice-Presidente, o senhor está a queixar-se de um problema que é do seu Governo e o Sr. Vice-Presidente a criar.

A questão é esta: o senhor não diz, de forma inequívoca - que ao longo desta legislatura, nos próximos três anos que faltam para a conclusão desta legislatura, - que a EDA não será privatizada. Não diz isso!

O que o Sr. Vice-Presidente diz é o seguinte: “Sérgio Ávila respondeu ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor já tem o Diário das Sessões de hoje?

O Orador: ... que não há intenção de privatizar a EDA, que caso se alterasse a posição do Governo, o Parlamento dos Açores, seria o primeiro a saber”.

Ora isto não é uma declaração inequívoca de que o Governo não concebe abertura para a privatização da EDA. Deixa a questão em aberto, por isso é que eu digo ao Sr. Vice-Presidente que se queixa que isto é uma não questão, que esta não questão é provocada por V. Exa., que não desenhou uma linha vermelha inequívoca a dizer: “Nestes três anos que restam desta Legislatura nós não vamos privatizar em nenhuma circunstância”. Não há essa declaração inequívoca, mas eu já a vi noutras situações.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não sei por que é que o senhor está lendo o jornal se tem ali o Sr. Vice-Presidente para perguntar?

O Orador: O que é que o Governo Regional diz a respeito da SATA?

O que disse foi: “Não! Nunca! Jamais! Nunca, jamais, vamos privatizar a SATA”.

Portanto, meus senhores, em relação à SATA nós temos uma posição inequívoca por parte do Governo. Não vamos privatizar!

Aqui os açorianos e este Parlamento ficam absolutamente esclarecidos, não há nenhum problema. O Governo Regional em relação a esta matéria, matéria que eu partilho porque também sou contra a privatização da SATA, não tem qualquer perspectiva de alteração da sua posição.

Mas o que o Sr. Vice-Presidente diz em relação à EDA é completamente diferente do que diz em relação à SATA, porque o que diz é: ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Alguma vez se falou na SATA?

O Orador: ... “Vamos ver. Podem surgir um conjunto de circunstâncias que obriguem o Governo a alterar a sua posição”.

E eu perguntei: “Mas que circunstâncias são essas, Sr. Vice-Presidente? Que circunstâncias são essas?”. Foi o que eu lhe perguntei.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado está no relatório. Todos lemos o relatório!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente não me disse: “Não, não sei. Não adivinho o futuro”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O senhor adivinha o futuro? É um Zandinga!

O Orador: É evidente que quando nós estamos a fazer um programa eleitoral, não estamos a fazer uma tarefa de adivinhação. Nós estamos a assumir compromissos. Os compromissos são algo completamente diferente de uma função, ou de uma intenção de adivinhação. Os açorianos têm que adivinhar o que é que o Sr. Vice-Presidente diz em relação a esta questão.

O que o Sr. Vice-Presidente diz é que se as circunstâncias se alterarem, pode alterar a sua posição e que, em primeiro lugar, irá dizer a este Parlamento.

Ora, Sr. Vice-Presidente não me chega!

Eu quero que V. Exa. diga aqui neste Plenário, de forma absolutamente inequívoca, que nesta Legislatura, o Governo Regional em nenhuma circunstância (oiça bem), em nenhuma circunstância, irá privatizar a EDA. É isto que eu quero ouvir da parte da V. Exa.

Mais, para que aqui não fique nenhuma dúvida, Sr. Vice-Presidente: o Projeto de Resolução do PSD diz precisamente isso, ou o Sr. Vice-Presidente aqui, também, não retira deste texto que ao votar a favor, assume esse compromisso de forma inequívoca, em qualquer circunstância até ao final da Legislatura.

É esta a questão que lhe deixo e é uma questão em que exige que a sua resposta seja inequívoca.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que aqui se coloca em primeiro lugar ao Sr. Vice-Presidente, e já que se falou aqui do passado, é quem alienou parte do capital da EDA em 2005? É a primeira pergunta a V. Exa., para esclarecer a câmara.

Deputado Francisco César (PS): É retórica!

O Orador: A segunda pergunta que lhe coloco é a seguinte, que já coloquei e V. Exa. nunca respondeu e hoje eu insisto.

Relatório da IGF, Inspeção Geral de Finanças, passo a ler: ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Qual é a página?

O Orador: Página 29.

“ A Região Autónoma dos Açores considera esta participação na EDA, como não estratégica tendo dado em 2011, instruções ao Conselho de Administração da EDA, para iniciar o processo com vista à alienação da maior parte destas participações no grupo”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E esta, hein?

O Orador: Portanto, de acordo com as informações que nos foram transmitidas, encontra-se em fase final o processo de avaliação da participação de 50,1% na EDA.

Sr. Vice-Presidente, em que pé é que está este processo? Em quanto foi avaliado? Que conclusões tem, efetivamente, o Conselho de Administração da EDA e se para si e para o Governo Regional a EDA é ou não uma empresa estratégica para uma região arquipelágica como é a Região Autónoma dos Açores, com pequenos sistemas produtores de energia nas ilhas, muito pequenos que não são obviamente rentáveis e que exigem muito investimento e muito da parte pública, Sr. Vice-Presidente?

Portanto, quem alienou em 2005?

Considera ou não estratégica a participação da Região na EDA e sobre este processo das informações de que o senhor é herdeiro (do legado que os senhores receberam, do legado que Cordeiro recebe de César - eu julgo que não renegou - e V. Exa. já era Vice-Presidente, Cordeiro era Secretário da

Economia e, portanto, Membro do Governo) queremos saber a respeito disto, *quid juris*, o que têm os senhores a dizer.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sobre os correios?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas.

Eram 15 horas e 44 minutos

Presidente: Srs. e Srs. Deputados vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 17 minutos

Estávamos no debate do ponto 12 da nossa Agenda.

Está inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

A propósito deste Projeto de Resolução do PSD que recomenda ao Governo Regional que mantenha a maioria do capital social da Empresa de Eletricidade dos Açores, EDA, na esfera pública, eu gostaria de tecer algumas considerações que mais não pretendem do que esclarecer os açorianos e açorianas, para muitos deles, se calhar, relembrar-lhes algumas características da privatização de uma empresa congénere da EDA, que é a EDP e das consequências para as pessoas, para os consumidores, que somos no fundo todos nós, desta privatização.

Desde logo, temos hoje em Portugal a eletricidade das mais caras da Europa e esse custo é o resultado de uma privatização que foi preparada à conta de uma invenção, tipo multiplicação dos pães, aliás feita por um Governo do PS na

República que se chama défice tarifário. Esta palavrinha mágica “défice tarifário” tem uma tradução, chama-se renda para os ricos e esta renda atualmente é de três mil milhões de euros.

Os açorianos e açorianas devem saber isto para em suas casas e dentro da sua intimidade avaliarem as eventuais consequências de uma privatização da nossa empresa de eletricidade, a EDA.

Portanto, a privatização da EDP, foi como sempre o BE disse um erro, tanto do ponto de vista económico como do ponto de vista financeiro.

No aspeto financeiro é bom também relembrar o seguinte: em 2012, ou seja o ano passado, a EDP distribuiu só em dividendos aos seus acionistas, 670 milhões de euros.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Da EDP!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, 670 milhões de euros é mais do que dá o corte das pensões agora anunciado para o Orçamento de Estado para 2014, que é de 628 milhões de euros.

Portanto, em resumo esta privatização foi um crime económico, financeiro, foi uma machadada dada nas receitas do Estado português, mas foi um bom negócio, não foi um mau negócio. Para quem é que foi um bom negócio? Desde logo para os bancos, para os fundos de investimento, para o Grupo Mello, por exemplo e até imaginem para o estado chinês.

Relativamente ao Projeto de Resolução, e agora propriamente dito o seu conteúdo, do PSD.

O PS do ponto de vista das privatizações de empresas da esfera pública não sossega o BE, na medida em que, pelo menos assim de repente que eu me lembre desde o Congresso realizado nesta cidade na Horta, foi dito muito claramente que as empresas públicas não eram sagradas. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que são passíveis de privatização, o que não nos sossega nem augura nada de bom.

Junta-se a isto aquilo que o Sr. Vice-Presidente ainda agora chamou de rumores.

O Sr. Vice-Presidente diz que de repente começaram a aparecer por aí uns rumores de que o governo eventualmente estaria a preparar, privatizar a EDA. Não são rumores, Sr. Vice-Presidente!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Pergunte à IGF!

A Oradora: Chama-se Relatório da Inspeção Geral de Finanças e aí não há rumor nenhum, está escrito preto no branco que o Governo está a preparar a privatização, está a fazer uma avaliação da empresa e até se diz mais, diz-se que os ganhos serão muito interessantes. Isto não são rumores, Sr. Vice-Presidente! Está lá escrito e é exatamente a partir desta altura que o BE tem andado a perguntar ao Sr. Vice-Presidente e ao Governo Regional o que é que afinal vão fazer com a EDA.

Deputado Francisco César (*PS*): Sra. Deputada, sempre perguntou isso!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Já dissemos, mas quer que diga outra vez? A gente já vai aí!

A Oradora: A posição agora tomada pelo PSD através deste Projeto de Resolução merece evidentemente a saudação do BE. Não por uma questão ideológica porque desse ponto de vista conhecemos bem as nossas diferenças e as nossas divergências, mas porque este Projeto de Resolução pretende evitar um desfalque na economia açoriana e nas finanças públicas dos Açores.

Aí, Sras. e Srs. Deputados, com o PSD ou com outro partido qualquer nós estamos juntos, mesmo que não deixemos de registar a contradição evidente com um partido que a nível nacional faz exatamente o contrário.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Aliás, Sras. e Srs. Deputados, deixem-me dizer uma coisa, enfim, à laia de uma graça, que provavelmente não terá graça nenhuma, mas eu começo a ficar preocupada com uma certa confusão ideológica que está instalada no nosso Parlamento. Reparem bem: aparentemente a direita está a ficar senil; o centro esquerda varia e oscila entre a terceira via e uma viragem à esquerda; e ao BE qualquer dia não há outro remédio se não ir para a luta armada ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Luta armada?!

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Deputada!

A Oradora: ... para manter a sua configuração da esquerda e a sua opção de esquerda.

Portanto, isto há aqui uma grande, grande confusão, que a vida, o tempo, ...

Deputado Berto Messias (PS): Olá, o Bloco de Esquerda sabe onde está!

A Oradora: ... os interesses e a política se encarregarão de clarificar provavelmente mais cedo do que tarde.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A esquerda é sempre esquerda!

A Oradora: Relativamente à privatização da EDA, rapidamente o que tem feito o Governo Regional?

O Governo Regional fez o tal rumor, que é assumir no Relatório da IGF que a eletricidade não é um setor estratégico (coisa extraordinária!).

Os Açores devem ser a única parte do mundo onde a eletricidade não é um setor estratégico, porque ela é um setor estratégico em todo o lado, e é de bom senso elementar entendê-lo como tal. Para o Governo Regional dos Açores não é, e a privatização é um objetivo em preparação. Esta foi a primeira fase.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Onde é que está escrito Governo Regional dos Governo!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Olhe, na Terceira não é, Sr. Vice-Presidente!

A Oradora: Oiça Sr. Vice-Presidente.

Segunda fase. O Governo Regional confrontado com este facto, com o facto do que lá está escrito no Relatório da IGF, diz que isto é um não assunto. Isto é um não assunto!

Terceiro momento, porque isto é uma telenovela: acrescenta que por agora, por agora (sublinho), não está a ponderar a sua privatização. Por agora, quer dizer que amanhã ou depois de amanhã pode vir a ponderar. A única afirmação é que por agora a privatização não está em causa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): À data!

A Oradora: Depois, a seguir o Governo Regional diz que: “se e quando (entre aspas porque é uma expressão do Governo Regional) decidir privatizar a EDA a

primeira entidade a sabê-lo será a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”.

Sr. Vice-Presidente, deixe-me dizer-lhe uma coisa: ninguém acredita porque antes da Assembleia Legislativa saber, o Grupo Bensaúde de certeza que já sabe.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Olhe que isso não é para aqui, é mais para ali!

A Oradora: Em segundo lugar, eu agradeço imenso que o Sr. Vice-Presidente e o Governo em geral, prometa que a Assembleia Legislativa saberá em primeira mão, mas não é isso que nós queremos Sr. Vice-Presidente. Nós queremos é debater nesta Casa, a possibilidade, os custos e as percas dessa privatização. Não é trazer a esta Casa o facto consumado. É trazer a esta Casa a informação da possibilidade e ponderarmos aqui todos quais são os benefícios e quais são as percas dessa eventual privatização, ou seja, para resumir, a resposta do Governo Regional à questão concreta se vai ou não privatizar agora com rumores (se e quando, agora não), só tem uma resposta: um *nim* sonoro.

Um *nim* sonoro Sr. Vice-Presidente, evidentemente não sossega, não esclarece, nem respeita, nem os trabalhadores da EDA, nem esta Casa no seu todo.

Portanto, com este Projeto de Resolução do PSD, o Governo Regional tem mais uma vez a possibilidade de esclarecer definitivamente, sem *nim*, o que é que pensa fazer com a EDA.

Se votar a favor do Projeto de Resolução, evidentemente que todos nós compreenderemos que é um compromisso assumido nesta Casa, que não privatizará; se votar contra, também todos nós compreenderemos que o *nim* é que está na ordem do dia; se se abster também não esclarece coisíssima nenhuma.

Deputado Francisco César (*PS*): Então temos que votar a favor?

A Oradora: No sentido de esclarecer, sossegar e respeitar seja os trabalhadores, seja esta Casa, não vejo outra possibilidade, porque o voto contra ou a abstenção é um *nim*, portanto, é a continuação da história que continua sem ter fim, para rimar.

Diz o Sr. Vice-Presidente, para terminar, que o Governo Regional tem tido sempre a mesma posição sobre esta matéria. Oh, Sr. Vice-Presidente, esse é que é o problema.

O problema é que sobre esta matéria o Governo Regional tem tido sempre a mesma posição, que é sim, é agora não, mas talvez.

Portanto, o facto de ter sempre a mesma posição, não lhe traz vantagem.

Deputado Francisco César (PS): Chama-se coerência!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Coerência!

A Oradora: Não. Não. Chama-se medo de dizer a verdade toda.

Aqui neste caso concreto não se chama coerência, chama-se medo de dizer a verdade toda.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mais sincero do que isto!

A Oradora: Portanto, põe assim esta dúvida existencial dos trabalhadores da EDA, deste Parlamento, dos partidos políticos e diga claramente nunca, jamais, privatizaremos a EDA.

Deputado Francisco César (PS): Não disse que era igual, Sra. Deputada?

Deputada Zuraída Soares (BE): No fim aproximou-se!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero aqui referir-me à página 14, do Memorando de Entendimento sobre as condicionalidades de política económica que foi assinado entre o então Primeiro Ministro, José Sócrates e a Troika.

Nesta página 14 refere a privatização dos Correios de Portugal.

Portanto, em relação a essa matéria estamos conversados.

Deputado Francisco César (PS): Estamos conversados, por quê?

O Orador: Continuando em relação àquilo que se passa na Região.

Sr. Vice-Presidente, quero também dizer à Sra. Deputada Zuraída Soares que eu, como penso que saberá, sou liberal nos costumes.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores é que querem privatizar as elétricas!

O Orador: Sabe bem qual foi a minha posição, votei a favor no Referendo do aborto.

Mas também quero dizer-lhe, penso que saberá, que sou social democrata completo na economia. Também aprendi que nos Açores e fora dos Açores, olhando para a nossa Região e dentro da Região, que não se pode ser de outra maneira na Região Autónoma dos Açores.

Há situações que podem ter razão de ser noutros espaços, no nosso arquipélago não pode ser.

Eu tenho muito orgulho em ser líder do PSD dos Açores que ajudou a construir a autonomia e construiu-se também a autonomia numa matriz singular do que é a social democracia nos Açores.

Portanto, para dizer a todos, se fosse necessário, que continuarei a defender que a esfera pública nos Açores tem contornos diversos, daquilo que pode ter a esfera pública noutros espaços, noutras paragens sócio económicas.

Continuando e para responder ao Sr. Vice-Presidente em relação aos rumores.

Sabe que não são rumores Sr. Vice-Presidente. Sabe que no Programa do Governo, já o referi, dizia: “a reestruturação do sector empresarial, libertando unidades fora (e sublinho) fora da esfera de produção de bens públicos”. No Programa do Governo deve recordar-se desta afirmação. Isto foi em novembro do ano passado.

Em março deste ano, na discussão e aprovação do Orçamento Regional, no artº. 12º. dizia: “fica o Governo Regional autorizado a alienar ...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados Artur Lima e Berto Messias)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia algum silêncio.

O Sr. Deputado Duarte Freitas está no uso da palavra.

O Orador: Bom, dizia que no Programa do Governo ficou claro que o Governo não iria privatizar unidades fora da esfera da produção de bens públicos. Isto é

claro como água e a energia é um bem público, acho que tanto aqui como em qualquer sítio do mundo.

Por que é que começou a haver preocupação? Porque por exemplo, logo a seguir, em Março, quando é apresentado o Orçamento Regional, no artigo 12º. diz: “fica o Governo Regional autorizado a alienar as participações sociais que a Região Autónoma tem em entidades participadas”.

Muito bem. Só que o problema não era o que estava aqui escrito, é o que desapareceu deste artigo, dos anteriores orçamentos, antes de 2013 para 2013. O que é que desapareceu Sr. Vice-Presidente?

Desapareceu isto: “à execução dos setores considerados estratégicos para a Região Autónoma dos Açores e de primeira necessidade para as populações”.

Ora, a energia é um setor estratégico e de primeira necessidade.

É isto que caiu do anterior Orçamento Regional de 2012 para o Orçamento Regional de 2013. Não foi um rumor. Foi uma evidência, caiu a parte do artº. 12º. que impedia que se privatizassem empresas como a EDA.

De seguida, em Maio, o Sr. Presidente do Governo Regional, como saberá, também disse que estavam a estudar e que em caso de alterações viriam aqui ao Parlamento.

Sr. Vice-Presidente, não tem que vir ao Parlamento. Eu recordo-lhe de novo, atenção a todos aqui nesta Casa e aos açorianos, o que diz é: “a reestruturação do sector empresarial, libertando unidades fora da esfera de produção de bens públicos”.

Ora, qual é a circunstância que se pode alterar para fazer alterar esta visão?

Já lhe disse, Sr. Vice-Presidente, acho que pode haver uma circunstância, é a energia ser democratizada de maneira a já não ser um bem público. Enquanto a energia for um bem público eu não sei que outras circunstâncias os senhores poderão ter.

Isto para vos dizer que não só acho que esta Resolução tem que ser aprovada e penso que por unanimidade, a unanimidade que sempre existiu nesta Casa e nos Açores em relação à necessidade de termos a EDA como empresa pública, como também em relação ao futuro para afirmar aqui de novo a convicção de

que sendo a energia um bem público, qualquer alteração de circunstâncias que pudessem levar a que a empresa que produz energia nos Açores seja privatizada, parte-se do pressuposto de que a energia deixa de ser um bem público.

Deputados António Marinho e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Estou pensando bem ou não Sr. Vice-Presidente?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Começaria por aquilo que o Sr. Deputado Duarte Freitas referiu na abordagem, o que é um bem público.

Sr. Deputado Duarte Freitas, o Sr. Deputado considera, por exemplo que um hospital com sede no continente, que funcione no continente, que trata um doente açoriano é um bem público? Pois, havia quem não achasse, mas quero nesse conceito de bem público, comunicar a esta Casa que acabámos de receber uma decisão do Tribunal Judicial de Leiria, que consideramos histórica na defesa dos interesses dos Açores.

O Tribunal Judicial de Leiria, perante uma queixa de um hospital nacional sobre se o Governo dos Açores devia pagar pelo tratamento de doentes dos Açores nos hospitais do continente, como é posição do atual Ministro da Saúde, o Tribunal Judicial de Leiria decidiu e passo a citar: “o direito à saúde é universal, vigora em todo o território, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas o que é que isto tem a ver?

Deputado Berto Messias (PS): Então o Sr. Deputado não falou num bem público?

Deputado Bruno Belo (PSD): Qual é a ligação que isso tem com a EDA?

O Orador: ... não sendo o facto de alguém residir nos Açores e ocasionalmente se encontrar a receber cuidados de saúde no continente, que é encargo regional, obstando o princípio da igualdade (artº. 13º. da Constituição). Consequentemente esse hospital estando integrado no Serviço Nacional de Saúde realiza a sua função público de um serviço nacional de saúde universal e geral, incumbindo ao Estado garantir o acesso de todos os cidadãos, sem condicionalismos dos utentes, serem ou não cidadãos portugueses, residentes nos Açores”.

Isto é uma decisão de ontem e com isto fica definitivamente resolvido o que é o acesso ao bem público de saúde em todos os hospitais do País. Os Açores tinham razão! O vosso Governo não tinha razão.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Deputado Paulo Estêvão)

Está na altura do Governo da República PSD/CDS-PP pedir desculpa aos Açores e aos açorianos sobre esta matéria.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, recorde-lhe apenas o tema que está em debate.

O Orador: Estava a falar de bens públicos, Sra. Presidente da Assembleia.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Bem públicos, sim, sim. Em empresas públicas é que não!

Presidente: Apenas para relembrar.

O Orador: Neste contexto gostaria de vos dizer o seguinte: eu penso que há aqui um problema. Se havia a dúvida, legítima, Sr. Deputado Duarte Freitas, penso que retirámos qualquer dúvida.

Neste momento não existe dúvida nenhuma sobre a intenção do Governo. Reafirmo que o Governo dos Açores pretende manter na esfera pública a maioria do capital social desta empresa...

Deputada Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e considera que deve ser votada esta Resolução nesse sentido e que apoia esta mesma Resolução. Mais esclarecimento do que isto é impossível de o fazer.

Deputada Francisco César (PS): Querem mais do que isto?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Então já é assunto! É assunto político. O termo é esse!

Passamos de um não assunto, para um assunto!

O Orador: Penso que nesta matéria “a montanha deu à luz um rato”.

Reafirmamos que não queremos e não pretendemos privatizar a EDA.

Por isso, da parte do Governo dos Açores, no sentido de reafirmar essa intenção consideramos que esta matéria é perfeitamente clarificada nos termos em que entenderem esta Resolução.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O filósofo que está atrás de si vai esclarecer. Parir! “Pariu um rato!”

O Orador: Deu à luz é devido à EDA, Sr. Deputado. “Deu à luz” tem a ver com a EDA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): “Pariu um rato!”

O Orador: Respondendo ao Sr. Deputado Artur Lima, o senhor deputado perguntou, quem é que deliberou a primeira e segunda fase de privatização da EDA?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não. Não. Quem é que privatizou desde 2005?

O Orador: Sim senhor. Digo-lhe que a decisão de privatização da EDA foi feita através de um Decreto-Lei do Conselho de Ministros de 10 de Outubro de 2004. Era Ministro de estado o Dr. Paulo Portas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas quem é que começou?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que privatizou?

O Orador: Está respondida a sua pergunta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo).

Sobre a matéria que referiu, só para concluir, em relação ao Relatório da Inspeção Geral de Finanças, o senhor se tivesse lido mais dois parágrafos, teria já a resposta completa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu li-os todos!

O Orador: Passo a ler a parte onde o senhor parou: “a eventual alienação daquela participação em 2012 ou 2013, implicará um encaixe financeiro interessante”.

Conclusão da história: não há alienação da participação em 2012 ou 2013, logo está respondida a sua questão.

O Governo dos Açores não vai proceder à eventual privatização dessa participação, como se comprovou em 2012 (e creio que o senhor é um homem de fé) e também irá comprovar-se em 2013, também para quem tivesse dúvidas a aprovação, que espero que seja unânime desta Assembleia, desta Resolução, irá tirar qualquer dúvida ou qualquer suspeita sobre esta matéria.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Programa do Governo não acaba em 2013!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor tem que ser sério!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grandes progressos, sim senhor!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho de novo ao debate sobre esta questão, embora me pareça, se bem entendi, que esta questão vai ter o desfecho que esperamos e a situação vai ficar clarificada. Ainda não ouvi a bancada do PS, mas já ouvi duas intervenções do Sr. Vice-Presidente que levam-me a concluir que o desfecho será esse.

Deputado Berto Messias (PS): Como é que sabe?

O Orador: Portanto, sobre essa questão fica o assunto para já encerrado, embora sobre a EDA haja muitas outras questões que devem ser objeto de discussão aqui, designadamente a gestão pública, ou melhor, a gestão da EDA que deve ser efetivamente pública e não da forma como ela está a ser feita, pois

deve ter repercussões quer ao nível dos seus trabalhadores, quer ao nível dos consumidores e também das empresas da Região.

Mas eu vim ao debate não foi tanto por causa disso, foi para fazer um repto desde logo à bancada do PSD, até porque o Sr. Deputado Duarte Freitas referenciou aqui um artigo do Orçamento.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não pode!

O Orador: Aliás, eu na interpelação que Vs. Exas. promoveram e que ocorreu ontem durante a manhã, já tinha deixado o repto, mas agora para que fique bem claro, tem a ver com o seguinte.

Desde 2009, desde o Plano e Orçamento de 2009, que o PCP tem vindo a apresentar uma proposta de eliminação desse artigo do Orçamento e isto para que não haja num ano um acréscimo e num outro ano se lhes retire de lá um outro acréscimo ou se componha ali uma nova redação.

Para acabar definitivamente com essas dúvidas e porque essas competências devem ser atribuídas à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o PCP trará em sede de discussão do Orçamento esse artigo, proporá a sua eliminação e o repto Sr. Deputado Duarte Freitas é que desta vez se recolha o apoio também do PSD para a eliminação desse artigo, não só do PSD mas de todos os outros partidos, designadamente do PS, se valorizam, como devem valorizar, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, fico muito satisfeito em saber a decisão do tribunal. Não é uma questão que tenha a ver com este Governo da República ou com aquele, tem a ver com as administrações hospitalares e era uma matéria que já vinha doutros governos anteriores.

Deputado Francisco César (*PS*): Isso ainda vai acabar no Sócrates!

O Orador: Portanto, não é exatamente deste Governo, já vem doutros governos e é das administrações hospitalares. É verdade, não é Sr. Vice-Presidente?

(Aceno afirmativo por parte do Sr. Vice-Presidente)

Muito obrigado, ainda bem que o reconhece.

Ficamos satisfeitos porque os interesses das açorianas e dos açorianos foram defendidos. Quanto a isso é muito claro.

Gostaria de renovar-lhe, Sr. Vice-Presidente, se pode dar-me uma resposta simples e rápida.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pode ser com a cabeça?

O Orador: Neste caso não é por aí.

Tendo em conta aquilo que está dito no Programa do Governo em relação à reestruturação do setor empresarial, “libertando unidades fora da esfera de produção de bens públicos”, renovo-lhe: qual a circunstância que vai haver, ou que pode haver, se há estudos científicos.

Há alguma novidade científica, económica, global, que desconheçamos mas que esteja nalguma Universidade por esse mundo fora, ou até aqui na dos Açores, que vá fazer com que a energia deixe de ser um bem público?

Deputado José Ávila (PS): Não é petróleo!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, se tiver oportunidade de nos revelar essa notícia, nós ficamos muito satisfeitos, penso que até a sociedade açoriana, portuguesa, talvez até a humanidade fique feliz desta nova descoberta que vai fazer com que a energia deixe de ser um bem público. Então aí alterar-se-ão as circunstâncias que o senhor fala para poder então pensar no futuro, em alienar a maioria do capital social da EDA.

A terminar, Sr. Vice-Presidente e desta forma respondendo também àquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires colocou.

É preciso, além de termos um voto unânime nesta Casa, dar consequência a esta posição e certamente que aguardamos que nos próximos documentos

orçamentais o artº. 12º., já não venha amputado como veio no Orçamento de 2013 e que retome a fórmula inicial ...

Deputada Zuraida Soares (BE): A proposta do Bloco de Esquerda esclarece!

O Orador: ... em que impeça claramente a assunção e que haja a assunção de que no âmbito dos documentais orçamentais não se vai privatizar a EDA.

É naturalmente a consequência lógica daquilo que foi anunciado pelo Sr. Vice-Presidente, do apoio do Governo ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Governo ainda não falou!

O Orador: ... e da bancada socialista, suponho, a esta Proposta de Resolução, que recomenda a não alienação da maioria do capital da EDA.

Se de facto aqui for aprovado por unanimidade ficamos muito satisfeitos, damos o nosso trabalho por bem empregue e sentimo-nos satisfeitos porque através da nossa voz e desta Casa respondemos às preocupações, às inquietações de muitas açorianas, de muitos açorianos, de muitos sindicatos, de muitas organizações e de muitas pessoas por essas ilhas fora.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Dos trabalhadores! Diga, Sr. Deputado! Dos Trabalhadores!

O Orador: Dos trabalhadores, dos sindicatos, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Ficamos muito satisfeitos por termos sido a voz e a mão que fez corrigir a trajetória do Governo Regional dos Açores.

Falta a consequência disto que é nos próximos documentos orçamentais o senhor repor o artigo tal como estava antes de 2013...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Deve ser eliminado!

O Orador: ... que claramente indica que no Orçamento para 2014 não haverá a privatização de empresas estratégicas. É o que esperamos a partir de agora.

Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não foi o PSD, nem a intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas que deu a mão a qualquer mudança de atitude do Governo, porque não houve nenhuma mudança de atitude, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não precisava repetir isso. Percebemos!

O Orador: ... daí que eu não descortino nem o alcance prático, nem o sentido de oportunidade desta Proposta de Resolução, a não ser criar um facto político ou aparecer nos jornais...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nota-se o incómodo!

O Orador: Efetivamente quer este grupo parlamentar quer o governo dos Açores e o seu próprio presidente, e hoje o Sr. Vice-Presidente, sempre afirmaram não existirem razões, nem necessidade de proceder a uma nova etapa de privatização da EDA designadamente no sentido de alterar o domínio publico da sua gestão.

O Partido Socialista tem esta posição mesmo sabendo que o sector de atividade da empresa, por ser legalmente reconhecido como um serviço público essencial, é altamente regulado e fiscalizado por uma entidade administrativa independente.

Nessa medida, e aliás por iniciativa própria, a posição do PS é aquela que parece ser largamente consensual nesta câmara (e não vamos fazer como pediu o Sr. Deputado Paulo Estêvão, juramentos ou declarações irrevogáveis porque essas sabemos quem as faz e o valor que têm): ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... estamos, o Governo e o PS, onde sempre estivemos.

O PSD Açores por seu turno é que parece ter regressado a um modelo mais intervencionista na economia e na sociedade.

Uma posição, aliás, como aqui já foi referido bastante diferente da posição do PSD a nível nacional ao alienar grande parte do capital da EDP, da REN, etc. e agora alienando os CTT

Também nesta matéria o PSD na oposição é sempre diferente.

Em conclusão tem razão o Governo quando ouvido na comissão competente considerou este um não assunto. Tudo o que aqui foi dito confirmou que o Governo tinha de facto razão porque o Governo sempre disse que a EDA não seria para privatizar.

Face a tudo aquilo que já disse, face ao que aqui já foi dito e apesar de redundante o texto da resolução merecerá o nosso voto favorável.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Aníbal Pires (PCP): É alguma decisão irrevogável que vai tomar, Sr. Deputado?

O Orador: Sr. Deputado Pedro Moura, alguns anunciam decisões irrevogáveis em público, há outros que as anunciam em privado e depois traíem-nas, passados uns meses, por interesse próprio.

Quanto ao resto e ao assunto que nos diz respeito, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que é que isto quer dizer?

O Orador: Os interessados saberão o que isto quer dizer, os interessados saberão o que isso significa como o interessado da decisão irrevogável sabe o que significa e tem o valor que tem.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas o senhor descodifique!

O Orador: Portanto, quem toma decisões irrevogáveis publicamente tem o valor que tem e quem pede reuniões, anuncia decisões e depois mais tarde vem a não cumpri-las também tem o valor que tem.

Portanto, as pessoas sabem para quem estou a falar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não descodifica, fica assim!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, a Região Autónoma dos Açores ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem é a Região?

O Orador: ... considera esta participação na EDA como não estratégica.

Somos todos nós, como o senhor diz, então abusivamente o senhor falou em meu nome sem minha autorização.

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo Regional)

O Orador: O senhor hoje está a ser muito engraçado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O senhor é que está mal disposto!

O Orador: Não estou. Estou muito bem disposto.

O senhor é que tenta gozar aqui com a coisa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não posso dizer? Não estou a ser mal educado!

O Orador: Pode dizer o que quer. Sempre educado, aliás se há característica que o senhor tem é ser bem educado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito obrigado.

O Orador: A Região Autónoma dos Açores considera esta participação na EDA como não estratégica, Sr. Vice-Presidente e o senhor tenta, com alguma habilidade, que também lhe é própria, vir aqui com 2012 e 2013. Não aconteceu em 2012, não aconteceu em 2013, como está aqui, e bem sublinhado, mas eu pergunto-lhe: quando acaba o mandato deste Governo? Acaba em 2016.

Portanto, eu vou perguntar-lhe diretamente, Sr. Vice-Presidente. Até ao final de 2016 este Governo equaciona ou não privatizar a EDA? É tão simples quanto isto. Considera ou não até ao fim deste mandato privatizar a EDA?

Depois de 2016 quem vier há-de responder por isso, mas o senhor responde até 2016.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Neste caso, pode pôr até 2024!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se dependesse de mim, o senhor ia para casa em 2016!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Espero chegar a casa antes de 2016!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, o Governo dos Açores não mudou de opinião, ninguém corrigiu nenhuma posição.

O que eu repito e reafirmo, nós mantemos com esta posição exatamente o mesmo que dissemos antes das eleições, aquilo que inscrevemos no Programa do Governo, aquilo que reafirmámos sucessivamente até ao dia de hoje. O que fazemos hoje é um ato de coerência em relação a manter exatamente aquilo que sempre dissemos.

Portanto, quem tem que corrigir a sua opinião, se me permite, é o PSD, porque tinham a perceção errada sobre aquilo que era a posição do Governo nesta matéria e hoje vem confirmado que aquilo que eram as vossas perceções não correspondiam àquilo que o Governo sempre afirmou.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É isso. Se alguém tem que corrigir alguma coisa aqui hoje é a vossa perceção sobre a posição do Governo.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sobre esta matéria estamos perfeitamente esclarecidos.

Neste contexto, gostaria de dizer ...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

O Orador: ... (como é uma resposta para o Sr. Deputado Artur Lima, se o senhor Deputado Artur Lima...)

Presidente: Sr. Vice-Presidente é melhor continuar porque o tempo não pára.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouço-o sempre com a melhor das atenções!

O Orador: ... que a nossa posição que temos sobre esta matéria de não privatização da EDA, nos exatos termos em que foi definida, não é com prazo limite de 2013, 2014, 2015 ou 2016. É a posição que temos, que a Região deve manter a maioria do capital social da EDA. É isto que nós dissemos e até nunca calendarizámos esta posição em relação a nenhum ano de referência.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Avisou: 2012-2013! Não fui eu!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por referenciar a decisão judicial que foi anunciada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo.

Como o Sr. Vice-Presidente do Governo bem sabe e todos os que aqui estão nesta Casa bem sabem, esta postura da administração em todo o território continental é muito anterior a este Governo, portanto é algo que os governos do PS e também os governos do PSD e do CDS têm praticado.

Portanto, nesse sentido não se trata aqui de tirar qualquer dividendo partidário porque quem assim agiu foi o PS, o PSD, o CDS, os diversos partidos porque era, eu diria, uma visão retrógrada da administração.

Não há aqui nenhum comportamento deste Governo que tenha sido condenado, mas sim uma continuidade de comportamento da administração, mas no entanto eu aplaudi. Aplaudi essa decisão que é uma garantia que os açorianos não são tratados de uma forma diferente do resto da cidadania portuguesa. Os açorianos, em qualquer zona do território nacional, têm os mesmos direitos e os mesmos deveres.

Portanto, nesse sentido, eu considero que é uma posição muito positiva para quem defende a dignidade dos Açores, a dignidade da população açoriana. Nesse sentido eu aplaudi.

Não foi por acaso que o Sr. Vice-Presidente falou nisto, criou um facto político novo que será noticiado com certeza.

Deputado Francisco César (PS): Não foi por acaso! Foi porque o tribunal o decidiu!

O Orador: Foi porque no meio de um debate sobre a EDA convinha-lhe desviar as atenções.

Portanto, nós não somos ingénuos.

O que aqui está, dizia o Sr. Deputado Pedro Moura: “Não, não. Nós não fazemos juras”.

Bom, Sr. Deputado, os senhores preparam-se para fazer algo que é pior que uma jura.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O senhor não jura a Constituição da República Portuguesa e vem falar de juras?

O Orador: Os senhores preparam-se para fazer algo que é pior do que desrespeitar uma jura. É desrespeitar uma recomendação do glorioso Parlamento dos Açores, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Glorioso só há um!

Deputado Francisco César (PS): Sr. Vice-Presidente, o senhor não sabe jogar futebol!

O Orador: ... em relação ao Governo Regional e o que o Parlamento dos Açores está a dizer-lhe é que nesta Legislatura a posição do Governo dos Açores em relação à privatização da EDA não se altera seja em que circunstância for e o Sr. Vice-Presidente, chegou aqui, a este debate com um discurso e sai com outro, a partir do momento em que aprova este Projeto de Resolução do PSD.

Eu estou em crer que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, o Governo Regional dos Açores, não irá em circunstância alguma, desrespeitar uma recomendação do Parlamento dos Açores. Se a aceita, tem que respeitá-la.

Portanto, isso é muito mais do que tínhamos antes deste projeto de Resolução. O que nós tínhamos era uma posição: agora é assim, se as circunstâncias se alterarem pode ser doutra forma.

A partir do momento em que se aceita e se vota esta recomendação, agora é assim e até ao final desta Legislatura tem que continuar assim desta forma. Não há nenhuma circunstância que venha a alterar esta posição. A EDA não se privatiza nesta Legislatura! É essa a responsabilidade, é esse o compromisso que o PS e o Governo Regional estão a assumir a votar isto e não digam que é isto que não entendem. É isto que lá está escrito.

A vossa responsabilidade nesta Legislatura (eu espero que daqui a 3 anos Vs. Exas. já não estejam aí) ...

Deputado José Ávila (PS): E o senhor?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O senhor não jura a Constituição!

O Orador: ... que são os próximos 3 anos, os senhores não alterem a vossa posição, os senhores não privatizem a EDA.

Portanto, esta decisão é da maior importância política. Não o tentem desvalorizar!

Esta posição é a posição de dizer: “Não o vamos fazer, seja em que circunstância for”.

É isto que aqui se está a decidir. Não digam que não é isto que está escrito e que não é isto que os senhores votam.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Inscrevi-me mas o Sr. Deputado Duarte Freitas está primeiro!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Prescindi!

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos a assistir nesta câmara a um debate um bocado absurdo: ou os Srs. Deputados não acreditam na Resolução que estão a apresentar, ou então há algo aqui que eu não estou a perceber.

Então o PS vem aqui dizer que concorda com a Proposta de Resolução do PSD, no sentido em que ela vai, no sentido do texto resolutiva, e os Srs. Deputados vêm criticar-nos exatamente por estarmos a fazer aquilo que os senhores propõem.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Isto é o cúmulo do absurdo!

Mais ainda é o Sr. Deputado Paulo Estêvão, vir a esta câmara, acusar o PS e o Governo dos Açores de desrespeitarem algo antes sequer de ter possibilidade de desrespeitar algo que aprovou.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não estamos na mesma onda, Sr. Deputado!

O Orador: O Sr. Deputado acusou o Grupo Parlamentar do PS e o Governo de desrespeitar a Resolução do PSD.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu?

O Orador: O senhor disse aqui nesta câmara que o PS e o Governo ao não dizerem a sua intenção em relação ao futuro, estariam a desrespeitar a Resolução.

O PS o que assume nesta câmara é a aprovação desta Resolução.

Este é um não assunto, o PS mantém a sua posição...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Agora já é assunto! Antes era não assunto!

O Orador: ... de não privatizar a parte remanescente da EDA.

Foi isso que sempre dissemos...

Deputado Luís Garcia (PSD): Sempre, não!

O Orador: ... e é isso que, mantendo-se as circunstâncias, nós vamos manter.

Muito obrigado

Deputado Jorge Macedo (PSD): Antes era um não assunto, agora é assunto!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tinha pedido para se inscrever mas já não tem tempo.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tivemos aqui pela boca do Sr. Vice-Presidente uma boa notícia para os açorianos, para as açorianas em relação à decisão do Tribunal, mas pelo seu silêncio tivemos uma má notícia para os açorianos, mas também para a humanidade, afinal o Sr. Vice-Presidente não prevê que a energia se democratize e liberalize no mundo.

Não vai haver nenhuma solução tecnológica para isto e, portanto, não vai haver alteração de circunstâncias, não vai haver privatização da EDA.

Deputado José Ávila (PS): Isso tem a ver com o petróleo!

O Orador: Foi a má notícia para a humanidade, foi a boa notícia para aquilo que está em causa aqui que é a não privatização da EDA.

Mas gostaria de dizer uma questão, Sr. Vice-Presidente.

O PSD-Açores e todos os partidos da oposição, reconheçamos, estiveram sempre do mesmo lado.

Deputado Francisco César (PS) e Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nós também!

O Orador: Não foi nenhum partido da oposição que colocou no Relatório da IGF aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima acabou de referir.

Também não foi nenhum partido da oposição que retirou do articulado do Orçamento Regional a componente que impedia a privatização da EDA.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Foi tudo feito pelo Governo Regional.

Portanto, não fomos nós que o derivámos, essa deriva partiu do Governo do PS. Nós dizemos: “Bem vindos depois desta deriva! Bem vindos àquilo que é a unanimidade deste Parlamento! Bem vindos àquilo que é o consenso na sociedade açoriana! Bem vindos de novo à firme convicção de que a EDA não deve ser privatizada!”

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Isto Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não tem a ver com rumores, com diz que disse. Tem a ver com documentos, documentos da IGF que o Governo Regional disse, documento do Orçamento Regional que foi o Governo que o propôs. Isto está preto no branco. Não há aqui rumores, não há meias palavras. Não há nada a esconder. Foi esta deriva que levou à preocupação de muitos responsáveis políticos, sociais, sindicais, dos trabalhadores e da população em geral.

Mas ainda bem que esta deriva comprovada acabou.

Deputado Francisco César (PS): Comprovada?!

O Orador: Bem vindo a esta unicidade global do Parlamento açoriano e também ao consenso da sociedade açoriana para que não se privatize a EDA.

O PSD-Açores fica muito satisfeito por ter dado voz e liderado este processo e poder dizer às açorianas, aos açorianos, aos trabalhadores, aos consumidores de que neste momento talvez o Governo Regional não tenha encaixado 60 ou 70 milhões de euros, como era sua convicção, mas os açorianos garantiram uma empresa na tutela pública para todo o sempre.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas acabou de fazer aquilo que lhe é característico: não interessa nada o que se passou aqui, não interessa nada todo este processo, tentou dizer aqui umas frases que com um pouco de sorte e de jeito sai na comunicação social e faz com que quem não assistiu a este debate pense que os

senhores é que tinham feito uma coisa e que o Governo estava a fazer o seu contrário.

Bem, com um pouco de sorte sairá assim como o senhor pretende. Se não tiver essa sorte não sai assim.

Mas para nós não é isso que nos interessa, nós não trabalhamos para os 30 segundos do noticiário ...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... nós trabalhamos para os açorianos.

O que os açorianos sabem é que aquilo que o Governo disse antes das eleições é aquilo que está a fazer hoje, é aquilo que fez ao longo deste ano.

O Governo não alterou uma vírgula no seu procedimento; não alterou uma vírgula na sua posição sobre esta matéria.

Hoje confirma-se aquilo que o Governo sempre disse.

Sei que isto não cabe nos 30 segundos, mas cabe de certeza bem fundo na alma dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura)

Presidente: Obrigada Sr. Vice-Presidente.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos à 17 horas e 25 minutos.

Eram 17 horas e 08 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 37 minutos.

Vamos avançar para o ponto 13 da nossa Agenda: [Projeto de DLR n.º 7/X – “Altera o Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.](#)

Para apresentação do diploma tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O nosso Projeto de Decreto Legislativo Regional que pretende alterar o Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, nós pensamos que é de uma simplicidade e de uma clareza que quase dispensaria uma apresentação a acrescer ao seu conteúdo. Podemos concordar ou discordar do seu conteúdo mas o conteúdo, em si é simples, claro e transparente no nosso ponto de vista.

Resumidamente dizer que o nosso objetivo último é permitir o regresso ao processo de concurso interno e externo como uma periodicidade anual em vez de quadrienal como atualmente acontece, possibilitando desta maneira (sendo anual), que todos os anos os professores contratados possam concorrer para a integração nos quadros e que os professores do quadro possam também todos os anos concorrer para outras escolas ou até para outras áreas de ensino.

Penso que é no futebol que se diz qualquer coisa como isto: “em equipa ganhadora não se mexe”. Acho que é assim.

Bom, apetece dizer que numa coisa, numa medida que está a dar resultado e que não tem nenhum tipo de crítica não se deveria mexer.

Portanto, dissemo-lo na altura, dissemo-lo em 2012 com a anterior Secretária Regional da Educação, voltamos agora a dizer: não compreendemos porque é que uma medida que é o concurso anual, do nosso ponto de vista (e não só do nosso, pelos vistos de grande parte do corpo docente e das estruturas representativas dos professores, concordam connosco na análise que fazem) o concurso anual é uma forma de atenuar a precariedade dos docentes nesta Região, que não é pouca, nem são poucos, nem são poucos os anos que assim permanecem nessa situação de absoluta indefinição e incerteza.

Para além disso, é uma forma de, se atenua a precariedade e se permite uma maior segurança laboral, melhorar a escola, de melhorar a prestação dos docentes, e, portanto, no fundo aumentar a qualidade do nosso sistema regional de ensino.

Para finalizar nesta apresentação, acrescentar apenas o seguinte. Sr. Secretário Regional, permita-me que me dirija a si.

Eu penso que no debate sobre esta proposta, no caso concreto do Governo Regional, nós não adiantaremos grande coisa porque são conhecidas as posições quer de um lado, quer de outro e talvez não se ganhe nada neste debate a menos que hoje pela primeira vez nós consigamos esclarecer nesta câmara uma coisa que o BE, por escrito e oralmente, perguntou inúmeras vezes às suas duas antecessoras (uma delas presente nesta sala e não me deixará mentir e concordará que isto é verdade) que é o seguinte: vamos de uma vez por todas esclarecer e é o Governo Regional que tem que fazê-lo, o que são necessidades permanentes e o que são necessidades transitórias do nosso sistema educativo?

Esta pergunta feita por escrito e oralmente, esta necessidade absoluta de clarificar estes conceitos, é fundamental para que este debate sobre esta matéria tenha alguma produtividade, porque em termos finais nós já sabemos as posições e portanto não temos grande esperança no seu êxito.

Mas se este debate servir para nós, de uma vez por todas, compreendermos o que é quer dizer uma necessidade permanente do sistema e o que quer dizer

uma necessidade transitória, penso que avançaremos muito até na avaliação, na análise e na crítica que fazemos a outras iniciativas legislativas e a outros documentos em vigor na Região, através do Governo Regional.

Nesta primeira intervenção ficaria por aqui.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Uma das principais razões que se tem apontado para ter passado o concurso de pessoal docente de anual a quadrienal, é a defesa da continuidade ou da estabilidade do projeto pedagógico.

Desta forma, abrindo os concursos só de quatro em quatro anos, evitar que os alunos andem sistematicamente a mudar de professores.

Este é um argumento que tem sido repetido sistematicamente pelo Sr. Secretário Regional e que na nossa opinião é uma falácia e é uma falácia pela simples razão de que a distribuição do serviço docente não é da competência da tutela, é da competência das escolas e, portanto, não há nada que nos garanta, que o mesmo professor irá acompanhar a sua turma durante um ciclo escolar.

Outro argumento que é utilizado é que é necessário manter a estabilidade do corpo docente e aí, de facto, nós sabemos que a estabilidade do quadro docente foi no passado um problema grave na Região e que nós achamos que deve ser resolvido.

No entanto lembro que foi introduzido um mecanismo na seriação dos concursos que teriam prioridade os professores que fizessem concursos por 3 anos, ou seja, um professor que dissesse eu quero ficar na escola “x” ou “y”, por 3 anos e não apenas por um, teria automaticamente prioridade. Demonstrando que eu quero ficar na escola das Flores 3 anos e não quero ir lá só um ano e vir-me embora, estaria a demonstrar que quero efetivamente ficar na Região. Isso foi implementado e contribuiu largamente para a estabilização dos quadros docentes.

Convém, em relação a este respeito, lembrar, que quando estamos a falar dos concursos quadrienais, não nos estamos a referir aos concursos chamados a termo resolutivo, ou seja, vulgo os professores contratados.

Estes concursos quadrienais referem-se unicamente aos concursos internos e externos, ou seja, ou aos professores que já estão no quadro, e portanto já contribuem pró definição para essa estabilidade, ou aos professores que querem fazer parte do quadro e querem efetivamente contribuir para essa estabilidade.

Portanto, o CDS tem alguma dificuldade em perceber as reais vantagens que a alteração dos concursos anuais para quadrienais trouxeram efetivamente ao sistema educativo regional.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como disse a Sra. Deputada Zuraída Soares, a quem eu cumprimento por esta iniciativa, de facto esta iniciativa é muito simples, visa por lado revogar o regulamento que está atualmente em vigor e reipristinar o anterior.

Deputada Zuraída Soares (BE): Os anteriores!

O Orador: É simples.

No entanto, a Sra. Deputada esqueceu-se que há aqui questões até de ordem logística, é que entre um e outro houve outros decretos que introduziram alterações.

Se a Sra. Deputada manda reipristinar o anterior, quer dizer que vai reipristinar e atrás dele vão ficar (eu posso dar alguns exemplos) suspensas todas aquelas alterações que entretanto foram introduzidas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Como por exemplo?

O Orador: Como por exemplo: no atual regulamento de concursos, em grande parte, foram consagradas e sistematizadas algumas alterações, com o objetivo

de se constituir um diploma único que reunisse algumas regras, algumas normas que estavam dispersas. O diploma que está atualmente em vigor contempla isso.

Vou dar o exemplo:

Os quadros de zona pedagógica já tinham entretanto sido extintos, em 2007, com o DLR nº. 21, que é anterior àquele que a Sra. Deputada quer reprimir, ao determinar a transição dos docentes, que à data de entrada em vigor do mesmo, transitaram para os quadros de escola;

A admissão de estrangeiros ao concurso de pessoal docente na Região: passou a ser possível;

A possibilidade dos docentes se candidatarem simultaneamente a todos os grupos de docência para que possuam habilitação: isso não está previsto naquele que a Sra. Deputada quer reprimir;

A criação da figura do contrato por tempo indeterminado para os docentes colocados em lugar do quadro, em substituição de nomeação;

Outro aspeto: o procedimento concursal interno de afetação anual, em geral, ou motivos de doença ou outro qualquer;

A contratação a termo resolutivo por um ano em regime de substituição temporária: dado que continua a existir a necessidade de recrutamento em alguns grupos de docência, de docentes detentores de habilitação própria, voltou-se a fixar a fórmula de cálculo da graduação académica (artº. 11º.);

No atual regulamento foram introduzidas algumas alterações de fundo, de facto: Primeiro: os concursos interno e externo de provimento, que anteriormente eram anuais, que a Sra. Deputada referiu e quero recuperar, passam a quadrienais. É de facto uma introdução de fundo que o Governo mantém.

Vai haver uma exceção agora em 2014 apenas para se poder estabelecer uma relação temporal, cronológica, com os concursos no resto do País para que haja uma maior facilidade de mobilidade dos docentes nos dois sentidos.

Com esta medida pretendeu-se, em primeiro lugar, e como referiu a Sra. Deputada Graça Silveira, na minha perspetiva pela positiva, a promoção da estabilidade do corpo docente, uma vez que com a colocação quadrienal só há possibilidade de mudar de quadro por concurso interno, quatro anos depois.

A Sra. Deputada é muito jovem, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Obrigada, Sr. Secretário!

Se calhar, não tão jovem como pensa, mas muito obrigada!

O Orador: Não tem nada que agradecer. É um facto visível.

... naturalmente não se lembra de que durante muitos anos os Açores serviam de trampolim para que os professores do continente viessem cá obter um vínculo e regressar (muitos não vinham sequer cá).

Portanto, quem quiser concorrer concorre para uma escola, para uma ilha, ou para a Região.

O professor é livre de concorrer para onde quiser, mas a partir do momento em que toma essa opção assegura que quer ficar durante um determinado tempo. Isso é fundamental para haver estabilidade.

Já agora aproveito, Sra. Deputada Zuraida Soares, para dirimir esse magno problema das necessidades permanentes e das necessidades transitórias.

Os quadros que neste momento estão definidos para as escolas da Região estão providos, até digamos, estão um pouco exagerados, relativamente às reais necessidades.

Todas as escolas têm o seu quadro de pessoal que são calculados na base da turma padrão de 23 alunos, quando na maior parte das turmas não temos esses alunos.

Essas são as necessidades fixas do sistema. Todas essas vagas estão ocupadas.

As necessidades transitórias resultam apenas de situações, como várias que estão aqui neste Plenário, Sras. e Srs. Deputados, que são professores que não estão a dar aulas e, portanto, têm que ser substituídos, como pessoas que estão com doenças permanentes, que estão com licenças sem vencimento, que estão a desempenhar outras funções onde quer que seja.

Essas são as necessidades transitórias, ou seja, é necessário abrir concurso todos os anos para essas situações, para suprir essas faltas, porque os quadros estão todos completos e, portanto, as necessidades permanentes do sistema estão satisfeitas. Quando um professor adoece, quando um professor ou professora mete licença de paternidade, bom, aí têm que ser substituídos, aí é uma outra

situação. Mas as necessidades permanentes estão definidas e estão completamente satisfeitas.

Mas, voltando ao tema. A colocação por quatro anos dá uma garantia de continuidade pedagógica e da conseqüente qualidade do sistema educativo.

A Sra. Deputada poderá dizer-me: e se entra um mau professor?

Bom, mas isso aí resulta do facto de sermos todos humanos.

O que interessa é saber que a partir de um determinado momento as escolas sabem que têm aquele professor e que aquele professor vai estar ali durante quatro anos a desempenhar a sua função.

Há cada vez menos justificação para que se proceda a um reajustamento anual da rede escolar e à conseqüente abertura de concurso interno e externo, atendendo à diminuição do número de vagas resultante da diminuição do número de alunos. É uma questão estatística, ou seja, é revermos os quadros de professores e definindo as necessidades permanentes, provavelmente teríamos que reduzir os atuais quadros. Nenhum de nós quer isso.

Os quadros de pessoal docente da Região têm vindo a estabilizar progressivamente, atendendo ao número de docentes devidamente habilitados que estão disponíveis no mercado de trabalho.

Em concursos anteriores já houve situações de novo concurso, de se apresentarem 10 000 candidatos para os vários concursos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso contradiz o que acabou de dizer!

O Orador: Este ano, para contratados, apareceram 7 500 oponentes.

Finalmente, a compatibilização com os concursos nacionais, que eu já referi com a Região Autónoma da Madeira e com o continente.

Também, o atual regulamento, o atual decreto que está em vigor, contém em si a atualização de diversos procedimentos contratuais e até de alguma linguagem de utilização de tecnologias da informação e comunicação e introdução de normas que visam agilizar alguns processos, designadamente a redução de prazos, ou seja, mandar para o lixo (se me permite a expressão) o atual regulamento, destruir e reprimar um regulamento muito anterior, seria pôr de lado um conjunto de inovações, de melhoramentos que foram sendo induzidos

ao longo do tempo e que estão condensados no atual regulamento. Ou seja, revogar o DLR em vigor e reprimir o Decreto 27/2003, para mais apagando as claras melhorias que ao longo dos anos foram introduzidas, constituiria um retrocesso inqualificável, portanto inaceitável.

A questão de fundo Sra. Deputada, são os concursos de um ou quatro anos, porque tudo o resto seria deitar fora um conjunto de melhoramentos que foram introduzidos e compare, Sra. Deputada, o que se passa no continente e o que se passa aqui em termos de colocação de professores.

No dia 28 de agosto todas as escolas sabiam que professores é que tinham, estavam os professores todos colocados. Depois entrámos na segunda fase, que é aquela que não se pode prever, que são as doenças, os impedimentos, etc.

Compare com o que se passa no continente ainda neste momento e veja se o regulamento que nós temos neste momento não é válido.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, o Governo considera que o atual regulamento é bom, funciona, não deve ser alterado, se for preciso introduzir alguma melhoria pontual como aconteceu até aqui, isso será feito, mas consideramos que ele funciona, deve continuar e no que diz respeito aos concursos por quatro anos, merece a nossa total concordância.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura:

Embora, relativamente à ciência e à cultura, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estamos conversados!

O Orador: ... e à educação, ... mas pronto.

Relativamente a esta iniciativa do BE merecerá o nosso apoio. Merecerá o nosso apoio porque há aqui algumas questões que, apesar da retórica de V. Exa., ficam por explicar.

Desde logo a questão da precariedade dos docentes e como é que se articula isso com aquilo que é a Via Açoriana para o Desenvolvimento (que eu por acaso só consegui encontrar alguns atalhos e veredas), ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Canadas!

O Orador: Nem canadas!

Como é que V. Exa. articula isso com aquilo que é o discurso do Partido Socialista e do Governo do Partido Socialista sobre as questões do trabalho e da diferenciação relativamente ao continente?

Acho que terá muita dificuldade em, digamos, encontrar alguma justificação plausível para justificar que esta medida da quadrienalidade dos contratos não contribui para a perpetuação da precariedade dos trabalhadores do ensino, sejam eles educadores, sejam professores.

Mas esta é apenas uma questão, porque julgo que V. Exa. não me contrariará se eu disser que os concursos não se destinam apenas ao recrutamento de pessoal docente. Pois não, Sr. Secretário! Têm outros objetivos. Está certo, Sr. Secretário?

Digo-lhe quais é que são. Um deles é a mobilidade entre os quadros das unidades orgânicas, que não é de somenos importância e aquilo que V. Exa. devia fazer, se quer efetivamente fazer alguma coisa, era desde logo avaliar as necessidades permanentes, mas com rigor, Sr. Secretário, e redimensionar os quadros das unidades orgânicas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: Era isso que V. Exa. devia fazer, se efetivamente quer fazer alguma coisa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É muito importante!

O Orador: Até lhe posso deixar aqui uma dica, que tem a ver com o seguinte. Quantos professores (e agradecia que V. Exa. me respondesse a esta pergunta) é que utilizam a figura da mobilidade para a aproximação à residência?

E sabe por que é que tantos professores utilizam esta figura, Sr. Secretário?

Porque V. Exa. não tem os quadros redimensionados. Faça isso e verá que a utilização dessa figura de mobilidade (e isto é para falarmos aqui na questão da

mobilidade, porque os concursos não se destinam apenas ao recrutamento) destina-se também à mobilidade entre quadros.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Essencialmente!

O Orador: Sr. Secretário, veja se faz alguma coisa.

Depois, relativamente à questão da quadrienalidade, digamos que o Sr. Secretário até pode dizer o seguinte: “Não passou ainda tempo suficiente para se fazer uma avaliação do novo modelo de concursos.”

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes): Por isso mesmo!

O Orador: O senhor pode dizer à vontade, Sr. Secretário, mas todos nós sabemos que os efeitos são exatamente esses que lhe estou a dizer: é evitar que um conjunto de professores tenha de esperar 4 anos para aceder a um lugar do quadro e tem um outro efeito, que é cada vez mais professores, ou um número muito significativo de professores do quadro, utilizarem a figura da mobilidade para a aproximação à residência.

Portanto, Sr. Secretário, certamente que concordará comigo que isto cria instabilidade nas escolas, porque não garante que o professor fique naquela escola, porque pode utilizar esta figura de mobilidade, figura que era contemplada só pelo concurso e não através desta figura que, no fundo, acaba por ser uma perversãozinha do sistema.

Sr. Secretário, se quer fazer alguma coisa na educação faça isso, redimensione os quadros e verá que só tem vantagens com isso e ponha o concurso anualmente. Porque se puser o concurso anualmente não lhe vai dar tanto trabalho assim, porque o grande problema para o Sr. Secretário é afetar recursos humanos para fazer os concursos.

No tempo em que eu era Presidente do Conselho Diretivo de facto os concursos eram feitos manualmente pelo Sr. José Manuel. Penso que o Sr. José Manuel ainda está lá na Direção Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está, está!

O Orador: Aliás, facilmente com a experiência que tem até nota quando há erros no sistema informático. Mas isso é uma outra questão!

Fazia-se manualmente e agora V. Exa. tem um programa informático, tem um *software*, que lhe resolve o problema rapidamente.

Portanto, não vejo sequer que essa justificação seja uma justificação plausível, Sr. Secretário.

Independentemente da questão que colocou relativamente à repriminção proposta pela Deputada Zuraida Soares, há aqui uma questão que é fundamental e, portanto, não se esconda através de problemas para se esquivar à discussão que é essencial e a discussão que é essencial é esta, Sr. Secretário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O momento que o país atravessa não é fácil para ninguém, mas todos concordaremos que a educação e os seus profissionais, nomeadamente os professores, estão incluídos no grupo dos mais atingidos. E se dúvidas há, veja-se o Orçamento de Estado de 2014 que é o sector mais atingido com cortes ou leia-se as notícias publicadas hoje na imprensa nacional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sra. Deputada. Concordo consigo!

A Oradora: Contudo, e contrariando a tendência nacional, nos Açores, por mais doloroso que seja para algumas oposições, a educação tem sido protegida.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Por isso tem os piores resultados do País!

A Oradora: Hoje, temos em discussão o Projeto de Decreto Legislativo Regional que pretende alterar o regulamento de concurso do pessoal docente na região. E se, por um lado se reconhece a legitimidade e a coerência do partido proponente, o Bloco de Esquerda, prosseguindo com uma bandeira eleitoral da sua campanha, a reposição da anualidade dos concursos, por outro lado, considera o PS, com a responsabilidade de quem governa e de quem nada prometeu nessa matéria, que não é o tempo a estas alterações desta natureza e que primeiro está o que pugnámos na campanha eleitoral, um pacto de estabilidade para a educação.

Conscientes que não estamos a agir de forma a agradar corporações, nem tão pouco de acordo com os pareceres por nós recebidos dos parceiros sociais, nomeadamente o Sindicato de Professores da Região Açores e do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, que muito prezamos e respeitamos, ...

Deputado Costa Pereira (PSD): Tem dias!

A Oradora: ... mas seguros estamos que esta alteração não é uma prioridade neste momento de tantas incertezas e turbulência nacional.

É necessário e imperioso que também fique registado, neste momento, que o governo regional e o PS que o suporta têm adotado medidas que contribuem para uma crescente absorção de docentes pelo mercado de trabalho que vai muito para além do designado ensino regular. E a esse propósito lembro aqui que em julho passado o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração ao Estatuto do ensino particular, cooperativo e solidário que visa, exatamente a obrigatoriedade de abertura de processo concursal público para a contratação de pessoal docente por parte das escolas profissionais dos Açores que recebem financiamento público igual ou superior a 50% dos seus orçamentos. Acresce ainda, que com a implementação do programa ABC e continuação do programa Valorizar, ambos visam a escolarização de adultos, o governo regional está a contribuir para que sejam contratados mais docentes.

É assim de fácil constatação que o governo regional e o Grupo Parlamentar do PS não se quedam por uma visão redutora do mercado de trabalho dos docentes, mas sim por uma visão transversal e abrangente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): De mercado!

A Oradora: Reiterando o respeito pela propositura do Bloco de Esquerda, o Grupo Parlamentar do PS, pelas razões já por mim aduzidas e, sobretudo por considerar que neste momento não é oportuno, até porque em 2014 teremos um concurso extraordinário que permitirá outro tipo de avaliação do atual regulamento, vamos votar contra a iniciativa do Bloco de Esquerda.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh!... Isso não se faz, Sra. Deputada!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mau, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente esta iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda que estamos a apreciar. Vamos votar favoravelmente, porque é nossa convicção de que esta matéria da periodicidade dos concursos de professores de facto é uma matéria que aflige muitos e muitos docentes da nossa Região e potenciais docentes do nosso sistema de ensino oficial.

Não é a circunstância de umas pequenas questões de forma ou operativas, aqui adiantadas pelo Sr. Secretário da Educação, que nos demove não só do nosso voto, como sobretudo da análise do que no fundo este diploma procura debater, que é exatamente a periodicidade do concurso de professores, hesitando-se entre a periodicidade anual e uma periodicidade quadrienal.

Nós defendemos uma periodicidade anual, mas para que nenhuma dúvida fique sobre esta nossa convicção, gostaríamos de ter resposta a algumas perguntas e as perguntas são estas.

A realização do concurso anual tem alguma implicação de natureza legal?

Não tem.

Tem alguma implicação logística que a Região Autónoma dos Açores não consiga resolver, organizar?

A resposta seguramente será não.

Tem algum custo insuportável para o orçamento da Região? Também acho que a resposta será negativa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Sr. Deputado faz a pergunta e dá a resposta!

O Orador: Um concurso anual de professores perturba a lecionação?

Também acho que não.

Cria instabilidade?

Também achamos que não.

Vou dizer porque achamos que não cria instabilidade.

Desde logo, procuramos também encontrar razões para a realização de um concurso quadrienal e uma delas é esconder a falta de vagas nos concursos anuais.

Aliás, ainda recentemente tivemos disso exemplo. Houve uma anterior titular da Secretaria Regional da Educação que não quis abrir vagas quando o concurso era anual e depois resolveu o problema disfarçando, maquilhando a questão, abrindo apenas 29 vagas no quadro, quando efetivamente as necessidades permanentes são muitas e as necessidades permanentes, Sr. Secretário Regional da Educação, não estão absolutamente satisfeitas - longe disso! -, porque não creio que estejam destacados em várias situações da licença sem vencimento, até nas 4 licenças sabáticas que supostamente o senhor devia autorizar anualmente, que num conjunto de várias circunstâncias estejam mais de 600 professores nos Açores, fora da rede de ensino oficial. Desconfio que esteja sequer um quinto desse número.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Desconfia mal!

O Orador: Considerando que todos os anos o Governo Regional vem fazendo sensivelmente, no mínimo, como fez este ano, 600 contratações, significa que haverá nesse universo pelo menos mais 200, 300, provavelmente até 400 lugares de docentes, que são efetivamente necessidades permanentes.

Portanto, a primeira razão para termos um concurso de 4 em 4 anos é esconder essa vontade de abrir vagas anualmente.

Além disso, um concurso de 4 em 4 anos é um fator determinante da precaridade profissional para muitos docentes.

Depois há mais uma razão que coloca o Governo Regional nesta opção dos 4 anos: é a da poupança que faz no sistema educativo, porque o professor, não ingressando na carreira, tem um vencimento de início de funções mais baixo do que aquele que iria auferir se tivesse uma nomeação definitiva (para usar uma linguagem que nós mais rapidamente vamos perceber todos), isto é, se ingressasse num quadro, além de que não beneficia da redução do tempo letivo

de serviço e, portanto, a Região acaba garantindo o mesmo serviço por um menor custo.

É também uma razão de poupança que está por detrás dessa opção.

Um concurso de 4 em 4 anos não belisca a estabilidade do corpo docente, por muito que o senhor repita o contrário que um concurso de 4 em 4 anos seja melhor do que o concurso anual.

O concurso anual não belisca a instabilidade do corpo docente.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Agora corrigiu!

O Orador: O senhor percebeu que dentro do meu raciocínio era isso que eu queria dizer.

Portanto, não belisca! Tanto não belisca que nós podíamos (e desafio o Sr. Secretário a fazer através dos seus serviços esse exercício e seria bom que oportunamente desse conta ao nosso Parlamento desse apuramento que lhe vou sugerir) saber quantas turmas nos Açores garantem a continuidade pedagógica de todos os seus docentes de um ano letivo para o outro.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): O que é que isso tem a ver com os concursos?

O Orador: Em escolas que conheço, na escola onde trabalhei, não contamos pelos dedos de uma mão o número de turmas que mantêm a continuidade pedagógica de um ano para o outro, ou seja, que mantêm os mesmos professores de um ano para o outro.

Se o Sr. Secretário tiver dados que contradizem isto que estou a dizer...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): São decisões pedagógicas da escola!

O Orador: ...fico agradecido e certamente não refutarei os dados que o senhor mandar apurar, na certeza também de que vou procurar esses mesmos dados junto das escolas.

Mas há mais um pormenor sobre este assunto. O senhor não realiza concursos anuais para ingresso no quadro escudando-se no argumento da estabilidade do

corpo docente, mas realiza todos os anos concurso de afetação e de contratados que naturalmente reconfiguram os quadros de pessoal das escolas todas e essa é que é a razão que justifica aquilo que acabei de dizer, que dificilmente encontramos turmas na nossa Região que façam a continuidade pedagógica de um ano letivo para o ano seguinte.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: Finalmente, queria dizer o seguinte. O concurso anual também não é um problema para a instabilidade, porque a instabilidade do corpo docente que existiu, é verdade, a partir dos anos de 1998/99 deixou de ser um problema. O trampolim que a Região era para os quadros de professores do continente deixou de existir, deixou de ter essa função o nosso quadro de professores da Região.

Sabe porquê, Sr. Secretário?

É porque a oferta de candidatos à docência cresceu de tal maneira que quem arranjou lugarinho agarra-se a ele para o resto da vida e, portanto, neste momento, tanto faz que o concurso seja anual ou quadrienal, quem obtém o lugar num quadro de escola dos Açores, ou em qualquer parte do país, a primeira coisa que faz é agarrar-se e muito bem a ele.

Portanto, o concurso anual, contrariamente ao que o senhor diz, concorre para a estabilidade profissional e mais ainda, um fator muito importante, para a estabilidade emocional dos nossos professores.

É realmente essa instabilidade profissional, essa instabilidade emocional que também na sua devida proporção tem contribuído para o insucesso escolar na nossa Região.

A inconstância é grande, a incerteza é muita, há demasiada perturbação burocrática e legislativa na educação a interferir com a atividade dos docentes e tudo isto também concorre para o grave insucesso escolar que nós temos.

Há muitas variáveis que o Governo Regional e a Região não dominam neste setor, nomeadamente naquilo que diz respeito ao sucesso escolar, mas há esta: ter professores satisfeitos, ter professores empenhados na sua carreira

profissional é uma condição para o sucesso e isso depende desse Governo Regional.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso aplica-se aos trabalhadores do País!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (sou capaz de dizer o nome todo!):

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Obrigado. Ensine aí ao Sr. Deputado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): A mim o senhor não me ensina nada, Sr. Secretário!

A Oradora: Não tenho a mínima dúvida que o Sr. Secretário leu com certeza o pequeno Projeto de Decreto Legislativo Regional do Bloco de Esquerda, mas (posso estar enganada, Sr. Secretário) até que provem o contrário, da primeira parte da sua intervenção, fiquei com a ideia que o Sr. Secretário só tinha lido o artº. 1.º e o artº.2.º, porque pessoalmente estou convencida, com a margem de erro humana e não terei dúvidas em assumir, que o artº. 3.º e o artº. 4.º, no seu ponto 1 e no seu ponto 2, respondem ao problema da repriminção que o Sr. Secretário levantou. Portanto, não posso assumir um erro que na realidade não reconheço, porque os dois artigos de que lhe estou a falar respondem às questões que o Sr. Secretário levantou.

Depois, Sr. Secretário, deixe-me perguntar-lhe o seguinte: na exposição de motivos, digamos assim, da nossa iniciativa legislativa, o Bloco de Esquerda afirma que “ao longo dos 5 últimos anos as estimativas apontam para que cerca de um quinto [portanto, cerca de 20%] dos professores do sistema educativo regional são contratados.”

Pergunto ao Sr. Secretário: é ou não é verdade?

É falso o que estamos aqui a afirmar ou é verdade?

É porque se é verdade estes dados mostram como estes docentes, 20% da totalidade dos docentes da nossa Região, asseguram na verdade necessidades permanentes nas nossas escolas públicas e não necessidades transitórias.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Transitórias! É verdade!

A Oradora: E lá voltamos nós ao início da apresentação deste Projeto feita por mim que é: compreendo que não é certamente por acaso, nem por incapacidade menos ainda, que o Governo Regional sistematicamente se recusa a clarificar o que são no sistema educativo necessidades permanentes e necessidades transitórias.

Não é por acaso que isto acontece e isto, Sr. Secretário, de facto, é um magno problema. É um magno problema para os professores que nesta Região trabalham 3, 5, 10, 15, 20 anos e mais e que continuam a dizer-lhes que estão a responder a necessidades transitórias.

Sr. Secretário Regional, a clarificação destes conceitos não pode ser o Sr. Secretário dizer que quando um professor vai para uma escola substituir uma professora que entrou em licença de maternidade estamos face a necessidade transitória; que se calhar quando substitui um Deputado ou uma Deputada que estão aqui há 20 anos continua a responder a uma necessidade transitória.

E então as permanentes?

É que, por exemplo, ao nível do trabalho do trabalhador do privado as coisas estão muito claras. Eram 3 anos, agora passaram a ser 5. O Bloco de Esquerda sempre defendeu 1, mas isso é outra situação.

Agora há um prazo, há um momento em que a clarificação dos conceitos se dá. Portanto, o Sr. Secretário não pode dizer que isto é transitório ou permanente conforme dá jeito ao sistema e dá jeito ao Governo Regional. É o que tem acontecido até hoje, Sr. Secretário.

A partir de que altura? A partir de 3 anos? Ao fim de 5 anos de contrato? Ao fim de 10?

A partir de que altura é que um docente deixa de responder a uma necessidade transitória e passa a responder a uma necessidade permanente?

Isso é muito importante para percebermos quantos professores é que existem na nossa Região com um estatuto e quantos é que existem na nossa Região com outro estatuto.

Porque, por exemplo, Sr. Secretário, nós lemos o parecer do SDPA, que na sua página (peço desculpa), na segunda página, no primeiro parágrafo, diz assim: “Desde a abertura do último concurso interno e externo de docentes na Região [que ocorreu como todos sabemos em janeiro de 2012] aposentaram-se 64 docentes na Região.”

Ora, estes 64 docentes que se aposentaram não foram substituídos por lugares em regime de estabilidade, ou seja, há 64 necessidades permanentes que foram substituídas por 64 professores a quem o Sr. Secretário Regional diz que estão a responder a necessidades transitórias. Isto é imoral, é injusto e é ilegal.

Portanto, Sr. Secretário, vamos voltar ao princípio.

Nós já sabemos como é que o Partido Socialista vai votar, portanto, a proposta está chumbada, dou de barato isso, os professores não darão, mas nós damos, porque são essas as regras do jogo democrático: a maioria aprova ou desaprova. Agora, acabar este debate e sairmos daqui, nós e os professores desta Região, sem perceber, ao fim de tantos anos do Bloco de Esquerda perguntar de todas as maneiras (só ainda não fez sinais de fumo, Sr. Secretário, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Talvez, talvez!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Até às 8 horas ainda é possível!

A Oradora: ... para lhe fazer a pergunta, sinais de fumo ou de luzes) o que é uma necessidade permanente do sistema educativo...

O que é uma necessidade permanente?

Esta pergunta continua.

Finalmente, dizer que pessoalmente acredito em pacto de estabilidade e acho que vale a pena procurá-los, acho que vale a pena procurar consensos, acho que vale a pena procurar pontos de aproximação e concordância para estabelecer pactos de estabilidade, mas não reconheço a possibilidade de estabelecer um pacto de estabilidade, neste caso, no nosso sistema educativo, na educação, sem

professores motivados, sem professores reconhecidos, sem professores emocionalmente estáveis e inseridos no seu meio familiar.

Os concursos de 4 anos, Sr. Secretário Regional, boicotam exatamente todos os fatores, ou pelo menos a maioria dos fatores, que poderiam proporcionar a tal estabilidade que é procurada (e bem!) pelo Governo Regional, mas que é o próprio Governo que a põe em causa com os concursos quadrienais.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Secretário se refere à exceção que irá fazer em termos de abertura de concursos para 2014, devo dizer que percebo o seu esforço de compatibilizar os concursos nos Açores com os da República e com os da Região Autónoma da Madeira, porque só faltava os professores, além de ficarem impedidos durante 4 anos de se candidatarem a outras escolas, quando finalmente abrisse o concurso na Região, não poderem se candidatar ao continente e à Madeira, porque estavam dessincronizados. Mas o que quero lembrar aqui às Sras. e Srs. Deputados é que esse esforço de sincronização seria completamente desnecessário se os concursos fossem anuais, portanto, todos os anos abriam concursos e os professores estariam sempre aptos a concorrer para o continente ou para a Madeira.

Já agora, quando o Sr. Secretário diz que até considera, ao atual regulamento, introduzir algumas melhorias, pergunto-lhe diretamente se considera uma melhoria voltar a ter concursos anuais, acabar com os concursos quadrienais e passar a ter anuais, porque na nossa leitura isso seria de facto uma melhoria.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): É a vossa opinião!

A Oradora: Por último, porque não posso deixar de agradecer o simpático elogio que o Sr. Secretário me dirigiu ao dizer que eu não teria idade para me lembrar do tempo em que os professores mudavam de escola, vou só lembrar-

lhe, Sr. Secretário, que entrei para a escola primária em 74, saí ainda então se chamava Liceu da Horta em 86, portanto, ...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Quem diria, Sra. Deputada!

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): Isso foi na altura das passagens administrativas!

A Oradora: ... faça as suas contas!

Lembro-me perfeitamente de toda a história dos concursos na Região.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algumas das intervenções que me antecederam não podem de facto ficar sem eu intervir pelo menos, se bem que muitas das perguntas se dirigiam ao Sr. Secretário.

No entanto, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Joaquim Machado que quando fala dos professores que não estão no sistema e que estão fora, não será talvez a quantidade, não são os 600, mas são praticamente 300. Dizer-lhe que a forma como se usam os números, cada um pode usar conforme lhe dá jeito. Lembrar que os contratados este ano não foram 600. Os contratados este ano foram, só no ensino regular, 687. Se o senhor juntar os mais de 200 que estão nas escolas profissionais e ainda não têm os seus números de docentes fechados, já ultrapassamos largamente os 900 e se o senhor juntar a isso os docentes contratados ainda da Rede Valorizar e do ABC temos mais de 950 professores contratados.

Depois o Sr. Deputado disse uma coisa de facto irresistível. Disse que o nosso sistema de concurso deixou de ser um “sistema de trampolim”. O nosso sistema de concurso de professores deixou de ser um “trampolim” para o continente.

O Sr. Deputado sabe por que é que deixou de ser um trampolim?

Porque não há para onde saltar. Eles não têm para onde saltar. Qualquer docente que queira ir daqui para o continente não tem a mínima hipótese, ainda por cima se tivermos em consideração a proposta que o Ministério hoje mandou aos sindicatos que é uma proposta de rescisão com professores com menos de 60 anos.

O Sr. Ministro, Nuno Crato, que não sei como é que ainda não veio buscar o Sr. Deputado para Secretário de Estado ou adjunto do seu gabinete, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não sei como é que ainda não chegou a Secretária da Educação!

A Oradora: ...diz que é para todos os processos, todos os programas de rescisões que queiram com menos de 60 anos.

Ou seja, qualquer professor que tenha menos de 50 se quiser rescindir contrato sem direito a fundo de desemprego, sem direito a qualquer outro tipo de compensação, vai para casa com 1.23/ mês por ano de serviço e se tiver entre 50 a 59 anos vai para casa com 1/mês de serviço por cada ano de vencimento.

Tem mais! Nessa proposta, o Sr. Ministro diz que não podem aderir a esse programa todos os docentes que já tenham pedido a reforma e diz ainda que a partir do momento em que o professor rescinda por mútuo acordo não poderá (com menos de 50 anos), durante um determinado período de tempo, trabalhar em qualquer outro emprego público, mesmo em regime de prestação de serviço, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto tem a ver com a matéria em discussão?

A Oradora: ...o que inclui serviços da administração direta, indireta do Estado, regionais e autarquias, empresas públicas ou entidades públicas empresariais. A duração deste impedimento é proporcional à compensação que o docente recebeu. Algo que apenas mereceu a observação e o comentário do responsável pela FENPROF a nível nacional, que apelidou este programa de um “autêntico logro e uma vigarice”, dizendo que apenas a abertura desta possibilidade aos professores representa uma questão de um despedimento coletivo, sem direitos e sequer sem subsídios. Não é mais do que um despedimento com uma pequena e baixa indemnização.

Isto, Sr. Deputado, é que é maltratar os professores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Isto é que é gerar incerteza. Isto é que é gerar desconforto e instabilidade emocional nos corpos docentes. Isto é que é! Não é proteção, não é o investimento que continua e que tem sido feito na Região.

Portanto, os senhores quando aqui vêm discutir estas coisas da incerteza, da inconstância, do desconforto que reina nos nossos professores, os senhores vêm aqui com essa distinta lata como se não fosse o partido que está a tratar mal milhares, dezenas de milhares de docentes neste país.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: É preciso ter seriedade.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para fazer réplica à intervenção da Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Agradeço aquilo que foi um exagero da sua parte de me reconhecer qualidades para eventualmente, coisa que está muito longe dos meus horizontes, absolutamente arredados dos meus horizontes, auxiliar qualquer que seja o Ministro da Educação e para lhe dizer também que na mesma medida percebo por que é que a senhora nunca chegou a Secretária da Educação, mas acho que a sua intervenção foi muito útil.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Até podia ser Secretária de Estado da Defesa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Joaquim Machado está no uso da palavra.

O Orador: O Sr. Vice-Presidente do Governo, com essa pastilha elástica, nunca vai chegar a Secretário de Estado do Desporto a concorrer com Jorge Jesus.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ainda chega a Secretário da Defesa!

O Orador: Tenho para mim que sim!

Com essa pastilha elástica julgo que concorre com Jorge Jesus!

Presidente: Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Orador: A intervenção da Sra. Deputada Catarina Furtado foi útil. Digo com sinceridade, sem qualquer tipo de ironia, porque a Sra. Deputada Catarina Furtado acabou por nos revelar aquilo que o Sr. Secretário da Educação nos tem omitido, de que afinal existem cerca de 300 lugares para a docência na Região, que correspondem a necessidades permanentes. Comecei por dizer 200 e achava até que não estava a exagerar, mas a Sra. Deputada, certamente com conhecimento de causa, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ela estudou!

O Orador: ...adiantou-nos 300 e como o argumento não é bom para a ideia que ela está a defender...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ela? Mas o que é isso? Ela?

O Orador: ...nós temos de presumir de que serão ainda mais do que as tais 300, mas mesmo as 300 significam que o Governo Regional, tomando o número de vagas que pela última vez abriu num concurso, que foram 29, levará sensivelmente 10 concursos para preencher as tais 300 vagas apenas com esta diferença, é que os 10 concursos demoram 40 anos. É apenas isto. Portanto, temos aí um dos fatores de muita instabilidade.

Oh, Sra. Deputada, não escondo que há medidas duras, difíceis, algumas porventura também erradas, porque as há, porque toda a gente erra, haverá na política nacional,...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Ah, há! Não acredito!

O Orador: ...mas não se esqueça que a errância nas políticas educativas nacionais não são só de agora,...

Deputado Berto Messias (*PS*): Vêm de Sócrates!

O Orador: ...são também, e muito, do tempo em que a educação era uma festa. Sabe quem é que dizia que a educação era uma festa em Portugal?

Foi aquela triste figura sorumbática que se sentou, tinha assento, no Conselho de Ministros e que dava pelo nome de Maria de Lurdes Rodrigues. Foi essa senhora que durante muito tempo foi Ministra da Educação, teve o desprazer de fazer o que fez com a Parque Escolar e dizia que a educação era uma festa em Portugal.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Oh, senhor, pelo amor de Deus!

O Orador: Finalmente, para registar mais uma coisa. Mesmo que a nível nacional fosse tudo exatamente como a senhora disse e pior até do que isso, isso nunca dispensava este Parlamento e aquele Governo de cumprir o seu dever e o nosso dever enquanto Região Autónoma é fazer diferente, mais e para melhor.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): E é isso que estamos a fazer!

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Há anos que fazemos isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começar pelo Sr. Deputado Aníbal Pires que me faz lembrar, com o devido respeito, aquela velha mestre da escola que todos os dias chegava à aula e dava

um puxão de orelhas ao Zequinha e o Zequinha dizia: “Não fiz nada!” E ela dizia: “Mas vais fazer!”

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente!

O Orador: O Sr. Deputado quer é apanhar, aliás como o Sr. Deputado Joaquim Machado, um Membro do Governo para, mesmo que invente, fazer os seus puxões de orelhas.

Sr. Deputado, o corpo docente, como sabe, porque é professor, é um corpo especial.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ainda é?

O Orador: Não tem nada a ver com as restantes categorias profissionais que são diferentes, portanto, não vamos misturar “alhos com bugalhos”.

Depois, faço-lhe uma contra pergunta: como é que o Sr. Deputado me diz que havendo concursos de colocações por 4 anos isso é precariedade?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas eu explico!

O Orador: Como é possível o Sr. Deputado pedir ou exigir, conforme entender, tem esse direito, que se faça uma *redimensionação* dos quadros?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Redimensionamento!

O Orador: Poderíamos fazer e iríamos reduzir o número de lugares de professores efetivos nas escolas.

É isso que o Sr. Deputado, defensor da classe operária, quer?

Quer mandar professores para o desemprego?

Sr. Deputado, já que falamos em trabalho, nunca foi invocada por mim, nem por ninguém dos meus serviços, a questão do trabalho para os concursos deixarem de ser anuais.

Aliás Sr. Deputado, tenho todo o prazer em convidá-lo para ir lá à Secretaria, porque vai verificar que não é o Sr. José Manuel, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já lá está!

O Orador: ...que é um funcionário excelente, que faz a colocação de professores, portanto, pode ir lá verificar como é que as coisas funcionam, mas isso é uma coisa à parte.

Também aproveito para responder à Sra. Deputada Zuraida Soares.

As vagas dos quadros das escolas estão todas ocupadas, portanto, não há vagas por preencher. Essas necessidades permanentes estão satisfeitas.

Há uma outra situação que penso que também ali o Sr. Deputado Joaquim Machado desconhece. Há necessidades permanentes (parece um oxímoro, mas não é) que não são previsíveis. Por exemplo, no ensino especial, num determinado ano nunca sabemos quantas crianças é que têm necessidades educativas especiais. São permanentes essas necessidades, porque infelizmente há essas situações, só que nunca conseguimos prever. A partir do momento em que a criança é sinalizada é definido o lugar do professor ou do educador para a acompanhar.

Portanto, há as vagas, há os lugares do quadro, que estão todos preenchidos. Se acham que devemos redimensionar o quadro, vamos redimensionar para menos, porque temos menos alunos.

É isso que querem? Nós não queremos.

As necessidades educativas especiais e também o ensino profissional, em determinadas situações, implicam que num determinado ano seja contratado um professor que até ali não era necessário. Dou o exemplo da Escola das Lajes do Pico em que, quer os pais, quer o Conselho Executivo, pediu a colocação de um professor de economia. À partida não tinham o número suficiente de alunos para se constituir uma turma de 10.º ano, mas achei que havendo economia, essa disciplina, na Madalena era violento para as crianças e jovens da Piedade ou das Lajes se deslocarem, fazerem 50 quilómetros, ir e vir todos os dias, para terem essa disciplina.

Deputada Zuraída Soares (BE): E acho muito bem, Sr. Secretário!

O Orador: Obrigado por reconhecer.

Então mandei abrir a disciplina de economia na Escola das Lajes do Pico, embora não tendo o número de alunos suficientes, e para terem em atenção essa necessidade. Cá está! Foi uma necessidade que foi criada que não estava prevista, foi uma necessidade política que assumo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi sinalizado pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, se não não tinha aberto!

O Orador: Já não sei quem é que falou nos professores felizes.

Nós gostávamos que todos os professores fossem felizes no exercício das suas funções e se a felicidade de um professor se resumir a estar na escola onde gosta de estar, tenho o prazer de informar que 88% dos professores efetivos das nossas escolas estão na escola que desejam.

Portanto, podemos dizer, se de facto é esse o critério de felicidade de um professor, que 88% dos professores dos quadros estão na escola em que gostam de estar; mas se por acaso, mesmo assim, acharem que, por uma razão qualquer, querem ainda ficar mais felizes podem de facto concorrer por afetação para uma escola onde se sintam melhor.

A Sra. Deputada também falou no número de professores. Posso dizer-lhe os números mais recentes que tenho.

Atualmente temos um total de pessoal docente do quadro em funções letivas e não letivas de 4.037 professores, temos um total no sistema educativo de 4.724, ou seja, temos 687 professores contratados que são esses que estão a substituir todos aqueles que estão aqui e noutros lugares que, por alguma razão, saíram do sistema, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quantos são esses, Sr. Secretário?

O Orador: ...ou melhor, que não estão a dar aulas.

O Sr. Deputado está muito preocupado em saber quantos são. Infelizmente não lhe posso dizer quantos professores vão falecer este ano, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Então não confirma os 600!

O Orador: ... não lhe posso dizer quantos professores, por uma razão qualquer, vão optar por exercer outra profissão ou pedir dispensa sem vencimento. Tenho um caso desses, ainda ontem uma professora pediu.

Não sabemos exatamente isso e há medida que esses casos vão acontecendo obviamente que serão substituídos. Agora, não se pode é abrir um concurso a meio do ano.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se a professora der à luz a meio do ano?

O Orador: Os Srs. Deputados querem que abramos vagas. Não é possível abrir vagas para vagas que estão providas. Existe o lugar do professor, o professor está lá, está a ocupar a vaga. Portanto, não podemos pôr essas pessoas na rua.

Lamento muito, não vamos mandar professores embora, professores efetivos embora só para satisfazer a necessidade pessoal do Sr. Deputado Joaquim Machado, que é abrir vagas para concurso.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Mas, Sr. Deputado Joaquim Machado, fico muito admirado que, na sua ânsia quase insana de atacar o Governo e a mim próprio, ponha em causa a autonomia pedagógica das escolas.

As escolas têm os órgãos próprios. Têm a Assembleia de Escola, têm o Conselho Pedagógico, têm o Conselho Executivo e são as escolas que apresentam à tutela as suas necessidades anuais de professores. Esses professores são colocados de acordo com as necessidades depois de ser feito um apuramento das reais necessidades e depois são os órgãos próprios da escola que colocam os professores conforme entendem. É por isso que eles existem. Não é o Secretário da Educação que vai dizer que o professor António vai dar a disciplina de física na Escola Canto da Maia. É a Escola Canto da Maia que, perante o seu quadro de pessoal, decide e no âmbito da sua autonomia decide onde é que coloca os professores.

O Sr. Deputado está a atacar a autonomia das escolas. Ataque-me a mim quando quiser, agora não ataque um princípio fundamental do nosso sistema.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem dito!

O Orador: Pode-me atacar à vontade que também não tenho medo.

Também falou naquela história, quase dramática, dos professores que vão a correr pela rua abaixo, atrás de uma vaga: “Segurem-me, porque quero agarrar essa vaga. Agarro a vaga e já não saio.”

Sr. Deputado, sabe quantos professores colocámos este ano no Corvo para educação física? Nove. Só o nono aceitou lá ficar.

Sr. Deputado, queria que isso acontecesse todos os anos?

Que os meninos do Corvo, ou das Flores, ou em muitas outras escolas do Topo de São Jorge, fiquem constantemente à espera que haja um professor que se digne lá ficar, porque não gosta de lá ficar?

Então, para que estamos a fazer o sistema: é para os alunos ou é para os professores?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores querem que se faça o sistema, que se monte o sistema para agradar aos professores. Nós queremos que o sistema funcione para os alunos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Isso já acontece com os professores contratados, que concorrem para todas as ilhas, sabendo que uma dessas ilhas é o Corvo, são colocados no Corvo e depois não querem lá ficar,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quanto tempo é que ficaram à espera?

O Orador: ...porque não gostam de ficar no Corvo. Isso acontece por todas as ilhas.

É isso que querem, Srs. Deputados?

É a isso que chamam de estabilidade?

Srs. Deputados, sejam sérios por favor e refiro-me obviamente ao Sr. Deputado Joaquim Machado...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: ...que tem dado provas de que não é.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Sra. Deputada Graça Silveira,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se elogiem mais, já chega!

O Orador: ...não vamos andar aqui nos elogios mudos, até porque ficava a perder, mas, Sra. Deputada, o que eu disse agora para o Sr. Deputado Joaquim Machado, digo mais simpaticamente para si.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Obrigada!

O Orador: Em ilhas como o Corvo, Flores, Topo, outras situações de escolas que por alguma razão não são tão cativantes para determinado tipo de

professores, nós iríamos, se continuássemos com os concursos anuais, ter (não era problemas de custo, nunca falei em custos dos concursos, nunca falei do trabalho que dá fazer concursos), ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não se confirma a maioria por questões pontuais!

O Orador: ...o que falei sempre e refiro, essas situações em que os professores concorrem para as ilhas todas, são colocados numa escola onde não querem, não aceitam o lugar e depois vem a seguir outro, a seguir outro e todos os anos teríamos isso. Temos isso, infelizmente, com os concursos de 4 em 4 anos, mas essa situação só acontecerá de 4 em 4 anos. É essa a posição do Governo e é essa posição que vamos manter.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Educação acabou de referenciar o caso do Corvo, dos vários professores de educação física que foram lá colocados e não aceitaram.

O que tenho a dizer é que o facto referenciado é verdade e sucedeu em muitas outras escolas da Região.

Depois, há quem critique, mesmo na classe docente, que a culpa disto, dos professores estarem sem lecionar e os alunos estarem sem aulas durante um mês, é de quem?

Da classe política, dos políticos.

O que verificamos é o seguinte, é que todos aqueles professores que foram sendo colocados nós já sabíamos que já estavam colocados noutra escola, ou na Madeira, na Região Autónoma da Madeira, ou no território continental e teria sido tão fácil a esses docentes clicar na opção desistir do concurso.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Mais vagas, onde é que elas estão?

O Orador: Teria dois benefícios. Os seus colegas ficariam colocados mais cedo.

Foi culpa dos políticos o docente não ter desistido como devia, do ponto de vista ético? Porque se já está colocado numa escola, deveria desistir dos outros concursos.

É culpa dos políticos, é culpa da classe docente ou é culpa da falta de ética de não se preocupar com os colegas que não estão colocados?

Ou é culpa também de não se preocupar com os alunos que ficam um mês sem ter aulas, porque entretanto, três dias depois, é colocado outro docente, que por sua vez já está colocado também no território continental e na Região Autónoma da Madeira? É culpa dos políticos?

Não! A culpa é desta ética...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ética republicana!

O Orador: ...que se desenvolve e que se tem desenvolvido nos últimos tempos de não se preocupar com os outros, de não se preocupar com os colegas, de não se preocupar com os alunos.

Infelizmente não são todos, nem são a maior parte, mas existe muita gente que tem esta postura, que é uma postura profundamente errada.

“Já estou colocado, já estou servido, não quero saber dos outros.”

É culpa dos políticos?

O que quero aqui dizer e que referenciei (e o Sr. Secretário pode testemunhar se quiser), é que considero que nós temos de resolver a situação.

Se as pessoas não fazem aquilo que deveriam fazer que é a partir do momento que estão colocados não desistirem do concurso na Região Autónoma da Madeira e no território continental, se não fazem isso que deveriam fazer, e vão continuar a não fazer (porque não se preocupam com os outros), nós, os políticos, temos que apresentar uma solução.

A solução que apresentei ao Sr. Secretário foi de estabelecermos um protocolo entre as administrações educativas da Madeira, dos Açores e também da República Portuguesa, no sentido do professor que ficou colocado numa determinada escola no continente ou na Madeira é retirado do concurso regional, do concurso dos Açores, a mesma coisa se for em relação à Madeira e a mesma coisa em relação ao território continental.

Portanto, neste momento existe já capacidade informática para resolver esse problema, ou seja, retirar do concurso, retirar através de protocolo, adaptando ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor queria era criar um concurso único!

O Orador: ... os mecanismos de concurso, no sentido do professor que já está colocado numa determinada zona do território português ser retirado dos outros concursos.

Penso que é possível realizar o protocolo entre estas administrações educativas e resolvemos o problema. Se não para o ano vamos continuar a ter um conjunto de alunos que não têm aulas de educação física, ou de história, ou de matemática durante um mês, porque os docentes que são sucessivamente colocados já estão colocados noutra escola e toda a gente sabe isso, mas entretanto é preciso seguir um mecanismo de concurso.

Portanto, neste sentido, penso que nós podemos agir onde deveria ser a ética das pessoas e exigir que resolvessem a situação desistindo do concurso uma vez que já estão colocados noutra local. Nós temos que fazer isso, acho que os políticos devem fazer isso e foi isso que sugeri ao Sr. Secretário.

Sobre a proposta da Sra. Deputada Zuraida Soares o que tenho a dizer é o seguinte.

Não posso votar a favor. Estou de acordo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Concorda?

O Orador: Também tenho na minha proposta o regresso ao concurso anual, mas não posso votar a favor, porque mantém todos os outros itens, nomeadamente as prioridades regionais que eu não quero que se mantenham.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Podia ter arranjado uma justificação melhor!

O Orador: Portanto, nesse sentido, coerentemente não posso votar a sua proposta. Vou abster-me nesta votação.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está certo!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Podia ter arranjado uma justificação melhor!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura: ...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Vá lá! Conseguiu!

O Orador: Sou um bom aprendiz e um eterno aprendiz!

Deputada Zuraída Soares (BE): E eu sou uma boa professora!

O Orador: Com certeza!

Mas antes de irmos ao Sr. Secretário não posso deixar...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É só love!

O Orador: E tem alguma coisa contra?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Contra o quê?

O Orador: Contra isso?

Relativamente a esta intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Contra o quê?

O Orador: Contra o amor?

Deputado Ricardo Cabral (PS): O amor é lindo!

Deputada Zuraída Soares (BE): Surreal!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O amor é surreal?

O Orador: O senhor tem alguma coisa contra o amor?

Não posso deixar passar em claro a intervenção do Deputado Paulo Estêvão...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É o amor!

O Orador: Não! Nunca me esquece. É uma coisa que marca a minha vida e a forma como estou na vida. É o amor!

Não posso deixar passar em claro esta intervenção do Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma questão de amor!

O Orador: Não é, Sr. Deputado! Neste caso não é uma questão de amor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É desamor!

O Orador: Também não é, Sr. Deputado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Traição!

O Orador: É uma questão de repor algum rigor naquele arrazoado que V. Exa. esteve aí a fazer acerca da ética dos professores e da desculpabilização dos agentes políticos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi isso que eu disse! Daqueles que não desistem!

O Orador: Disse isso! Disse que os professores não tinham ética. Foi aquilo que o senhor disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Foi, sim senhor!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Protesto! Não disse!

O Orador: Porque a questão é esta, Sr. Deputado. O senhor considera isso, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: ...mas a verdade é que com ética ou sem ética isso só acontece, Sr. Deputado, porque há uma falha na articulação da legislação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os que não faziam!

O Orador: Portanto, essa responsabilidade é certamente nossa. Já percebeu, Sr. Deputado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

O Orador: Vou fazer um intervalo, vou fazer o desenho e já lhe mostro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não entre por aí!

O Orador: Sr. Secretário, como lhe disse sou um bom aprendiz e apesar do seu esforço para responder às questões e para clarificar as questões que lhe coloquei, penso que a dificuldade não foi minha.

V. Exa. omitiu, não sei porquê, algumas das questões que lhe coloquei, desde logo deixei-lhe uma pergunta que tinha uma resposta muito simples.

Quantos professores é que utilizam a figura da aproximação à residência?

Depois, Sr. Secretário, há aqui uma outra questão, a questão da precariedade tem a ver com o seguinte. V. Exa. diz que o redimensionamento dos quadros levaria à diminuição dos quadros. Não tenho tanta certeza assim, Sr. Secretário, e vou explicar-lhe porquê.

V. Exa. este ano perdeu 850 alunos que não sabe muito bem para onde é que eles foram.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Temos este ano turmas com 5 alunos!

O Orador: Já os encontrou a propósito?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Há uma hipótese!

O Orador: Ainda não!

Oh Sr. Secretário, a questão é a seguinte. Há algumas dinâmicas, não sei se sabe! Há professores que se reformam, alguns porque atingem o limite de idade, outros porque as condições de trabalho que existem nas escolas são de tal ordem que sofrem aquelas violentas penalizações, mas preferem sofrê-las e vão-se embora. Como sabe, tem havido alguma debandada de professores do sistema de ensino. Portanto, se calhar Sr. Secretário, o argumento que utilizou, se eu queria ou não queria o redimensionamento dos quadros, não é assim tão válido como isso, porque se calhar o Sr. Secretário teria algumas surpresas.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mais ainda!

O Orador: Há aqui uma outra questão.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Com amor!

O Orador: Fui interrompido por várias vezes...

Presidente: Mas eu já lhe dei o desconto, relativamente ao discurso do amor.

(Risos de alguns Deputados)

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): E de que maneira!

O Orador: Sr. Secretário, a questão é esta. O concurso não serve só para recrutar e deixar 4 anos professores que estão em condições de entrar para os quadros das unidades orgânicas...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Não há vagas!

O Orador: Não há vagas, porque V. Exa. não quer que existam vagas. Faça o redimensionamento dos quadros!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Para menos e o desemprego aumenta!

O Orador: Não é verdade!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Para menos! Depois vão para o desemprego e vão ter consigo!

O Orador: Não é verdade, porque há muitas saídas do sistema.

Faça isso e vai verificar que afinal de contas precisa de professores.

Quantos professores se vão aposentar nos próximos 4 anos? Quantos?

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: Pois a questão é essa, Sr. Secretário. É preciso contar com essas dinâmicas, porque os anos passam e nós chegamos a um determinado limite em que não podemos trabalhar mais.

Portanto, Sr. Secretário, não venha com essas manobras...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Não são manobras!

O Orador: São, Sr. Secretário, porque V. Exa. omitiu claramente duas questões que são essenciais para me poder responder.

Muito obrigado, Sra. Presidente, e agradeço-lhe a sua tolerância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sra. Presidente, para efetuar um protesto.

Presidente: Três minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Deputado Aníbal Pires, exijo-lhe que reponha a verdade e exijo que o senhor reponha a verdade em relação às afirmações que realizou e que são de enorme gravidade, porque o senhor mentiu, Sr. Deputado. O senhor fez uma acusação que não corresponde à

verdade. O senhor sabe que sou professor e o senhor acusou-me aqui de ter dito uma coisa que eu não disse, Sr. Deputado.

O senhor deve um pedido de desculpas aqui, neste Plenário, porque demonstrou uma total falta de ética.

Eu não perdoo o que o senhor acabou de dizer, porque veja bem, Sr. Deputado. Eu não disse (para mim é muito grave) que os professores tinham falta de ética. Não disse isso!

O que eu disse foi que os professores que já estão colocados nas escolas da Região Autónoma da Madeira e do território continental e que continuam no concurso, estão a prejudicar os seus colegas, na medida em que isso atrasa a colocação de outros professores e isso é falta de ética desses professores e não do conjunto dos professores. É falta de ética, porque isso significa que os seus colegas vão ser colocados muito mais tarde, porque isso significa, por exemplo, no caso citado, que os alunos tiveram um mês sem aulas de educação física. Foram colocados 9 professores...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E trabalhos manuais!

O Orador: ...e eu já sabia, porque acompanhei o processo e esses professores já estavam colocados em escolas do continente e em escolas da Região Autónoma da Madeira.

O que é que deveriam ter feito?

Deveriam ter desistido para que os seus colegas fossem colocados mais cedo, para que os alunos tivessem aulas e isso, Sr. Deputado, é falta de ética não fazer. Prejudicar a vida de um colega, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E dos alunos!

O Orador: ...de outro docente, e fundamentalmente provocar atrasos na leção das aulas e que os alunos estejam um mês sem ter matemática, ou português, só porque alguém não carregou no botãozinho a desistir, como deveria ter feito. Isso é falta de ética!

Tive o cuidado de dizer que isso não afeta e não generalizo ao grupo e à classe docente à qual eu próprio pertença.

Tive o cuidado de referir que a maior parte dos docentes não tem esse comportamento, mas aqueles que têm (e volto a reiterar) esse comportamento e não desistem naquele período é falta de ética.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contra protesto, tem 2 minutos, Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não será necessário sequer 30 segundos.

Oh Sr. Deputado, não teria nenhum problema em pedir-lhe desculpa, mas não tenho que lhe pedir desculpa. Como V. Exa. acabou agora de dizer, referiu-se a um conjunto de professores,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que não desistiu!

O Orador: Não interessa!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Interessa aos alunos e às famílias!

O Orador: ...atribuindo-lhes o epíteto de falta de ética.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Então, o senhor não disse?!

O senhor quer que lhe peça desculpa por quê?

O senhor acabou de reafirmar isso! Pelo amor de Deus!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porque o senhor generalizou e não devia ter generalizado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação merece duas referências e vou deixar para o fim aquela que podia, do ponto de vista formal, ser a primeira.

Começo então por onde devo começar.

Durante este debate, e já noutras ocasiões, o Sr. Secretário Regional defende a manutenção do concurso de professores com a periodicidade quadrienal pelo facto de outra periodicidade interferir, prejudicar a estabilidade do corpo

docente, provocando a instabilidade do corpo docente e com isso interferir de forma negativa naquilo que é a chamada continuidade pedagógica e, em última instância, com o sucesso dos nossos alunos. Mas confrontar com a circunstância de ser difícil de encontrarmos na Região uma turma que de um ano letivo para o ano letivo seguinte prossiga exatamente com o mesmo grupo de docentes, logo tratou de se desculpar com a autonomia pedagógica, abusando depois na interpretação daquilo que eu disse, de eu ser contra a autonomia pedagógica.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Acabou de o dizer agora!

O Orador: Entendamos: se é no âmbito da autonomia pedagógica que as escolas organizam a distribuição do seu serviço docente e se por essa via não se consegue fazer a continuidade pedagógica, então em que é que os concursos realizados anualmente iriam prejudicar este processo?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): De interferir com o Conselho Pedagógico!

O Orador: Não tinha qualquer interferência.

Dar como exemplo o caso do Corvo. O Corvo é na Terra e não é na Lua, mas temos de convir que é um caso à parte...

Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*): “O Corvo é um caso à parte!”. Pelo amor de Deus!

O Orador: ...na análise que queiramos fazer séria e isenta das questões que tivermos de tratar de âmbito regional.

Não pode servir para exemplo na sua singularidade, na sua pequena dimensão e até no seu isolamento dentro da própria Região, de referência para dali se tirarem ilações.

Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*): O Corvo é um caso à parte!!!

O Orador: Mesmo que isso fosse possível também não isentava o Governo Regional de culpas na colocação de professores, de culpas que nada têm a ver com esse trampolim.

E sobre o trampolim quero dizer que fiquei aqui numa dúvida.

Primeiro, porque a Sra. Deputada Catarina Furtado, que afinal até sabe quantas é que são as necessidades permanentes da Região que o Sr. Secretário diz que não sabe (acho curioso que o titular da pasta não saiba e saiba uma Deputada da bancada que apoia o Governo, mas é apenas uma constatação e não quero com isso fazer juízos de valor como deve perceber)...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor já fez todos os que tinha a fazer!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Claro! Claro!

O Orador: ...diz que há trampolim, mas entretanto os nove ou oito que foram colocados no Corvo afinal não vieram para a Região porque já estavam colocados na Madeira ou no continente, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Quem é que disse isso?

O Orador: ...onde, segundo diz a Sra. Deputada, não há trabalho, ...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): O senhor informe-se e depois fale!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor é que precisa de se informar!

O Orador: ...nem eles foram colocados.

Portanto, ficamos nessa dúvida.

Mas da responsabilidade direta e exclusiva da Secretaria, houve alunos que no início deste ano letivo não tiveram atempadamente os seus professores e não foi porque tivessem saltado para o continente, nem porque tivesse havido um concurso externo neste ano.

Sabe por que é que não foram esses alunos providos do seu professor a tempo e horas?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Diga!

O Orador: Por causa da sua Secretaria e a resposta ou a razão gostava eu de saber.

Por exemplo, por que é que os alunos surdos da Escola EBI de Arrifes, que é a escola de referência para o trabalho com alunos surdos, iniciaram o ano letivo sem professores e técnicos de língua gestual portuguesa?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Eu não sabia!

O Orador: Por que é que até ao início desta semana ainda não havia colocado todos os educadores de infância que são necessários para o Programa de Intervenção Precoce na ilha de São Miguel, quando em julho recebeu na sua Secretaria as necessidades para o corrente ano letivo?

Portanto, não é pelo concurso anual ou quadrienal que os problemas surgem ou desaparecem. É pela eficiência também dos serviços.

Vamos, por fim, à última parte.

Podia, Sra. Presidente, sem apelar à sua benevolência ou sem recorrer a uma interpretação muito benevolente do nosso Regimento, ter usado da palavra mais cedo e sob outra forma, sob a forma de defesa da honra, pelas palavras insultuosas que o Sr. Secretário da Educação me dirigiu, nomeadamente com os termos de “insano” e “não sério”.

Sr. Secretário, nós já tínhamos conhecimento das suas atitudes persecutórias, de perseguir familiares de adversários políticos.

Deputado Pedro Moura (*PS*): Mas o que é isto?

Deputado Carlos Mendonça (*PS*): O senhor não é subsecretário?

O Orador: Sabíamos também que intimida os adversários políticos rebuscando e informando-se sobre a atividade profissional dos familiares.

Juntou hoje mais uma das manobras que é a do insulto, mas digo uma coisa ao Sr. Secretário: vai ter de mudar de registo. Em democracia é assim. Vai ter de se habituar ao combate político, franco, leal, frontal.

Presidente: Vai ter de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Vai ter de se habituar à diversidade de opinião, porque se não o fizer então tenho que dizer que não é digno de estar neste Parlamento, nem de ocupar as funções que quiser.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de intervir depois do que disse o Sr. Deputado Joaquim Machado. Para já porque quando falei de trampolim e de não terem para onde saltar, nomeadamente não têm mesmo, até porque o Sr. Secretário disse que não tinha aceite, a não ser que o senhor tenha informação que a câmara não tenha, ele não disse que tinha sido por estarem colocados na Madeira ou no continente. Depois, o senhor disse uma coisa extraordinária, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muitas!

A Oradora: ...que não é nova, mas não deixa de ser extraordinária: “O Corvo não pode servir de exemplo. O Corvo é um caso à parte” para as coisas regionais.

Oh Sr. Deputado, gostava de saber qual é a ilha que pode servir de exemplo para si?!

Que o Corvo é um caso à parte, nós já sabíamos desde a campanha eleitoral passada, ...

Deputado Pedro Moura (PS): Muito bem!

A Oradora: ...porque os vossos cartazes eram 8 mais o Corvo, não eram 9!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é uma ofensa aos corvinos!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, queria só dizer o seguinte.

De facto houve essas situações de professores que já estavam colocados e eventualmente não informaram a tempo, mas há aqueles professores que não aceitaram não por estarem colocados em outro lugar. Não aceitaram porque não queriam ir para o Corvo, pura e simplesmente. Temos esses casos!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estavam todos colocados! Eu acompanhei!

O Orador: Esses professores, qualquer um deles, têm uma pena de 3 anos, têm uma penalização de 3 anos, durante os quais não podem voltar a concorrer para a Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estavam todos colocados!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, professores que concorreram por afetação, por mobilidade, este ano foram cerca de 320.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Só?! 320? Eu julgava que eram mais, mas ainda bem!

O Orador: Cerca de 320 professores.

Relativamente à preocupação do Sr. Deputado Joaquim Machado acerca da intervenção precoce gostaria de salientar, Sr. Deputado, que (já provou aqui que há muita coisa que não sabe) há uma coisa que não sabe, é que as equipas de intervenção precoce não são coordenadas pela educação, têm um representante da educação, mas abrange outras secretarias.

Aquilo que posso dizer é que, no que diz respeito à minha Secretaria, todas as equipas, todos os representantes da educação, nas várias equipas que estão constituídas, foram designados, mas este processo não é conduzido pela educação.

Quanto ao resto, Sr. Deputado, falar em competências ou em incompetências, fui Deputado durante 12 anos. Sei o que é ser Deputado e por isso agradeço as suas palavras, sinto-me muito sensibilizado por achar no seu juízo que não sou digno de estar aqui, mas não creio que isso funcione contra mim.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Joaquim Machado tinha pedido a palavra, mas já esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para intervir, o Sr. Secretário não respondeu!

Presidente: O Sr. Deputado já esgotou o seu tempo.

A Mesa não tem assim mais inscrições, pelo que vamos passar à votação.

Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para encerrar!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Aqui não há encerramentos. Isto é Agenda da Reunião. Se tiver tempo pode falar, se não tiver não pode!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após este debate que parece chegado ao fim sobre a proposta do Bloco de Esquerda para voltarmos na nossa Região aos concursos anuais e não quadrienais, gostaria de dizer duas ou três coisas, apreciando todas as intervenções das Sras. e dos Srs. Deputados e também do Sr. Secretário Regional.

O povo tem uma expressão que eu queria subscrever neste momento: “Vencida, mas não convencida.”

Vencida, porque o Partido Socialista maioritário vai votar contra o nosso Projeto de Decreto Legislativo Regional; não convencida, porque, Sr. Secretário Regional, pensei que seria o senhor, mas ainda não foi. Ainda não foi o Secretário Regional, que de uma forma clara, objetiva e inquestionável, esclareceu esta câmara sobre o que são as necessidades permanentes e as necessidades transitórias do sistema educativo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A senhora tinha perspetivas muito elevadas em relação ao Sr. Secretário.

A Oradora: Volto a dizer, Sr. Secretário, que todos percebemos porquê. É porque após fazer essa definição e essa clarificação fica com o compromisso assumido, que é tratar os que estão a cumprir ou a responder a uma necessidade transitória de uma maneira e aqueles que estão há anos a responder a uma permanente de outra maneira. Portanto, essa clarificação foi mais uma oportunidade perdida. Lamento! Confesso que tinha expectativas que desta vez é que seria, mas não foi.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): É a vida!

A Oradora: Depois, permita-me, a propósito do Corvo, tirar uma conclusão que não é bonita.

O Corvo das duas, uma: de acordo com a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, afinal o Corvo está à distância de um clique. Os professores não ficaram lá, não porque não quisessem o Corvo ou não gostassem do Corvo, mas porque se esqueceram de clicar.

Mas vamos pensar, Sr. Secretário, que não foi a questão do clique. Não querem ficar no Corvo, não gostam.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não, não foi isso!

A Oradora: Posso continuar?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Pode, mas não foi isso!

A Oradora: Qualquer pessoa é livre de chegar à Horta e dizer: “Não quero ficar aqui” e assumir as consequências da sua opção. Evidentemente! E quem diz na Horta, diz em Lisboa, em Santarém, em Guimarães, na Graciosa, ou noutro sítio qualquer.

Agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa, Sr. Secretário Regional: o que o Sr. Secretário não pode fazer, nem o Governo Regional, é confundir estabilidade com prisão, porque aquilo que o Sr. Secretário disse para explicar a quadrienalidade dos concursos é que era preciso prender os professores, no caso concreto aqui em discussão, ao Corvo, por que senão eles iam e não ficavam. Deu o exemplo de 9 que teriam passado por lá e foram embora.

Então qual é a resposta do Governo Regional?

Prende-se durante 4 anos um professor a uma ilha, seja ela ou Corvo ou São Miguel.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz FagundesDuarte*): Eles concorreram para lá!

A Oradora: Isto não é estabilidade, Sr. Secretário!

Isto é batota...

Deputado José Ávila (*PS*): E os alunos?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Bem lembrado!

A Oradora: ...e é batota feita à custa e à conta da vida das pessoas, no caso, da vida dos professores e dos seus familiares. Portanto, isto não se faz.

Conclusão geral do debate e de todas as intervenções que agradeço.

A única razão que claramente ficou aqui assumida pelo Governo Regional que explica os concursos quadrienais, porque todas as outras foram claramente desmontadas e negadas, são três.

Primeira: economicismo claro, absoluto.

Segunda: medo do vazio, medo que os professores não fiquem nas ilhas. Então, prende-se os professores às ilhas. Medo do vazio!

Terceira: desconfiança pelos docentes e pelas docentes, porque nem lhes dá a oportunidade de chegarem ao Corvo e de se apaixonarem.

Deputado José Ávila (*PS*): Demagogia!

A Oradora: Já que estamos a falar em amor, Sr. Secretário, e não fui eu que o trouxe para o debate! Mas podem-se apaixonar pelo Corvo, podem chegar à Graciosa e apaixonarem-se pela Graciosa, ...

Deputado José Ávila (*PS*): Normalmente acontece!

A Oradora: ...ou por outra ilha qualquer.

Não! O senhor prende-os logo que é para nem lhes dar essa oportunidade, porque quando se está preso raramente o amor floresce, Sr. Secretário.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho que contestar esta última intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares que é inacreditável. Inacreditável!

Sra. Deputada, a questão em relação ao Corvo ou a qualquer outra ilha dos Açores é a seguinte. Os professores não ficaram, não foi pela questão de ser uma prisão ou deixar de ser uma prisão. A questão é que já estavam colocados.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Uma prisão para um professor, Sra. Deputada, para uma profissão, é estar desempregado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não foi isso que eu disse! O senhor entendeu tudo mal!

O Orador: Não. Entendi tudo bem!

Estar nos Açores não é uma prisão, é um privilégio, em qualquer ilha dos Açores. É um privilégio estar nos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É um direito. Não é um privilégio!

O Orador: É uma opção que os professores devem fazer e devo dizer-lhe o seguinte: ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não foi isso que eu disse!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O trabalho é um direito!

O Orador: Sra. Deputada, já lhe explico tudo.

...que o professor possa optar por 3 anos, que é o que está atualmente no concurso, e está muito bem. A proposta do PPM mantém essa opção, para que o professor que quer ficar no quadro possa concorrer por 3 anos ou por 1 ano.

Então, os que concorrem por 3 ficam à frente? E muito bem, porque é uma opção de estabilidade. Significa que aquele professor apostou na estabilidade naquela escola, apostou no desenvolvimento da sua carreira naquela ilha (no Corvo, na Graciosa ou em São Miguel), apostou nessa estabilidade e essa estabilidade é necessária.

Essa opção do concurso está corretíssima.

Na minha perspetiva, o que devo dizer-lhe, Sra. Deputada, é que os docentes têm inteira liberdade para concorrer para qualquer uma destas ilhas e se concorrerem e ficarem é um privilégio, é um privilégio ficar nas ilhas dos Açores, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Foi o que eu acabei de dizer!

O Orador: A senhora disse que ficar era uma prisão. Não há prisão!

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu disse isso?

O Orador: Prisão, Sra. Deputada, é não ficar colocado; prisão é não poder desenvolver a sua atividade profissional nas suas ilhas; prisão é não ter no final do mês dinheiro para dar aos seus filhos; prisão é ficar afastado da sua atividade profissional. Isso é que é prisão, isso é que é penalizador.

Agora, escolher e optar por ficar em qualquer uma das nossas ilhas, optando por 3 anos, considero que é correto e é assim que deve continuar no nosso concurso docente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas dois comentários.

Primeiro: não sei se estes são de facto os minutos finais de gravação da televisão e o Sr. Deputado Paulo Estêvão resolveu que teria de ser o último a falar para ficar bem e sair no telejornal de logo à noite, ...

(Risos da Deputada Catarina Moniz Furtado)

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É o que acontece!

A Oradora: ...mas à uma coisa que tenho que dizer ao Sr. Deputado. Das duas, uma: ou o Sr. Deputado vai descansar e toma algum comprimido que o tranquilize e que lhe traga a memória; ou então o Sr. Deputado tem outra hipótese, que é pegar nos diários desta sessão, ler a minha intervenção e vir no próximo Plenário pedir desculpa por aquilo que acabou de dizer.

Ficava-lhe também bem a si, Sr. Deputado, que pede a toda gente para lhe pedirem desculpa, pedir desculpa quando ler os diários desta sessão e concluir que aquilo que o senhor disse que eu tinha afirmado é falso.

Portanto, o senhor das duas, uma: ou descansa, ou lê os diários.

No fim, pede desculpa.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Descanso e leio!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão é a seguinte.

Sra. Deputada, a minha opção é descansar e ler os diários. Não tenho que fazer nenhuma opção, é possível fazer as duas coisas.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ótimo! E depois peça desculpa!

O Orador: Agora o que lhe quero dizer é o seguinte.

A Sra. Deputada da forma como se referenciou às opções que os professores estavam a fazer em relação às ilhas e ao concurso em que falou da prisão está errada. A leitura desses diários o que vai referenciar, e a conclusão a que vamos chegar, é que a Sra. Deputada fez essas afirmações e considero que essas afirmações não eram afirmações aceitáveis, por isso, é que fiz esta referência.

Deputada Zuraída Soares (BE): Vai pedir desculpa, Sr. Deputado?

O Orador: Não tenho nenhuma dúvida que a Sra. Deputada colocou mal a questão e considere que tinha que voltar a recolocá-la e que tinha que criticar uma atitude que, da minha parte, considere que era deselegante com os professores que fazem essas opções e para as populações.

Deputada Zuraída Soares (BE): Que tristeza!

O Orador: O Corvo, em nenhuma situação, pode ser considerado uma prisão para alguém.

Aliás, torno a dizer-lhe, a opção pelos Açores é uma opção que os professores devem fazer porque vêm para um paraíso.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ai, ai!

(Risos da Câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Penso que agora podemos passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Vamos votar.

As Sras. os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de DLR apresentada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar nos nossos trabalhos.

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental e considerando a nossa hora vou também interromper os nossos trabalhos.

Boa noite para todos e até amanhã.

Eram 19 horas e 30 minutos.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Iasalde Fraga Nunes

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

(*) Texto não revisto pelo Orador.

P'la redatora: Noélia Escobar

A redatora: Ana Machado

